



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

NATHANNI MARRELLI MATOS MAURICIO

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**PALMAS
2019**

NATHANNI MARRELLI MATOS MAURICIO

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Keile Aparecida.

PALMAS
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M455a Mauricio, Nathanni Marrelli Matos .
 Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na
 Universidade Federal do Tocantins. / Nathanni Marrelli Matos Mauricio. –
 Palmas, TO, 2019.
 177 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
 – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
 Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2019.
 Orientadora : Keile Aparecida Beraldo
1. Assistência Estudantil. 2. Vulnerabilidade Socioeconômica. 3.
 Permanência. 4. PNAES. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATHANNI MARRELLI MATOS MAURICIO

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Tocantins para obtenção
do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo

Aprovada em 11/04/2019

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo (Orientadora)



Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves (Membro interno)



Profa. Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes (Membro interno)



Prof. Dr. Rafael Lima de Carvalho (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dr.^a Keile Aparecida Beraldo, por todo o conhecimento transmitido, os momentos de paciência, compreensão e competência. Por todo empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei durante o mestrado.

Ao meu esposo, Thiago Carneiro de Lima, meu maior incentivador. O tempo todo ao meu lado. Nos momentos mais difíceis, que foram muitos neste último ano, sempre me fazendo acreditar que chegaria ao final desta etapa da minha vida. Seu valioso e incansável apoio foi definitivo em todos os momentos deste trabalho e da minha trajetória, principalmente, a acadêmica.

Aos meus pais, Rosimar Matos Mauricio e José Cícero Mauricio, por terem me dado educação. Principalmente, a minha mãe, por muitas vezes, renunciar aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu. Eu nada seria sem vocês.

Ao meu irmão, Marlzoni Marrelli, que tanto me ajudou na execução desse trabalho e de outros realizados durante o mestrado.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído e a Deus por colocar cada uma delas no meu caminho.

*Educação não transforma o mundo. Educação muda as
pessoas. Pessoas transformam o mundo.
Paulo Freire*

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins**. 2018, 177 fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas) Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa trata da Assistência Estudantil no âmbito do ensino superior público federal que é colocada em prática através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Mais especificamente, trata do processo de avaliação dessa política pública na Universidade Federal do Tocantins (UFT). O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da UFT, visando apresentar diretrizes que sirvam de referência para a avaliação desta política no âmbito nacional. Para tanto realizou-se uma pesquisa descritiva e documental, baseadas nos critérios de avaliação eficiência, eficácia e efetividade e levando em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação. Os resultados apontam que ao longo do período de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, e os principais cortes ocorreram nos repasses para despesas de capital. Em algumas áreas a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, isso porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis. O campus de Miracema, no período pesquisado, foi o que apresentou a maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade, enquanto o campus que apresentou menor percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade em 2015 e 2017 foi o campus de Tocantinópolis e em 2016 foi o campus de Arraias. Em 2017, o percentual de estudantes regularmente matriculados que solicitaram algum benefício da assistência estudantil foi de 22,09%, além disso, no mesmo ano, foram atendidos 1.954 estudantes com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, sendo que 2.766 estudantes solicitaram os auxílios, o que representa uma cobertura 70,64%. A UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta, 33,33% dos estudantes em vulnerabilidade moderada, 34,94% dos estudantes em vulnerabilidade baixa e 10,98% dos estudantes em vulnerabilidade muito baixa. Ainda em 2017, nos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes, houve queda na média do coeficiente de rendimento acadêmico, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos em relação ao período de 2010 a 2016. Por outro lado, em 2017 o percentual da evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. Com relação a Taxa de Sucesso na Graduação, este indicador se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém caiu 16,11% em 2013, 36,65% em 2016 e 22,34% em 2017 em relação aos anos anteriores.

Palavras chave: PNAES. Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Socioeconômica. Permanência.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **Evaluation of the National Program of Student Assistance at the Federal University of Tocantins**. 2018, 177 pp. Dissertation (Postgraduate Program in Public Policy Management) Federal University of Tocantins. Palmas, 2018.

ABSTRACT

This research deals with the Student Assistance in the scope of the federal higher education that is put into practice through the National Program of Student Assistance (PNAES). More specifically, it deals with the process of evaluation of this public policy at the Federal University of Tocantins (UFT). The general objective of this research was to analyze the results of the implementation of the PNAES in the scope of UFT, aiming to present guidelines that serve as reference for the evaluation of this policy in the national scope. For that, a descriptive and documentary research was carried out, based on the evaluation criteria efficiency, effectiveness and effectiveness and taking into account the operational dimensions input, process, result and transformation. The results indicate that over the period from 2010 to 2017 the PNAES resource used by the UFT grew exponentially, and the main cuts occurred in the pass-through to capital expenditures. In some areas the UFT has not yet been able to develop actions, because the institution prioritizes the basic assistance areas due to the limited resources to attend the high number of vulnerable students. The Miracema's campus during the period studied was the one that presented the highest proportion of students in vulnerable situations, while the campus that presented the lowest percentage of students in vulnerable situations in 2015 and 2017 was the Tocantinópolis' campus and in 2016 was the Arraias' campus. In 2017, the percentage of students regular enrolled who had requested a student benefit was 22.09%; in addition, in the same year, 1,954 students were enrolled in the UFT Student Assistance Policy programs, of which 2,766 students requested the aid, which represents 70.64% coverage. UFT was able to serve 100% of students in extreme and high vulnerability, 33.33% of students in moderate vulnerability, 34.94% of students in low vulnerability and 10.98% of students in very low vulnerability. Still in 2017, in the courses that attended 100% of the applicants students, there was a fall in the average coefficient of academic income, a year that also there was a reduction of the benefits granted in relation to the period from 2010 to 2016. On the other hand, in 2017 the percentage of total evasion of UFT decreased from 35.30% in 2016 to 19.66%. In relation to the Graduation Success Rate, this indicator continued to grow in the years 2010 to 2012 and in 2014 and 2015, but fell 16.11% in 2013, 36.65% in 2016 and 22.34% in 2017 years.

Keywords: PNAES. Student Assistance. Socioeconomic Vulnerability. Permanence. Conclusion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECLLA	Centro de Estudo Continuada em Letras Linguística e Artes
CUBO	Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
Fies	Financiamento Estudantil
Fonaprace	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa Auxílio Alimentação
PAC	Programa Auxílio Creche
PADI	Programa de Apoio ao Discente Ingressante
PADIQ	Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas
PADU	Programa de acesso democrático à Universidade
PAEI	Programa Inclusão e Acessibilidade
PAP	Programa Auxílio Permanência
PAPE	Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
PBP	Programa Bolsa Permanência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIDI	Programa de Integração dos Discentes Ingressantes
PIM	Programa Institucional de Monitoria
PIMI	Programa Institucional de Monitoria Indígena
PISO	Programa de Indicadores Sociais
PME	Programa Moradia Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROAC	Programa Acompanhamento Acadêmico
PROEL	Programa Esportes e Lazer
Proest	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSaúde	Programa Auxílio Saúde

PTr	Programa Auxílio Transporte
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uneit	União do Estudante Indígena do Tocantins
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Objeto de pesquisa nos quais a Assistência Estudantil foi analisada.	31
Tabela 2 – Metodologias utilizadas nas pesquisas sobre a Assistência Estudantil.	32
Tabela 3 – Valores investidos no PNAES.	43
Tabela 4 – Despesas pagas com o recurso do PNAES na UFT.	53
Tabela 5 – Ações de Assistência Estudantil UFT por área do PNAES.	54
Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.	59
Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.	66
Tabela 8 – Número de estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade e curso, em 2017.	73
Tabela 9 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por curso.	78
Tabela 10 – Número de benefícios previstos e concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.	83
Tabela 11 – Média do Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos cursos de graduação da UFT nos anos de 2016 e 2017.	86
Tabela 12 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por curso, no período de 2016 e 2017.	91
Tabela 13 – Taxa de Sucesso na Graduação da UFT.	96
Tabela 14 – Estudantes ingressantes totais e autodeclarados vulneráveis (na matrícula) por câmpus no período de 2015 a 2017.	113
Tabela 15 – Posição do curso, por porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.	113
Tabela 16 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Bacharelado.	118
Tabela 17 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Licenciatura.	119
Tabela 18 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Tecnologia.	121
Tabela 19 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de matutino.	122
Tabela 20 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de integral.	123
Tabela 21 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos noturnos.	124

Tabela 22 – Percentual médio de ingressantes vulneráveis por turno.....	126
Tabela 23 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por nível de vulnerabilidade com relação ao total.....	127
Tabela 24 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por campus com relação ao total.....	127
Tabela 25 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por nível de vulnerabilidade com relação aos solicitantes total do campus.....	128
Tabela 26 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.....	128
Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.....	131
Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.....	136
Tabela 29 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por turno do curso.....	140
Tabela 30 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por campus.....	142
Tabela 31 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017.....	143
Tabela 32 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.....	146
Tabela 33 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.....	148
Tabela 34 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por turno do curso.....	153
Tabela 35 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por campus.....	155
Tabela 36 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.....	156
Tabela 37 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por curso.....	156
Tabela 38 – Posição dos campus, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.....	160
Tabela 39 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.....	160

Tabela 40 – Percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por nível de vulnerabilidade.....	164
Tabela 41 – Média do CRA dos cursos com maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade Extrema e Alta que solicitaram os auxílios da Assistência Estudantil da UFT.	164
Tabela 42 – Média do CRA dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes dos auxílios da Assistência Estudantil da UFT em 2017.....	165
Tabela 43 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por campus, no período de 2016 e 2017.....	165
Tabela 44 – Percentual da relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, em ordem decrescente, por curso, no período de 2016 e 2017.....	166

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Indicadores utilizados na pesquisa.	21
Figura 2 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos.	27
Figura 3 – Fluxograma da avaliação.	33
Figura 4 – Distribuição geográfica dos câmpus da UFT.	47
Figura 5 – Fórmula para cálculo do IVS.	51
Figura 6 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.	84
Figura 7 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.	97
Figura 8 – Demonstração gráfica da evolução do valor das despesas pagas com o recurso do PNAES.	171
Figura 9 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES, o número de benefícios concedidos e a TSG.	176
Quadro 1 – Indicadores levantados.	22
Quadro 2 – Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.	35
Quadro 3 – Programas do Governo Federal nas IFES (2003 a 2014).	39
Quadro 4 – Programas da Política de Assistência Estudantil da UFT.	48
Quadro 5 – Programa de Indicadores Sociais (PISO).	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Objetivo geral.....	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	18
2 METODOLOGIA	19
2.1 Produto da Dissertação	24
3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONCEITOS E DISCUSSÕES	25
3.1 Gestão de Políticas Públicas	26
3.1.1 Ciclo de Políticas Públicas	26
3.1.2 Avaliação de Políticas Públicas	28
3.1.3 Diferentes análises sobre o PNAES	29
3.1.4 Eficiência, Eficácia e Efetividade.....	33
3.2 Política de assistência estudantil	34
3.2.1 Conceitos correlatos à Política de Assistência Estudantil	34
3.2.2 Assistência Estudantil: trajetória até sua consolidação como Política Pública	35
3.2.3 Mudança no perfil dos estudantes das IFES: demanda por uma política de assistência estudantil	38
3.2.4 Variáveis que afetam o acesso e a permanência no ensino superior	41
3.2.5 Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES	43
4 PNAES NA UFT: CONTEXTO DA PESQUISA	47
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	112

1 INTRODUÇÃO

A Política Pública de Assistência Estudantil, colocada em prática por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), trata de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estes, estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida (FONAPRACE, 2012; ASSIS et al., 2013).

Desde que foi elevada ao status de política pública, por meio do PNAES, Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), a assistência estudantil vem ganhando destaque nas discussões, no âmbito da comunidade acadêmica e na agenda do Governo Federal. E, ao mesmo tempo, recebendo inúmeras críticas pela sua gestão, forma de acesso e distribuição dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no país (DUTRA; SANTOS, 2017).

Diante das críticas, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, em todas os estágios e fases, desde sua concepção até sua gestão, torna-se uma importante ferramenta de tomada de decisão. A Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui intencionalidade pública, desdobrando-se em planos, programas e projetos (SECCHI, 2010). Trata-se de um ciclo deliberativo que, de acordo com Souza (2006), é formado por vários estágios e constitui um processo dinâmico e de aprendizado, em todas as suas fases, sendo que uma das etapas é a avaliação da política pública. Tal avaliação, de acordo com Secchi (2010), é o processo de julgamento deliberado sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. Saravai e Nunes (2011) complementam que a avaliação das políticas públicas é necessária para verificar se as mesmas atendem ou não às pressões e demandas sociais. Além disso, possibilita atingir melhores resultados ao se usar e controlar os recursos aplicados.

Entende-se que o acompanhamento e avaliação do PNAES, em todas as suas fases, tem o propósito de disponibilizar dados, informações e indicadores sociais usados para readequar e reformular ações e tomada de decisão de gestores públicos, dentro das IFES. Dessa forma, o que se pretende neste trabalho é avaliar a política pública de assistência estudantil, o PNAES, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no que diz respeito à implantação, desenvolvimento, transparência, eficiência, eficácia e efetividade.

Ao propor o estudo, colocam-se as seguintes problemáticas: Como a UFT utiliza os recursos do PNAES? A UFT desenvolve ações de assistência estudantil nas áreas elencadas no § I do

1o do art. 3º do Decreto nº 7.234/10? A UFT consegue atender seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica? Quais os efeitos da assistência estudantil na permanência e no rendimento acadêmico de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica na UFT? A assistência estudantil tem contribuído para redução da evasão e a melhoria do rendimento acadêmico, como preconiza o Decreto nº 7.234/10? A assistência estudantil tem contribuído para conclusão do curso de graduação, como preconiza o Decreto nº 7.234/10?

Esse estudo justifica-se, primeiramente, devido à necessidade de expandir o conhecimento sobre a temática. Em segundo lugar, trata-se de uma Política Pública da Educação Superior, que materializa o direito social de acesso ao ensino e que busca amenizar as desigualdades das condições de vida das pessoas, visto que um dos papéis dessa política é atender estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, minimizando a ineficiência das demais políticas públicas e de proteção social, como por exemplo, as políticas de emprego, de saúde, de habitação (FERREIRA; SANTOS, 2017).

Uma terceira justificativa é a contribuição para transparência da prestação de contas da UFT, cumprindo um dos princípios da boa governança, segundo o TCU (2014). Já que esta pesquisa terá como produto uma análise da gestão dos recursos oriundos do PNAES, bem como da eficiência, eficácia e efetividade do programa, dentro da UFT.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para melhorar a gestão dos recursos do PNAES na UFT e em outras IFES. Atendendo as recomendações do Relatório de 2015-2016 da Controladoria Regional da União do Estado do Tocantins, que foi a construção de mecanismos de avaliação e monitoramento para a assistência estudantil.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, visando apresentar diretrizes que sirvam de referência para a avaliação do PNAES no âmbito nacional.

1.1.2 Objetivos específicos

- Investigar os resultados alcançados pela UFT desde sua implementação, em relação ao cumprimento da finalidade do PNAES e a abrangência das áreas de atuação, conforme o decreto nº 7.234/10.
- Avaliar a Política de Assistência Estudantil da UFT utilizando os critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade (3 E's), levando em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação;
- Levantar na Dimensão Insumo as despesas pagas com o recurso do PNAES;
- Analisar na Dimensão Processo (Eficiência) o percentual de ingressantes vulneráveis, o número de estudantes que solicitam os auxílios da Assistência Estudantil da UFT, o número de estudantes atendidos e o número de benefícios concedidos;
- Analisar na Dimensão Resultado (Eficácia) o percentual de evasão e a média do Coeficiente de Rendimento;
- Analisar na Dimensão Transformação (Efetividade) a Taxa de Sucesso da Graduação.

Visando atender a tais objetivos, este trabalho está organizado nos seguintes capítulos: Metodologia; Referencial teórico abordando a Gestão de Políticas Públicas e a Política de Assistência Estudantil; Capítulo que aborda o contexto da pesquisa descrevendo sobre o PNAES na UFT; Capítulo contendo os resultados e discussão; e, por fim, as Considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa utilizada neste trabalho, se caracteriza como descritiva e documental, sendo baseada em procedimentos quantitativos e qualitativos. A articulação das abordagens qualitativa e quantitativa é relevante à medida que se pretende retratar a política de assistência da UFT, a utilização do recurso e o número de estudantes atendidos, bem como buscar relações entre os indicadores quantificáveis que são utilizados na avaliação do PNAES.

A pesquisa descritiva tem o propósito de analisar, com maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, procurando observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências (MICHEL, 2009). A razão de conduzir um estudo de abordagem qualitativa é entender, descrever e explicar os fenômenos, por meio de análise de experiências individuais ou grupais, pela investigação de experiências, de relações ou de documentos (MARCONI; LAKATOS, 2008), enquanto a abordagem quantitativa, caracteriza-se pelo uso da quantificação dos dados, tanto na coleta de indicadores, quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 2011).

Esta pesquisa é, também, de característica marcadamente aplicada, isto é, caracteriza-se por seu interesse prático e seus resultados serem utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade (LAKATOS, 2003; VERGARA, 2003). Sendo que os resultados dessa pesquisa servirão de referência para a avaliação do PNAES no âmbito da UFT, mas os indicadores elencados servem de direção para a avaliação do PNAES no âmbito nacional. A pesquisa se desenvolveu em quatro etapas:

1º Etapa: Revisão de Literatura

Segundo Andrade (2008) e Marconi e Lakatos (2008), todo trabalho científico, toda pesquisa, seja de laboratório ou de campo, deve ter o apoio e o respaldo de uma revisão de literatura preliminar.

Revisões de Literatura são estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Trata-se, portanto, de um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo que fornece informações para contextualizar a extensão e significância do problema que se maneja e aponta e discute

possíveis soluções para problemas similares e oferece alternativas de metodologias que têm sido utilizadas para a solução do problema (MOREIRA, 2008).

Segundo Laville (1999), fazer uma revisão de literatura é revisar os trabalhos disponíveis, analisando tudo que possa servir na futura pesquisa, tentando encontrar os saberes e as pesquisas relacionadas com os objetivos desejados, vendo como outros procederam em suas pesquisas.

O desenvolvimento de uma revisão de literatura comporta, de acordo com Andrade (2008), as seguintes etapas: escolha e delimitação do tema; identificação das fontes; localização das informações; documentação; análise e seleção do material levantado; reflexão; redação.

Seguindo as etapas supracitadas, iniciou-se pela **escolha e delimitação do tema**, baseou-se nos critérios de relevância, exequibilidade e oportunidade. Assim, o tema do trabalho deve apresentar importância e alguma contribuição sobre o assunto tratado, bem como ter uma bibliografia acessível e atual.

O próximo passo foi a **identificação das fontes**, que é fundamental para a coleta e a classificação das informações. Nessa etapa, de acordo com Andrade (2008), pode-se optar por fontes primárias que são caracterizadas por ser uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro formalizado de alguma informação; por fontes secundárias que são interpretações e avaliações de fontes primárias; ou pelas terciárias que são uma espécie de destilação e coleção de fontes primárias e secundárias. Nessa pesquisa a coleta de dados ocorreu em fontes secundárias, mediante o levantamento feito nas bases do portal de periódicos da CAPES.

O levantamento e a escolha dos trabalhos, em uma primeira etapa, foram realizados por meio da busca das palavras-chave “PNAES”, “Assistência Estudantil”, “Permanência”, “Avaliação de Políticas Públicas”, no título dos artigos. Posteriormente, as mesmas palavras foram buscadas em qualquer parte do texto.

Em seguida, passou-se para **localização das informações**, por meio das leituras prévia ou de contato; seletiva; crítica ou analítica e interpretativa (ANDRADE, 2008). A leitura prévia ou de contato consiste em procurar, no índice ou sumários, os títulos e subtítulos, pesquisando a existência das informações desejadas; uma leitura “por alto”, de páginas salteadas, para dar uma ideia do conteúdo. A leitura seletiva consiste na leitura mais detida dos títulos e subtítulos, do conteúdo das partes que foram selecionadas após a leitura prévia. A leitura crítica ou analítica é mais atenta e demorada, objetivando a inteligência do texto, a apreensão de seu conteúdo, que será submetido a análise e interpretação. Após, segue-se a

leitura interpretativa que procura estabelecer relações, confrontar ideias, refutar ou confirmar opiniões.

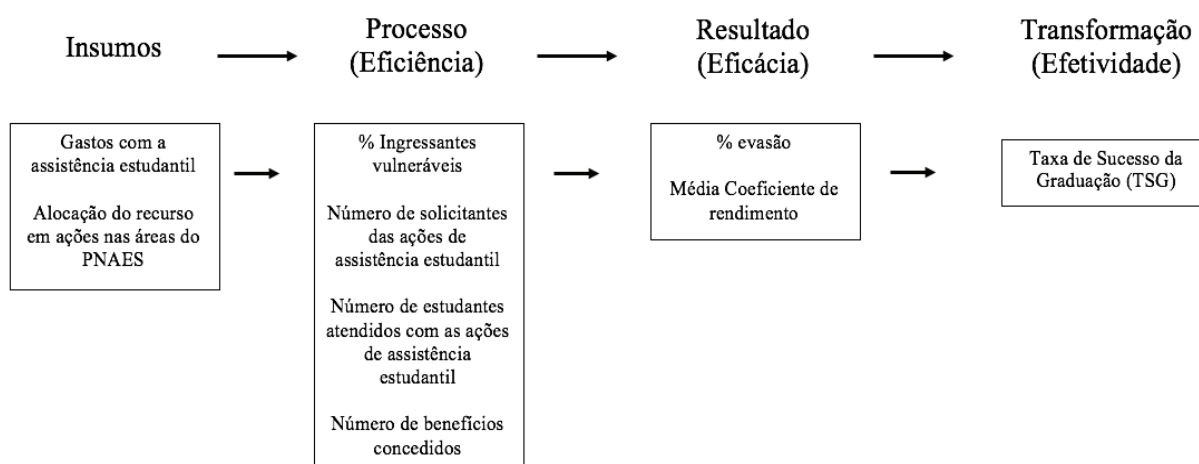
Seguindo esses passos, foi realizada uma leitura prévia dos resumos dos trabalhos para saber se o mesmo tratava diretamente do tema a ser estudado: Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior Público Federal. Após foi realizada a **documentação**, que consistiu no manuseio e na organização de informações, por meio de fichamentos: resumo, transcrições, apreciações. Posteriormente, foi feita a **análise e seleção do material levantado, procurando** confrontar os dados colhidos, analisar os pontos de vista divergentes e convergentes, para escolher o que mais se adapta aos objetivos da pesquisa planejada. Por fim, seguiu-se a etapa da **reflexão e redação** (ANDRADE, 2008).

2º Etapa: Delimitação da pesquisa e indicadores

Segundo Costa e Castanhar (2003), para realizar a avaliação de um programa é necessário definir as medidas para aferição, ou seja, os critérios de avaliação. Nesse trabalho serão utilizados três dos critérios de avaliação mais utilizados: eficiência, eficácia e efetividade.

A aplicação dos critérios de avaliação requer formas específicas de operacionalização: os indicadores (COSTA; CASTANHAR, 2003). Para essa pesquisa foi utilizado o fluxograma de avaliação segundo Sano e Montenegro (2013), conforme Figura 1.

Figura 1 – Indicadores utilizados na pesquisa.



Fonte: Adaptada de Sano e Montenegro (2013).

Para avaliação da Dimensão Insumo foram elencados as despesas pagas com a assistência estudantil e a alocação do recurso nas áreas do PNAES, enquanto na Dimensão Processo (Eficiência) foram analisados o percentual de ingressantes vulneráveis, número de estudantes solicitantes das ações de assistência estudantil, número de estudantes atendidos com as ações e número de benefícios concedidos. O objetivo é demonstrar se, ao longo do tempo, a UFT conseguiu expandir o número de atendimentos na perspectiva de “fazer mais com menos” (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Quanto à avaliação da Dimensão Resultados (Eficácia), os indicadores utilizados foram: percentual de evasão e média do coeficiente de rendimento. O intuito foi verificar se as ações da assistência estudantil da UFT têm garantido igualdade de condições de permanência e de aproveitamento acadêmico, e se contribuem para redução de evasão, conforme os objetivos do PNAES.

Por fim, com relação a Dimensão Transformação (Efetividade) foi utilizado como indicador a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) por ano e por curso. A TSG é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. Nessa pesquisa, esse indicador foi analisado para verificar se as ações de assistência estudantil contribuíram para conclusão da educação superior, na intenção da promoção da inclusão social pela educação, ou seja, se as ações produziram efeitos nas condições dos estudantes: obtenção de um diploma.

O recorte temporal da presente pesquisa ficou prejudicado porque o sistema da Proest começou a ser informatizado em 2017 e o sistema da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) está passando por melhorias, assim, alguns indicadores só foi possível coletar dados de um ano. Com o objetivo de melhor compreender o recorte temporal, os indicadores levantados e as análises realizadas, as informações foram sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores levantados.

Dimensão	Análise Proposta	Indicadores	Recorte temporal
Insumo	Verificar se a UFT conseguiu expandir os atendimentos na perspectiva de “fazer mais com menos” e se a UFT desenvolveu ações conforme as áreas estratégicas elencadas no decreto do PNAES.	Despesas pagas com o recurso do PNAES	2010-2017
		Alocação das ações conforme áreas do PNAES	2010-2017
% ingressantes vulneráveis		2015-2017	
Número de estudantes solicitantes da Assistência Estudantil da UFT		2017	
Processo (Eficiência)			

		Número de estudantes atendidos pela Assistência Estudantil da UFT	2017
		Número de benefícios concedidos	2017
Resultados (Eficácia)	Verificar se as ações de assistência estudantil da UFT auxiliam no alcance dos objetivos do PNAES: igualdade de condições de permanência e aproveitamento acadêmico; e redução da taxa de evasão.	% evasão	2016-2017
		Média do Coeficiente de Rendimento dos cursos	2016-2017
Transformação (Efetividade)	Verificar se as ações de assistência estudantil da UFT produziram efeitos nas condições dos estudantes: conclusão do curso/obtenção do diploma.	Taxa de Sucesso da Graduação	2010-2017

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3º Etapa: Levantamento de dados

Para coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, que segundo Vergara (2003, p. 48), “é realizada em documentos conservados no interior dos órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, regimentos, fluxogramas, organogramas e outros”.

Betzek (2015) ressalta que a riqueza de informações, que se pode extrair e resgatar dos documentos, justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais. Ela possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Faz-se uso desse tipo de pesquisa para problematizar e dar visibilidade a um processo (GRAEFF, 2014), favorecendo a observação do processo de maturação ou de evolução de programas, processos, indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008; BETZEK, 2015).

Esse meio de coleta de dados foi usado no sentido de reconstruir o percurso institucional da política de assistência estudantil na UFT, buscando documentos institucionais para conhecer como se deu a implementação desta, na instituição, e dar visibilidade ao que é oferecido aos estudantes. Os dados foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT, sendo analisados os seguintes documentos: Planejamento Estratégico 2006-2010 e 2014-2022; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011, 2011-2015 e 2016-2020; Relatório de Avaliação Institucional 2013-2017; Relatório de Gestão 2013-2017; e Relatório da Pesquisa sobre Assistência Estudantil na UFT 2017, realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest).

Esse meio de investigação foi usado, também, para coletar os indicadores junto aos setores responsáveis, sendo solicitados dados para Proest e para Prograd.

4º Etapa: Análise dos dados

Realizou-se a análise dos dados com base em três atividades, que segundo Martins (2009) são interativas e contínuas: redução de dados, apresentação de dados e delineamento e busca das conclusões. Inicialmente, foi feito o processo de seleção, simplificação, categorização e agrupamento dos dados provenientes da coleta; após os dados foram organizados em textos descritivos, quadros e tabelas; por fim, foram realizadas comparações entre os indicadores, retomando às anotações da revisão da literatura, ou ainda replicando o achado, em outro conjunto de dados.

2.1 Produto da Dissertação

Como produto desta pesquisa será disponibilizado à instituição um **Relatório Técnico** (APÊNDICE H), com resumo da pesquisa, apresentação dos resultados sinteticamente e em linguagem simples para uma primeira e acessível leitura do trabalho que se realizou nos últimos dois anos para analisar os resultados do PNAES visando construir uma avaliação da implementação que é parte do ciclo dessa política pública.

3 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONCEITOS E DISCUSSÕES

Para melhores esclarecimentos, como o PNAES é uma política pública de assistência estudantil, é importante trazer conceitos que subsidiem as discussões nos itens tratados, a seguir.

De acordo com Souza (2006) não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Para a autora a definição mais conhecida é a de Laswell (1958), para quem, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Após realizar uma revisão de literatura sobre o tema, Souza (2006, p. 26) resume política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Tais mudanças são necessárias já que o Estado passou por amplas transformações, sendo objeto de sucessivas reformas administrativas, redefinição de estruturas, reformulação e inovação de processos e instrumentos de gestão até a chegada do modelo atual da Nova Gestão Pública (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011; SOUZA; SILVA, 2015).

A partir da influência da “nova gestão pública” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, o Estado passa a ser questionado nas suas funções quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos (SOUZA, 2006; TREVISAN; BELLEN, 2008; SOUZA; SILVA, 2015). Para auxiliar, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos buscando entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos, dentre eles, o Ciclo de Políticas Públicas.

Neste contexto, primeiramente, este referencial teórico discorre sobre o ciclo das políticas públicas, conceituando a fase da avaliação e abordando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, que são os critérios de avaliação, utilizados neste trabalho.

Para tanto, foi consultado o Portal de Periódicos da Capes, a partir da expressão chave: “Avaliação de Políticas Públicas”. Após, foi realizada a leitura dos resumos, para seleção dos trabalhos a serem utilizados nas análises, ou seja, os artigos que contemplavam diretamente o tema ou que se tratavam da avaliação das políticas de assistência estudantil. Também foi feita a busca e seleção dos autores mais citados nos artigos científicos, como: Ala-Harja e Helgason (2000), Arretche (2001), Frey (2000), Jannuzzi (2009), Sano e Montenegro (2013).

Posteriormente, é abordado o conceito da política pública de Assistência Estudantil. Para tal, retoma-se o histórico da Assistência Estudantil no Brasil, seu marco legal, descrevendo o processo de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Discorre sobre as transformações no ensino superior público e como elas impactaram nas mudanças no perfil dos estudantes nas IFES, demandando uma política de assistência estudantil. Aborda, ainda, as variáveis que afetam o acesso e a permanência no ensino superior e apresenta o PNAES.

Nesta parte da revisão de literatura, também foi consultado o Portal de Periódicos da Capes, a partir de três categorias de palavras-chave: “PNAES”, “Assistência Estudantil” e “Permanência”. Após foi realizada a leitura dos resumos, para seleção dos artigos que contemplavam diretamente o tema, das referidas categorias, no âmbito do ensino superior público, bem como seu conceito e trajetória. Foram analisados 48 trabalhos, sendo 43 artigos, 1 e-book e 4 dissertações. Complementando tal revisão, ainda, foi incorporada a análise de documentos oriundos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o PNAES e as pesquisas de Alves (2010 e 2013) e de Mauricio (2015), pois, se desenvolveram no âmbito da UFT.

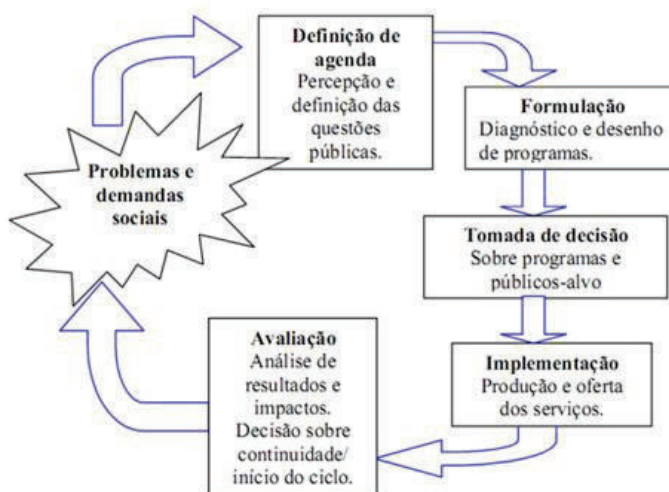
3.1 Gestão de Políticas Públicas

Conforme já mencionado a gestão de políticas públicas faz parte de um novo formato de gestão, devido à escassez de recursos o Estado é cobrado por um melhor uso dos recursos públicos na solução dos problemas. Nesse sentido, estudos demonstram que a organização das políticas públicas em ciclos é uma ferramenta de análise que permite o monitoramento e avaliação e, portanto, um novo planejamento e adequação das ações.

3.1.1 Ciclo de Políticas Públicas

Para Frey (2000), o agir público pode ser dividido em fases do processo político-administrativo de resolução de problemas, que correspondem a uma sequência que formam o Ciclo de Políticas Públicas. Em geral, o processo de formulação de políticas públicas tem sido apresentado pelo ciclo de etapas sucessivas (*Policy Cycle*), conforme Figura 2.

Figura 2 – O Ciclo de Políticas e Programas Públicos.



Fonte: Januzzi et al. (2009).

Como ilustrado na Figura 1, a primeira etapa é a Definição da Agenda Política, que corresponde aos caminhos e processos que levam ao reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução. A etapa seguinte, Formulação de Políticas e Programas, refere-se à construção de possíveis soluções, encaminhamentos e programas para lidar com a questão apontada. Na sequência, na Tomada de Decisão Técnico-Política, é escolhida a direção de ação, decidindo-se por uma ou algumas das alternativas formuladas. A quarta etapa, Implementação de Políticas e Programas, vincula-se à implementação da ação governamental, a partir das escolhas feitas anteriormente. Por último, na etapa de Avaliação das Políticas e Programas, é analisado se os esforços empreendidos estão atuando no sentido esperado para solucionar o problema original (JANNUZZI et al., 2009).

Segundo Frey (2000), no final do ciclo, caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo pode ser suspenso ou chegar ao fim, senão à iniciação de um novo ciclo, isto é, a uma nova fase de percepção e definição de problemas.

O ciclo de políticas públicas apresentado não é um modelo de etapas rígidas (JANNUZZI et al., 2009), na prática, os atores político-administrativos dificilmente se fixam a esse contínuo, assim, este ciclo serve como um quadro de referência para a análise processual (FREY, 2000).

Corroborando Costa e Castanhar (2003) destacam que a avaliação, por exemplo, é uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública, devendo estar presente desde a sua formulação, perpassar por sua implementação, execução, resultados e impactos (LAISNER; MARIO, 2014; SCHURSTER, 2015).

3.1.2 Avaliação de Políticas Públicas

Segundo Trevisan e Bellen (2008), ao longo do tempo, é possível distinguir três funções atribuídas à avaliação: informação, realocação e legitimação. Na década de 1960, a ênfase sobre a avaliação concentrou-se no fornecimento de informação para os gerentes de programas públicos, de forma a garantir correções de rumo. Já na década de 1980, a avaliação era vista como a função de realocação, ou seja, buscava-se eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário. Por fim, a década de 1990 marca a última fase evidenciada pela literatura, sendo que a avaliação assume a função de legitimação, marcada fortemente pelo questionamento do papel do Estado, aliado à influência da nova gestão pública, assim, passa-se a exigir resultados da administração e das políticas públicas. Atualmente, destaca-se que avaliação de políticas públicas é vista como instrumento democrático ao possibilitar o exercício do controle sobre as ações do governo (SCHURSTER, 2015).

Diversas razões têm fomentado a demanda por avaliação no Brasil, dentre as quais se destacam: a preocupação com a efetividade e a crise fiscal, que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência; a longa crise econômica brasileira que aumentou a desigualdade social e a busca por programas sociais públicos; a pressão dos organismos internacionais de fomento pela aferição dos resultados dos programas sociais por eles financiados (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Para Tinôco, Souza e Oliveira (2011), a avaliação de uma política pode ser motivada por três finalidades: esclarecer o planejamento da concepção, elucidar os seus processos de implementação e apreender os seus resultados. De modo que a avaliação de políticas públicas possibilita conhecer os impactos efetivos, os déficits e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para ações e programas futuros (FREY, 2000).

A fase da avaliação é essencial para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000). Já que o propósito da avaliação é guiar os gestores, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (COSTA; CASTANHAR, 2003; JANNUZZI, 2009).

A avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação da política pública é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, eficácia, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. E ainda, fornece informações para melhoria no processo de tomada de decisão e possibilita a prestação de contas das políticas públicas (ALA-HARJA; HELGASON, 2000; CENEVIVA; FARAH, 2012).

Ala-Harja e Helgason (2000) afirmam que, em essência, a avaliação contribui para uma gestão pública responsável, permitindo determinar aspectos como eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, tornando-se, assim, uma dimensão crítica dos esforços de melhoria das políticas públicas.

3.1.3 Diferentes análises sobre o PNAES

Das 48 pesquisas analisadas para revisão bibliográfica sobre a Política de Assistência Estudantil, 12 possuem como objeto principal de pesquisa o PNAES, sendo que muitos estudos tais como os apresentados a seguir, avaliaram essa política.

Graeff (2014) desenvolveu um estudo sobre a constituição da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenvolvida junto aos estudantes de graduação egressos de escolas públicas, para tanto entrevistou os estudantes beneficiados e servidores do setor responsável pela assistência estudantil. Os resultados mostram que na visão dos estudantes a concepção da Política de Assistência Estudantil oscila entre auxílio/benefício e direito. Mostram, também, que para os estudantes o Auxílio Transporte é o benefício mais importante para permanência e que consideram o processo de concessão do benefício bem burocratizado. Pode-se perceber que a contradição entre a concepção de direito à educação e a Política de Assistência Estudantil como estratégia de permanência na UFRGS. A ideia de ajuda/benefício/caridade ao usuário dos “benefícios” também está presente a todo o momento na equipe executora dos programas de assistência estudantil, da instituição.

Palavezzini e Nogueira (2014) analisaram o PNAES na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Dois Vizinhos, utilizando os dados do Sistema Acadêmico e focando em quatro quesitos centrais: permanência, evasão, retenção e índice de aproveitamento. Os principais resultados e conclusões sinalizaram que os programas de

assistência estudantil têm sido fundamentais para a permanência dos estudantes com dificuldades socioeconômicas. Os dados demonstraram que os estudantes beneficiados com os programas de assistência estudantil permaneceram na instituição e que são significativos os números de formandos e de estudantes regularmente matriculados, sendo as porcentagens dos estudantes que não alcançaram os objetivos de permanência são significativamente inferiores. E com relação ao rendimento acadêmico, percebeu-se que a maioria dos estudantes beneficiados possui apenas a média necessária para avançar de período/semestre.

Betzek (2015) analisou o PNAES em sua materialização, abrangência e efetividade, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. Para isso, utilizou indicadores de evasão e permanência dos estudantes atendidos pelos programas da instituição. Os achados da pesquisa mostram que, entre os estudantes que foram atendidos pelo Auxílio Estudantil, o maior percentual de desistência ocorreu nos cursos de Licenciatura com uma taxa de 53,8% de evasão e a menor porcentagem para os cursos de Tecnologia. Observou-se que, em quase todos os cursos, os índices de evasão apresentados entre os estudantes bolsistas são maiores que 20%. Em suma, o estudo concluiu que o auxílio estudantil pode fazer diferença na permanência do estudante no ensino superior, porém, nem sempre o valor é suficiente, ou a família dos estudantes tem condições de arcar com as demais despesas. Assim, os índices de evasão encontrados são considerados altos.

Machado e Pan (2016) analisaram os sentidos do PNAES e seus efeitos aos estudantes inseridos nesse programa na Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio de entrevistas e grupo focal. Os estudantes foram questionados principalmente se a assistência estudantil era tida como direito ou benefício. Os resultados mostram que, apesar dos estudantes considerarem a política de assistência estudantil um direito, as bolsas geram, às vezes, sentimento de vergonha por causar tensões entre sentidos de dependência, trabalho, estudo e ócio.

Maciel, Lima e Gimenez (2016) analisaram os programas desenvolvidos com os recursos do PNAES, a partir de pesquisa documental realizada com as seguintes universidades: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). De acordo com as conclusões dos autores, as ações destinadas à permanência dos estudantes seguem as orientações do PNAES, mas há ausência de programas específicos que envolvam ações sistematizadas e individualizadas por curso ou com base em necessidades específicas dos estudantes. Por isso, ressaltou-se a necessidade de investimentos por parte das instituições, com o objetivo de conhecer o perfil dos seus estudantes.

Estrada e Radelli (2017) avaliaram o PNAES na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), visando verificar se esta política vem atendendo satisfatoriamente à demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Os resultados da pesquisa indicam que das ações desenvolvidas na assistência estudantil da instituição, prevalecem programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar os gastos com moradia, alimentação e transporte e que para estes estudantes, esse tipo de iniciativa é essencial para permanência na universidade. Notou-se que a UFFS não possui uma efetiva política institucional de assistência estudantil, e que, apesar de estar ainda em fase de construção, encontra-se avançada em alguns pontos, pois desde a implantação da instituição já possui recursos para assistência estudantil. Assim, os autores concluem que a política de assistência estudantil, ainda não é suficiente, porém importante para a permanência dos estudantes.

A Tabela 1 mostra a quantidade de trabalhos encontrados de acordo com o objeto principal de pesquisa na temática da Política de Assistência Estudantil, enquanto a Tabela 2 mostra a quantidade de pesquisas organizadas a partir da metodologia utilizada.

Tabela 1 – Objeto de pesquisa nos quais a Assistência Estudantil foi analisada.

Objeto principal de pesquisa no contexto da Política de Assistência Estudantil	Quantidade de pesquisas
PNAES	12
Permanência	4
Programas de moradia	4
Perfil dos estudantes das IFES	4
Impactos do Reuni	4
Programa Bolsa Permanência	3
Programas de acolhimento aos ingressantes	2
Políticas de democratização do acesso as IFES	2
Sistemas de cotas	2
Acessibilidade	2
Egressos	1
Evasão	1
Extensão	1
Programa de saúde	1
Programas de alimentação	1
Retenção	1
Utilização do critério de vulnerabilidade social	1
Desempenho acadêmico	1
Bolsas	1

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Percebe-se na Tabela 1 que o principal objeto de pesquisa no contexto da Assistência Estudantil é o PNAES, certamente porque essa é a principal política voltada ao auxílio de estudantes no ensino superior do país (SANTOS; FREITAS, 2014).

Tabela 2 – Metodologias utilizadas nas pesquisas sobre a Assistência Estudantil.

Principais métodos utilizados na pesquisa	Quantidade de pesquisas
Pesquisa Documental	13
Pesquisa Bibliográfica e documental	9
Pesquisa Bibliográfica	7
Aplicação de questionários	6
Entrevista	2
Estudo de Caso	2
Pesquisa bibliográfica, documental e entrevista	2
Aplicação de questionários e pesquisa documental	2
Entrevista e grupo focal	1
Estudo observacional	1
Pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário	1
Relato de experiência	1
Pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários	1

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Conforme leitura da Tabela 2 a metodologia mais utilizada foi a análise documental. Método aplicado visando verificar o que os documentos e registros das instituições apontam sobre o desenvolvimento das ações de assistência estudantil e os efeitos que produzem.

Além dos trabalhos encontrados no portal de periódicos da Capes, destacam-se as pesquisas de Alves (2010 e 2013) e de Mauricio (2015) que trouxeram contribuições importantes, pois, se desenvolveram no âmbito da UFT. Alves (2010) apresentou a evolução da política de assistência ao estudante na UFT. A partir da análise dos relatórios de Avaliação Institucional dos anos 2006-2012, demonstrou o avanço da política de assistência estudantil na UFT. No relatório de autoavaliação de 2006, a política de assistência estudantil mostrou-se insipiente, mas os relatórios dos anos subsequentes mostraram um crescimento desta política e as estratégias utilizadas pela gestão para a sua consolidação: a criação da PROEST, a adesão ao PNAES e demais ações decorrentes destas estratégias como a construção dos restaurantes universitários e a estruturação das moradias estudantis.

Alves (2013) avaliou o Programa Bolsa Permanência na UFT, câmpus Palmas, por meio de questionários aplicados aos estudantes beneficiários que, em sua maioria, são jovens, solteiros, não moram com a família e são provenientes de escola pública. Os bolsistas colocaram o aluguel e o transporte como a prioridade no uso do recurso que recebem e relataram que, devido o alto custo de vida da cidade de Palmas, sem esse auxílio, a continuidade dos seus estudos ficaria comprometida. Alguns chegaram a afirmar que, se não fosse o benefício logo no início do curso, eles teriam voltado a sua cidade de origem. Os bolsistas apontaram, ainda, que são necessárias outras ações de assistência estudantil na instituição como, por exemplo: construção e manutenção de restaurantes universitários, casa do estudante, quadras esportivas e locais de convivência no câmpus.

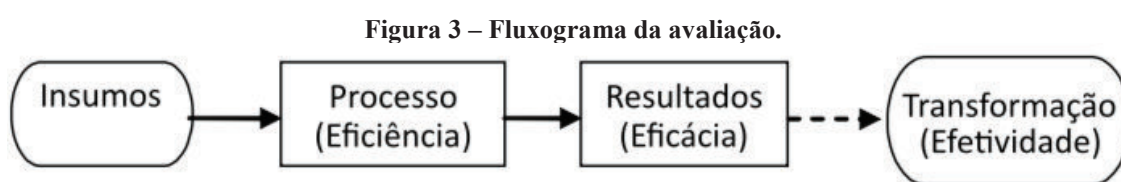
Já Mauricio (2015), tratou sobre o Programa Bolsa Permanência na UFT, no câmpus de Araguaína. Depois de ouvir os beneficiários do programa, a autora apontou que os estudantes consideram que a UFT se preocupa com a assistência estudantil e que essa política é decisiva para permanência na universidade e para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior. Contudo, o valor da bolsa não é suficiente para as despesas de formação universitária e os estudantes precisam buscar outra forma de renda. Além disso, os estudantes apontaram que a bolsa é utilizada, principalmente, com alimentação e moradia.

Após examinar diversos trabalhos no repositório do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da UFT, não foram encontrados até então, uma avaliação do PNAES utilizando os critérios eficiência, eficácia e efetividade, conceitos abordados no item a seguir.

3.1.4 Eficiência, Eficácia e Efetividade

A temática da avaliação é bastante ampla, por isso é necessário delimitar os critérios que se deseja estudar na etapa de avaliação (COSTA; CASTANHAR, 2003). Nessa pesquisa, optou-se pelos três clássicos, usados e fundamentais: Eficiência, Eficácia e Efetividade - 3Es.

Para Jannuzzi (2009), um bom sistema de avaliação deve prover indicadores de insumo, processo, resultado e possíveis impactos do programa. Sano e Montenegro (2013) afirmam que essa avaliação pode ser realizada com os 3Es, conforme ilustrado na Figura 3:



Fonte: Sano e Montenegro (2013).

Schurster (2015) classifica como *ex- post*, a avaliação que é feita durante ou após a execução do programa, para verificar os graus de eficiência, eficácia e efetividade. Para o autor a eficiência diz respeito às aferições relativas ao tempo e aos custos, sendo as medidas de custo/benefício os melhores indicadores da eficiência. Enquanto a avaliação da eficácia é, por natureza, uma avaliação de processo, pois os graus satisfatórios de eficácia são alcançados quando os resultados são atingidos em menor tempo, menor custo e mais alta qualidade (SCHURSTER, 2015). Já a efetividade se mede pelas alterações que se pretende

provocar na realidade sobre a qual a política incide. (SCHURSTER, 2015).

Complementando, Jannuzzi (2009) afirma que a avaliação de um programa público requer indicadores que possam dimensionar o grau de cumprimento dos objetivos dos mesmos (eficácia), o nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los (eficiência) e a efetividade social.

Arretche (2001), também concorda que, para a avaliação de políticas públicas é necessário analisar sua eficiência, eficácia e efetividade. A avaliação da eficiência tem o foco na racionalização de recursos, enquanto, a eficácia tem o foco nos resultados alcançados e a efetividade avalia se os beneficiados das políticas ou programas têm suas expectativas e necessidades satisfeitas.

No contexto dessa pesquisa foram utilizados os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade segundo Sano e Montenegro (2013). Para os autores, a eficiência é avaliação do processo, da utilização do recurso aplicado no processo, fazer mais com menos; eficácia é avaliação do cumprimento das metas e, por fim, a efetividade que consiste na avaliação do impacto, procura identificar os efeitos produzidos sobre uma população-alvo de um programa, ou seja, se o objetivo trouxe melhorias nas condições da população visada (CASTRO, 2006).

3.2 Política de assistência estudantil

3.2.1 Conceitos correlatos à Política de Assistência Estudantil

Segundo o Fonaprace (2012) a Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A política de assistência estudantil como um mecanismo de direito social (BETZEK, 2015; MACHADO; MAGALDI, 2016), cuja finalidade é prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o

percentual de abandono e de trancamento de matrícula (BETZEK, 2015; GAZOTTO; GIOMETTU, 2016).

É válido ressaltar que a política de assistência é uma política de educação que possibilita a equiparação de força entre as classes sociais, deve ser vista como um direito social e constitui um rompimento da ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

Corroborando, Betzek (2015), menciona que a Assistência Estudantil não está vinculada à Política de Assistência Social, tendo inclusive legislação própria e, portanto, não se submetendo aos preceitos da regulamentação da Assistência Social. Segundo o Fonaprace (2012) a política de assistência estudantil deve ser vinculada à pesquisa e extensão, para que seus programas não incorram no mero assistencialismo.

3.2.2 Assistência Estudantil: trajetória até sua consolidação como Política Pública

Até chegar aos dias atuais, decorridos oito anos da criação do PNAES, pode-se afirmar que houve uma trajetória de luta pela afirmação da Política de Assistência Estudantil no Brasil, que veio se concretizando com ações governamentais, pressão dos estudantes e ações populistas, reinventando-se ao longo dos anos (GRAEFF, 2014).

Segundo Kowalski (2012), a trajetória da Assistência Estudantil pode ser dividida em três fases. Com intuito em dar maior visibilidade às transformações da política de educação superior que incidiram no processo de legitimação da assistência estudantil enquanto política pública, o autor organizou uma linha do tempo com a síntese dos principais acontecimentos históricos que compuseram essas três fases, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

Primeira fase	<ul style="list-style-type: none"> • 1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris. • 1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao restaurante universitário. • 1931: Marca o nascimento da assistência estudantil na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto no 19851/1931. • 1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica • 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). • 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para estudantes “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. • 1961: Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelecia
---------------	---

	<p>a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.
Segunda fase	<ul style="list-style-type: none"> • 1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. • 1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). • 1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a política de assistência estudantil de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. • 1996: Aprovação da LDB, que não menciona nenhum tipo de financiamento a política de assistência estudantil. • 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. • 1999: Criação do Financiamento Estudantil (FIES), que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas. • 2001: Aprovação do Plano Nacional de Educação, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das instituições de ensino superior. • 2004: Criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que objetiva conceder bolsas de estudos para estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior privadas.
Terceira fase	<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Criação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. • 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de estudantes de baixa renda nos cursos presenciais na IFES. • 2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7.416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. • 2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Kowalski (2012).

Conforme o Quadro 2, na primeira fase os benefícios da assistência estudantil oferecidos aos estudantes, na maioria das vezes, os resultados não mostraram um caráter expressivo, que repercutisse de modo eficaz na permanência dos estudantes nas universidades. Ademais, não houve um projeto de âmbito nacional voltado exclusivamente para a assistência estudantil e, conseqüentemente, para a manutenção dos estudantes nas universidades.

A segunda fase foi marcada pelo processo de democratização da educação, com a tentativa de universalização do acesso e de implementação de uma gestão democrática, centrada na formação do cidadão. E mesmo sem a existência de um programa nacional nas IFES, voltado para a permanência dos estudantes, foram criadas ações significativas que auxiliaram, de alguma forma, os segmentos estudantis mais vulneráveis, social e economicamente, a usufruírem de condições mais equânimes (KOWALSKI; 2012).

Uma terceira fase, que atualmente se encontra em pleno curso de desenvolvimento, tem como característica fundamental a existência de um programa nacional: o PNAES. Além disso, há uma preocupação dos governos em incluir uma parcela da sociedade, que não tinha possibilidade de acesso e permanência à educação superior (KOWALSKI; 2012).

Segundo Andrade e Texeira (2017) é possível separar a história da assistência estudantil no Brasil em duas fases distintas. A primeira fase vai de 1930 até a década de 80, sendo caracterizada por ações pontuais, informais e descontínuas, focadas nas dimensões econômicas para permanência estudantil, preocupadas em sanar os problemas emergenciais dos estudantes, como moradia e alimentação. Já a segunda fase tem como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988 e estende-se até os dias atuais. Nessa fase são buscadas ações de promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades para a permanência do estudante na universidade com dos programas de expansão, consequente aumento de vagas e programas especiais de acesso.

Dentre os importantes acontecimentos, na trajetória da política de assistência estudantil, destacam-se as pesquisas do Fonaprace que resultaram nos Perfis Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016). Em 1996, o Fonaprace entregou o I Perfil e para atualizar os dados foram realizadas mais duas pesquisas II Perfil em 2004 e III Perfil em 2010, de forma a obter um diagnóstico mais recente da realidade estudantil (ASSIS et al., 2013).

Já no relatório da primeira pesquisa o Fonaprace apresentou a necessidade de uma política pública para assistência estudantil universitária:

O processo de democratização no sistema educacional brasileiro público, passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Dessa forma, não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido, através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes, provocadas pelas condições da estrutura social e econômica. (FONAPRACE, 1997, p. 1).

Desde 1997, o Fonaprace considera que os estudantes das categorias C, D e E compõem a demanda potencial da assistência aos estudantes (FONAPRACE, 1997). Encontram-se, nessas categorias, 44,3, 42,8 e 43,7% dos estudantes das Universidades Federais nas pesquisas de 1996/1997, 2003/2004 e 2010, respectivamente, que necessitam de

algum tipo de assistência estudantil: alimentação, moradia, bolsa de trabalho, atendimento médico, odontológico, psicológico, entre outros (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

Essas pesquisas foram desenvolvidas na perspectiva de apresentar dados que possibilitassem construir uma política de assistência, que assegurasse o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades (VARGAS, 2011; MACIEL; GIMENEZ; ASSIS, 2017). Assim, por meio dessas pesquisas, o Fonaprace construiu as bases científicas necessárias à justificativa da implantação de uma política de educação mais dinâmica e, com ela, uma política de assistência estudantil. Em 2007, foi adotado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que se tornou Programa Nacional Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho. Ademais, segundo Assis et al. (2013) e Santos e Freitas (2014), os resultados desses perfis foram essenciais para definição das áreas de atuação do PNAES.

Em suma, segundo Maciel, Gimenez e Assis (2017), a Assistência Estudantil, no período anterior ao PNAES, ficou marcada por ações pontuais que dependiam, na maioria das vezes, das parcerias estabelecidas com fundações de apoio ou empresas. Porém, com a chegada dos recursos do PNAES, novas ações puderam ser organizadas, nas IFES.

3.2.3 Mudança no perfil dos estudantes das IFES: demanda por uma política de assistência estudantil

Diversos estudos apontam que a educação no Brasil foi marcada pelo elitismo e seletividade, principalmente no que se refere ao campo da educação superior (KOWALSKI, 2012; PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014; PEREIRA, 2014; MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016). Segundo Machado e Magaldi (2016), durante muito tempo, a educação pública no Brasil atendeu à elite e ignorou os pobres, negros e indígenas.

Porém, aos poucos, a política educacional brasileira tenta minimizar as históricas desigualdades sociais e raciais, por meio de ações que proporcionam a inserção das “minorias” no ensino superior (VASCONCELOS; GALHARDO, 2016).

A educação superior brasileira passou por forte expansão: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes e de matrículas (RISTOFF, 2014; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; MACHADO; MAGALDI, 2016; MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016; OLIVEIRA; BARBOSA, 2016; BRITO; BARBOSA, 2017; SIQUEIRA, 2017; MACIEL; GIMENEZ; ASSIS, 2017).

Tais mudanças derivam da implantação de Políticas de Ações afirmativas, dentre as quais se destacam, no ensino superior público: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei de Cotas nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 e a democratização da forma de ingresso garantido pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) (PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2015; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; MACHADO; PAN, 2016; VASCONCELOS; GALHARDO, 2016; BRITO; BARBOSA, 2017).

O objetivo do REUNI era instituir condições para a ampliação do ingresso e permanência na educação superior federal em nível de graduação (BRASIL, 2007). Dentre suas diretrizes, destaca-se diminuir as taxas de evasão, preencher as vagas ociosas nos cursos, ampliar as vagas de ingresso, interiorizar as unidades de ensino, e expansão de políticas de inclusão e assistência estudantil. (BRASIL, 2007).

Sobre o acesso à universidade, a legislação foi modificada visando oferecer melhor ingresso aos estudantes (SANTANA et al., 2015). A Lei de Cotas determinou que todas as IFES reservassem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, observando-se ainda questões de renda e étnico-racial. Assim, segundo Jacinto, Franca e Saccaro (2016), a institucionalização do sistema de cotas permitiu que indivíduos de outras etnias e oriundos da escola pública tivessem condições de competir, com maior igualdade, para o acesso ao ensino superior. Já o SISU é um sistema de reserva de vagas, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de Ensino Superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). De acordo com Ferreira (2017) essa se tornou uma opção seletiva que, inegavelmente, democratizou a possibilidade de concorrer a uma vaga do ensino superior público, colaborando inclusive para uma mobilidade espacial de estudantes jamais vista, em especial nas famílias pobres brasileiras.

O Quadro 3 elenca e sintetiza os programas no âmbito do ensino superior público no período de 2013 a 2014.

Quadro 3 – Programas do Governo Federal nas IFES (2003 a 2014).

Programa/Ano/Lei	Objetivo
Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) – 2005.	Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior.
Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) – 2005.	Integra, simultaneamente, duas políticas da Secretaria de Educação Superior: a internacionalização e a permanência na educação superior. Trata-se de iniciativa voltada para estudantes oriundos de países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de

	educação e cultura.
Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Decreto nº 6.096/2007.	Visa “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2007, p. 4).
Sistema de Seleção Unificada (SISU) – Implementado a partir de 2009, mas instituído em janeiro de 2010.	O processo seletivo unificado, implementado a partir de 2009, tem por diretriz a democratização do acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior.
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.	O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para o seu sucesso acadêmico, a partir de medidas que buscam combater a repetência e evasão.
Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de ensino superior Públicas Estaduais (Pnaest) – Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010.	Visa apoiar financeiramente ações de assistência estudantil desenvolvidas pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do SISU.
Lei de Cotas – Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.	As ações afirmativas são políticas adotadas para promover maior equidade no acesso à educação, rompendo a herança de exclusão e preconceito que se perpetua na sociedade brasileira.
Programa de Bolsa Permanência (PBP) – 2013.	É uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

Fonte: Maciel, Gimenez e Assis (2017).

A leitura do Quadro 3 explicita políticas públicas para o Ensino Superior, cronologicamente organizadas. Santos e Freitas (2014) evidenciam que essas estratégias representam, efetivamente, avanços significativos no caminho de dirimir desigualdades históricas e equalizar oportunidades de entrada nas universidades públicas brasileiras a grupos menos favorecidos, minimizando o fosso social (PALAVEZZINI; NOGUEIRA, 2014).

Assim, conforme Siqueira (2017), o ensino superior que era reduto de classes socioeconômicas mais favorecidas, tornou-se aos poucos mais acessível para várias camadas da sociedade, modificando o perfil do estudante universitário brasileiro. Pesquisas demonstram que programas, tais como os apresentados no Quadro 1 alteraram o perfil socioeconômico das universidades e demandaram uma política que garantisse a manutenção e permanência de estudantes, antes excluídos (KOWALSKI, 2012; CARVALHO, 2013; MACHADO; PAN, 2014; RISTOFF, 2014; BRITO; BARBOSA, 2017).

Receber e manter nas instituições de ensino, esse novo perfil de estudantes, é um desafio (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016; VASCONCELOS; GALHARDO, 2016; FERREIRA, 2017), principalmente considerando os aspectos quantitativos e as defasagens qualitativas, que envolvem a educação brasileira (VASCONCELOS; GALHARDO, 2016).

Santana et al. (2015) apontam que a expansão no ensino superior possibilitou o ingresso de indivíduos que possuem deficiências, diferentes níveis de escolaridade, práticas de letramento diferenciadas e trajetórias distintas (SANTANA et al., 2015). Destaca-se que, na

maioria dos casos, estudantes em vulnerabilidade socioeconômica adentram no âmbito universitário com defasagem considerável de ensino, lazer, cultura, portanto, há um atraso no ensino-aprendizagem, gerado por diversos condicionantes sócio-histórico, político-econômico e cultural (GAZOTTO, 2014; GAZOTTO; GIOMETTU, 2016).

A alteração no público discente das instituições de ensino superior no Brasil desencadeou, segundo Machado e Magaldi (2016), um processo de criação de novas políticas e sistemas de gestão para que todos os estudantes, que hoje frequentam as universidades, possam angariar os conhecimentos e as experiências necessários à vida acadêmica.

Nesse contexto, a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas no processo de democratização das universidades não pode ser pautada apenas pela garantia do acesso gratuito à educação superior, faz-se necessária a criação de mecanismos que assegurem a permanência e a conclusão do curso (ALMEIDA, 2011; MORAES et al, 2011; SANTOS; FREITAS, 2014; SANTANA et al., 2015; JACINTO; FRANCA; SACCARO, 2016; BARBOSA et al., 2016; ESTRADA; RADAELLI, 2017; SIQUEIRA, 2017; PAULA, 2017). Na mesma perspectiva, Pereira (2014) verificou que o acesso e a permanência não podem ser concebidos isoladamente, pois estes se interconectam a todo tempo e são necessários à política de educação.

3.2.4 Variáveis que afetam o acesso e a permanência no ensino superior

É importante, de acordo com Palavezzini e Nogueira (2014), destacar que o ingresso no ensino superior não implica necessariamente a sua conclusão, visto que o acesso e a permanência estão fortemente condicionados às características sociais e econômicas dos estudantes.

As variáveis socioeconômicas incidem sobre o ingresso e também sobre a probabilidade de abandono ou evasão dos cursos (DEL GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2014). Esse contexto pode ser alterado com a combinação de medidas de oportunidades de acesso e permanência no ensino superior, combinadas a programas de apoio aos estudantes, caracterizados como a política de assistência estudantil.

Após a entrada em um curso de graduação, segundo Jacinto, Franca e Saccaro (2016) os estudantes têm que arcar com os custos financeiros. Também encontram desafios em relação às oportunidades para participar desse ambiente, além da superação das diferenças na qualidade do ensino, que receberam até o momento do ingresso no ensino superior. Os

mesmos autores afirmam que esse contexto faz com que estudantes oriundos de famílias de baixa renda tenham mais dificuldades para se manter e chegar ao final do curso.

O Fonaprace (2012) enfatiza que muitos estudantes não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e as despesas típicas da vida universitária: livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Portanto, mesmo matriculados em instituições públicas, os estudantes têm gastos com transporte, alimentação, material didático entre outros (ALMEIDA, 2011; ESTRADA; RADAELLI, 2017).

Segundo Andrade e Teixeira (2017) as dificuldades financeiras do estudante universitário merecem atenção, especialmente quando as condições básicas de manutenção não são atendidas: a formação em ensino básico em escolas com pouca qualidade; a falta de infraestrutura básica de moradia e ambiente de estudo; a necessidade de trabalhar para sustentar a família; dificuldades para o deslocamento à universidade; má alimentação e indisponibilidade de deixar o(s) filho(s) aos cuidados de outra pessoa quando vai às aulas, tudo isso pode impactar na dedicação aos estudos e comprometer a permanência no curso.

Confirma-se, segundo Maciel, Gimenez e Assis (2017), que a questão da permanência se relaciona ao perfil familiar do estudante, ao perfil socioeconômico, à integração social e ao sucesso escolar nos vários níveis da educação básica, desde a educação infantil até a educação superior.

Oliveira e Barbosa (2016), em pesquisa sobre a permanência universitária, elencam sete motivos para a evasão do ensino superior: dificuldades acadêmicas; dificuldades na adaptação: objetivos incertos; compromissos externos; inadequação financeira; inadequação entre estudante e IFES; e isolamento.

Pereira (2014), em sua pesquisa, reflete acerca do trinômio: acesso/permanência/sucesso. Para o autor é necessário compreender que um depende do outro para efetivo resultado. O acesso é a porta de entrada e a permanência deve viabilizar condições para que os estudantes desenvolvam suas potencialidades, em um espaço saudável, para que assim alcance o sucesso. Portanto, o sucesso acadêmico vai além da conclusão do curso, compreendendo o desenvolvimento das capacidades humanas e intelectuais dos estudantes no decorrer do curso.

Diante desse cenário, a assistência estudantil no Ensino Superior tornou-se tema relevante na agenda do governo nos últimos anos, impulsionada pelos compromissos da democratização da educação e garantia de direitos (MACHADO; PAN, 2016). Para Santos e Freitas (2014), a política de Assistência estudantil afirma sua importância e apresenta-se como

um marco histórico como direito social, voltado para promover a equalização de oportunidades aos estudantes de ensino superior público.

3.2.5 Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

O PNAES foi um importante instrumento de regulação da assistência estudantil no Brasil, pois tomou a posição de política pública (BRITO; BARBOSA, 2017). Criado em 2010 pelo governo federal, atualmente, o PNAES converteu-se na principal política de assistência estudantil do ensino superior do país, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. Portanto, o PNAES constitui-se na matriz diretiva que define ações de Assistência Estudantil que deverão ser executadas pelas IFES brasileiras (SANTOS; FREITAS, 2014).

A aprovação do PNAES foi um marco na história da assistência estudantil no Brasil, pois o governo federal criou o compromisso, por lei, de garantir orçamento específico voltado à assistência estudantil para execução pelas IFES (GIUDICE; LORETO; AZEVEDO, 2013; BETZEK, 2015; ARAÚJO, 2017; PAULA, 2017).

A Tabela 3 mostra o crescimento dos investimentos no PNAES no período entre os anos de 2008 a 2013.

Tabela 3 – Valores investidos no PNAES.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valores investidos (R\$ em milhões)	125	203	304	400	504	590

Fonte: Fonaprace (2012).

Nota-se na Tabela 3 o aumento gradativo do investimento federal específico para esta política, que, segundo Santos e Freitas (2014) contribuíram sobremaneira para o reposicionamento da Assistência Estudantil na estrutura organizacional das IFES brasileiras, bem como para sua afirmação como política de governo.

Contudo, os mesmos autores ressaltam que, apesar do aparente salto quantitativo de recursos financeiros durante os anos, a política de expansão nas universidades públicas, preconizada REUNI, ampliou progressivamente os cursos e o ingresso de estudantes nas IFES. Dessa forma, os aumentos de recursos não parecem ser proporcionais à expansão acelerada de vagas. Kowalski (2012) resalta que nem sempre há uma relação estreita entre o aumento de vagas e o aumento de recursos transferidos pelo MEC para as IFES. Além disso, desde 2015, as IFES têm sofrido cortes no orçamento.

Para Vargas (2011), a política de assistência estudantil deve ser compreendida como um investimento a médio e longo prazo em mão de obra qualificada e em justiça social. Seus efeitos positivos vão muito além da diminuição dos índices de evasão e retenção no ensino superior, mas se revertem, também, no número de indivíduos e de suas famílias que deixam os estratos mais empobrecidos da hierarquia social e que, por meio do diploma, conquistam melhores empregos e melhor renda, influenciando no círculo de reprodução das desigualdades sociais existentes no Brasil.

Destaca-se que, mais profunda que a ampliação de recursos, foi a mudança na própria definição de assistência estudantil, com a criação do PNAES, que busca fornecer subsídios para permanência de estudantes, de baixa renda, nos cursos de graduação (MACHADO; MAGALDI, 2016). Nessa perspectiva, o PNAES objetiva democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O foco, de acordo com Andrade e Teixeira (2017), é contribuir para a melhoria no desempenho acadêmico do estudante, evitando a repetência e a evasão, pois essas situações geram um alto custo para o governo e para a instituição.

Apesar de o PNAES ser um programa federal sua execução é descentralizada, pois cada IFES tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. A única prerrogativa é que tenha como finalidade garantir assistência ao estudante e sejam desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Além disso, as ações das IFES, com o recurso do PNAES, devem ser efetivadas em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão (KOWALSKI, 2012; SANTOS; FREITAS, 2014; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

O PNAES objetiva, por meio das áreas supracitadas, uma cobertura ampla e uma visão holística de educação, pois somente com o desenvolvimento humano a qualidade da educação será tratada com primazia (CABRAL; GONÇALVES; COSTA, 2017).

Assis et al. (2013) ressaltam que as ações no âmbito da Política de Assistência aos estudantes não podem limitar-se ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social. A pesquisa de Andrade e Teixeira (2017) reforça que as ações de assistência estudantil devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para o

indivíduo realizar as atividades diárias na instituição, mas também de ordem pessoal e psicológica.

O desenvolvimento do estudante em suas atividades acadêmicas depende, não apenas, da qualidade do ensino, da efetivação e inclusão destes em atividades de pesquisa e extensão, mas também, de uma política efetiva de assistência em termos de moradia, saúde, alimentação, dentre outros (MORAES et al, 2011).

Para Moraes et al. (2011), a assistência estudantil contribui para que o estudante não apenas permaneça estudando, mas para que viva a vida universitária de maneira mais plena, sentindo-se pertencente ao curso e à universidade, além de apropriar-se da cultura acadêmica.

Diante da complexidade das necessidades do ser humano, segundo o Fonaprace (2012) a Política de Assistência Estudantil, no contexto do ensino superior, não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Deve, pois, possibilitar o desenvolvimento de ações em diversas áreas, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional.

A vivência acadêmica envolve o conjunto de experiências que os estudantes do ensino superior têm durante os anos de formação, em ambiente acadêmico institucional ou a ele vinculado. Abarca desde as atividades obrigatórias como aulas em classes e laboratórios e os estágios, até aquelas de caráter não obrigatório como: iniciação científica; atividades esportivas e artísticas; frequência ao restaurante da instituição; grupos de estudos; participação em eventos de natureza acadêmica e científica, como seminários e congressos; representação estudantil, dentre outros (GARRIDO et al., 2013).

Brito e Barbosa (2017) definem que a assistência estudantil transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante (ESTRADA; RADAELLI, 2017).

No âmbito do PNAES, cada instituição também é responsável por definir os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes, mas devem atender, prioritariamente, aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Além disso, cabe a cada instituição fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, prestando todas as informações solicitadas pelo Ministério da Educação.

Nesse contexto, Santos e Freitas (2014) argumentam que a função e papel social da universidade pública é produzir, sistematizar e socializar conhecimentos, formando cidadãos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tal princípio norteia, expressamente, as intenções do PNAES. A universidade, segundo Almeida (2011) e Vargas (2011), constitui-se um espaço de produção e de difusão do conhecimento, de formação e de sociabilidade, é um importante espaço para a transformação do atual padrão de relações excludente e desiguais.

Diante de tais afirmações no capítulo seguinte apresenta-se o empírico da pesquisa o PNAES na UFT, expondo um resumo do histórico da instituição, os principais programas da Política de Assistência Estudantil e o sistema de seleção dos estudantes.

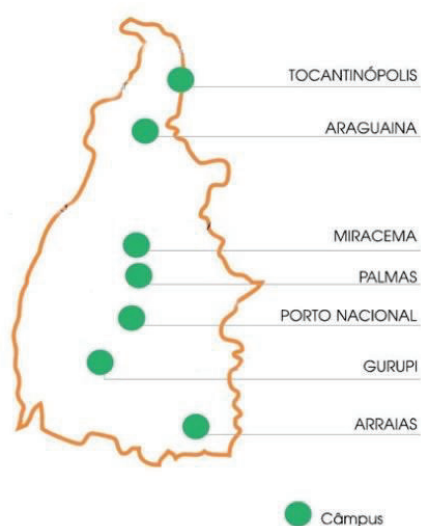
4 PNAES NA UFT: CONTEXTO DA PESQUISA

A UFT foi instituída pela Lei 10.032 (BRASIL, 2000), mas iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003. Desde então se tornou a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado do Tocantins, em termos de dimensão e desempenho acadêmico (UFT, 2016).

Atualmente, a universidade possui uma ampla infraestrutura e possui 18.881 estudantes (UFT, 2016). Destarte, são oferecidos mais de 50 cursos presenciais de graduação, entre licenciaturas, bacharelados e tecnológicos; 5 cursos à distância e ainda, cursos na modalidade semipresencial para formação de professores (Parfor); além de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo 19 cursos de mestrado acadêmicos, 12 cursos de mestrado profissionais, 6 doutorados e diversas opções de pós-graduação *lato sensu* - especializações e MBAs (UFT, 2018).

Possui uma estrutura multicampus, que garante que a universidade tenha uma presença efetiva de norte a sul do Estado e nos seus principais polos urbanos, conta com instalação em sete cidades: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis, conforme Figura 4.

Figura 4 – Distribuição geográfica dos câmpus da UFT.



Fonte: UFT, 2016.

Em sua trajetória, em consonância com seus valores, a UFT buscou a diversidade e equidade por meio de ações afirmativas como: a implantação de cotas, a consolidação de novos câmpus, a criação e a ampliação de novos cursos, entre outros (UFT, 2014).

Em 2004 a UFT foi pioneira entre as instituições federais de ensino a implantar cotas para indígenas. Em 2013 começou a reservar vagas para estudantes de escola pública e em 2014 para quilombolas (UFT, 2014).

Nesse contexto, a UFT começou a busca por maneiras de proporcionar condições equânimes de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente à população de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social e econômica, que passou a ser a maioria dos seus estudantes (UFT, 2017).

O macroprocesso da Assistência Estudantil está estreitamente relacionado à missão institucional da unidade, qual seja, “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”. A instituição se propõe, ainda a promover valores como: responsabilidade social e equidade (UFT, 2016).

De acordo com Alves (2013), foi a partir de 2005 que se destacou a necessidade de implantar uma política de assistência estudantil na UFT e, até 2008, as ações nesse sentido foram focalizadas em programas de bolsas. Um importante avanço na estruturação da política de assistência estudantil na UFT foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) em 2008, voltada a atender a essa demanda. Destaca-se que, inicialmente, a execução da Política de Assistência Estudantil na UFT ficara a cargo da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Educacionais, sendo que a partir de 2008 a Proest passou a ser responsável pela gestão dessa política.

Passados 10 anos de sua criação, dentre as competências da Proest destacam-se: desenvolver a política de assistência estudantil na Universidade; gerir as ações do PNAES; gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação, voltados para os estudantes; e, fomentar a participação dos estudantes da UFT em eventos científicos e acadêmicos.

Atualmente, a Resolução nº 26 (CONSUNI, 2017), dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT, e o Quadro 4 elenca os programas desenvolvidos pela instituição resumindo o seu principal objetivo.

Quadro 4 – Programas da Política de Assistência Estudantil da UFT.

Programa	Resumo dos objetivos
Programa de Integração dos Discentes Ingressantes - PIDI	Criar condições para recepção e acolhimento dos estudantes ingressantes, visando a sua integração ao meio acadêmico.
Programa Auxílio Alimentação - PAA	Atender as necessidades de alimentação básica dos estudantes mediante o fornecimento de refeições diárias pelo restaurante universitário ou por meio de

	auxílio financeiro.
Programa Moradia Estudantil - PME	Oferecer condições adequadas de moradia aos estudantes através de vagas em imóveis de propriedade da UFT ou alugados para essa finalidade e repasse mensal de auxílio financeiro para custeio de aluguel.
Programa Auxílio Transporte - PTr	Oferecer subsídio financeiro para auxiliar estudantes no custeio de despesas diárias referentes ao deslocamento no trajeto residência/universidade/residência, conforme calendário acadêmico letivo e disciplinas cursadas.
Programa Auxílio Permanência – PAP	Assegurar auxílio financeiro visando à permanência do estudante na universidade até a diplomação contribuindo para sua formação integral.
Programa Esportes e Lazer - PROEL	Realizar ações de educação esportiva, recreativa e de lazer capazes de contribuir para o processo de formação integral, melhoria da qualidade de vida e ampliação da integração social da comunidade universitária.
Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos - PAPE	Oferecer auxílio financeiro aos estudantes para contribuir com as despesas referentes à participação em eventos de cunho técnico, científico, cultural ou político-acadêmicos, dentro do país, tais como: conferências, congressos, cursos, encontros, jornadas, fóruns, simpósios, olimpíadas do conhecimento, seminários, mesas redondas, feiras, workshops e eventos esportivos.
Programa Acompanhamento Acadêmico – PROAC	Promover o acompanhamento do estudante visando à promoção do seu desempenho acadêmico no curso desde o ingresso até a diplomação considerando sua necessidade e peculiaridades no decorrer do processo de aprendizagem contribuindo com sua preparação para a vida profissional.
Programa Auxílio Saúde – PSaúde	Promover ações de saúde, no âmbito individual e/ou coletivo, de disponibilizar subsídio financeiro para tratamento em saúde mental dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante avaliação psicológica.
Programa Auxílio Creche - PAC	Auxiliar estudantes que tenham filhos na idade pré-escolar (zero a cinco anos e onze meses) na contratação de serviços de creches e/ou cuidadores com o intuito de contribuir com a manutenção das atividades acadêmicas e a redução da evasão decorrente da maternidade e/ou paternidade
Programa Apoio ao Discente Ingressante – PADI	Auxiliar estudantes ingressantes que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e aqueles reprovados nas disciplinas básicas curriculares.
Programa Inclusão e Acessibilidade - PAEI	Promover a acessibilidade arquitetônica, curricular, comunicacional, informacional e atitudinal e de ações de educação inclusiva em todo processo de formação do estudante.
Programa Bolsa Permanência MEC – PBP MEC	Viabilizar a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na universidade.
Programa de acesso democrático à Universidade - PADU	Agregar cursos preparatórios para seleções de acesso aos cursos de graduação da UFT, visando minimizar as consequências de um processo histórico de exclusão social, que afasta grande parte da população da Universidade Pública.
Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas PADIQ	

Programa Institucional de Monitoria – PIM	Realizar atividades de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas pelos estudantes da graduação e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante.
Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI	Realizar atividades de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas pelos estudantes da graduação e orientadas por professores, que contribuam para a formação acadêmica do estudante indígena.
Programa de Educação Tutorial - PET	Criar grupos tutoriais, vinculados a cursos específicos ou formados a partir de um tema que perpassa varias áreas do conhecimento, valorizando, assim, a abordagem inter(trans)disciplinar

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Ressalta-se que a UFT possui outros programas de formação acadêmica com bolsas, como por exemplo, o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA) e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); mas eles não fazem parte da Política de Assistência Estudantil ligada ao PNAES, pois não atendem, prioritariamente, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por outro lado, a UFT oferece alguns programas que fazem parte da Política de Assistência Estudantil ligada ao PNAES mesmo que suas bolsas não atendam, prioritariamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como por exemplo, o PADU, PADIQ, PIM, PIMI e PET, elencados no Quadro 4. Esses programas vão ao encontro da área de apoio pedagógico no que concerne suporte didático, principalmente, nas disciplinas em que os estudantes apresentam maior deficiência dos conhecimentos básicos necessários, auxiliando na melhoria do desempenho do estudante. Ademais, são programas de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) e Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex). Assim, contribuem para ações de Assistência Estudantil implementadas de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme prevê decreto do PNAES (BRASIL, 2010).

Os auxílios e bolsas oferecidas pela UFT são concedidos conforme disponibilidade orçamentária, assim nem todos os programas foram executados no período estudado, que abrange os anos de 2010 a 2017.

Atualmente, a UFT adotou um sistema unificado para concorrer aos programas de assistência estudantil, o sistema de Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (CUBO), nele é analisado o grau de vulnerabilidade socioeconômica do estudante para que ele possa

concorrer aos editais. Essa análise é feita com base no Programa de Indicadores Sociais (PISO) que identifica o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), obtendo-se uma análise econômica concreta e única.

A cada semestre é lançado o edital para o PISO com a finalidade de realizar a análise socioeconômica previamente de todos os estudantes ingressantes, veteranos e/ou que tenham a análise indeferida no sistema CUBO, essa análise servirá para que o estudante possa pleitear todos os editais da Proest, seja de auxílio permanência, alimentação, moradia, entre outros.

O IVS mensura e classifica a situação de vulnerabilidade socioeconômica considerando fatores como renda bruta familiar mensal, número de dependentes da renda do grupo familiar e fatores agravantes da situação de socioeconômica do estudante, através da seguinte fórmula, Figura 5.

Figura 5 – Fórmula para cálculo do IVS.

$$IVS = \frac{\text{fator x Renda Bruta}}{\text{valor do salário mínimo vigente x número de pessoas na família}}$$

Fonte: UFT, 2017.

O resultado do cálculo do IVS classifica a situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo os seguintes níveis: vulnerabilidade extrema, alta, moderada, baixa e muito baixa. O Quadro 5 apresenta as classes, o valor do IVS e o nível de vulnerabilidade, relacionando-os com os programas que os estudantes podem ser beneficiados.

Quadro 5 – Programa de Indicadores Sociais (PISO).

Classe	Valor do IVS (4 casas decimais)	Nível de vulnerabilidade	Programas que pode participar (máximo)
I	Entre 0,0000 a 0,2500	Extrema	Auxílio Alimentação + Auxílio Permanência OU Auxílio Alimentação + Auxílio Moradia
II	Entre 0,2501 a 0,5000	Alta	Auxílio Alimentação + Auxílio Permanência OU Auxílio Alimentação + Auxílio Moradia
III	Entre 0,5001 a 0,7500	Moderada	Auxílio Alimentação + Auxílio Moradia
IV	Entre 0,7501 a 1,0000	Baixa	Auxílio Alimentação + Auxílio Moradia
V	Entre 1,0001 a 1,5000	Muito Baixa	Auxílio Alimentação

Fonte: Pesquisa documental (2019).

A UFT prioriza o atendimento aos estudantes das classes I e II, mas havendo vagas remanescentes e disponibilidade orçamentária atende as demais classes. Para ser beneficiado com os programas oferecidos pela UFT, além de possuir renda per capita não excedente a um salário mínimo e meio, precisam estar devidamente matriculados em disciplinas da estrutura

curricular do curso de graduação presencial, perfazendo no mínimo 240 horas, não estar com trancamento total de matrícula, não estar com vínculo na situação formado, desvinculado ou transferência externa, não ter alguma formação superior (graduação). Além disso, o estudante beneficiado precisa manter um desempenho acadêmico satisfatório para continuar fazendo jus aos auxílios. A Proest faz a análise desses critérios semestralmente, desligando os estudantes que não cumpram essas normas, no segundo semestre de 2017 foram 36 estudantes desligados dos programas de assistência estudantil e essas vagas foram ofertadas em editais posteriores.

Diferentes estudos feitos em outras instituições apontam que os recursos recebidos do PNAES foram fator determinante para expansão dessa política na instituição (ALVES, 2013). Assim, a trajetória percorrida pela UFT será descrita nas próximas seções, que demonstram como os recursos advindos do PNAES possibilitaram a expansão das bolsas e investimentos em áreas como moradia, alimentação, cultura e esporte.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os objetivos propostos, a avaliação do PNAES na UFT foi realizada com base no fluxograma de Sano e Montenegro (2013) que leva em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação.

Com relação a dimensão insumo, utilizou-se como indicador as despesas pagas pela UFT utilizando o recurso do PNAES, ou seja, o dispêndio realizado pela instituição para execução da Política de Assistência Estudantil.

Segundo a Resolução do Consuni nº 26/2017, os recursos para financiamento da Política de Assistência Estudantil da UFT são originários dos recursos advindos do PNAES. A Tabela 4 apresenta as despesas pagas com o recurso provenientes do PNAES no período de 2010 a 2017 e a porcentagem da evolução em relação ao ano anterior, as informações foram obtidas do Portal da Transparência do governo federal.

Tabela 4 – Despesas pagas com o recurso do PNAES na UFT.

Ano	Grupo despesa		Total de despesas pagas (R\$)	% de evolução em relação ao ano anterior
	Despesas de capital	Despesas correntes		
2010	0	541.230,79	541.230,79	-
2011	2.432.615,14	2.473.683,43	4.906.298,57	806,51
2012	3.152.501,38	3.048.908,83	6.201.410,21	26,40
2013	2.860.658,49	3.537.022,52	6.397.681,01	3,16
2014	2.443.711,85	5.878.153,75	8.321.865,60	30,08
2015	467.513,67	7.071.254,31	7.538.767,98	-9,41
2016	878.435,46	10.986.979,61	11.865.415,07	57,39
2017	2.394.718,09	13.455.361,71	15.850.079,80	33,58
Total de despesas pagas 2010-2017			61.622.749,03	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Ressalta-se que os valores elencados na Tabela 10 dizem respeito às despesas realmente pagas e não às previsões orçamentárias, pois o foco dessa avaliação é demonstrar o que a UFT tem feito com o recurso recebido. Percebe-se que mesmo com os contingenciamentos e cortes promovidos pelo ajuste fiscal nos últimos meses do governo Dilma e no decorrer do governo Temer (FELIPPE; SILVA, 2018), ao longo do período de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, apresentado um crescimento menor em 2013 e com uma redução em 2015 de 9,41% em relação ao ano anterior. No período analisado, os principais cortes ocorreram nos repasses para despesas de capital, sendo que em 2010 não houve repasse. As despesas de capital são relacionadas com

aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de imóveis, entre outras que, normalmente, concorrem para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.

Em 2011, a UFT passou a receber recurso de capital do PNAES, a maior parte foi destinado a construção dos Restaurantes Universitários (RU), visto que essa ação possibilitaria atender um maior número de estudantes e mitigaria o problema do custo da alimentação para o estudante, principalmente dos cursos integrais. Assim, a princípio foi construído RU nos campus de Palmas, Araguaína e Gurupi, pois possuem maior número de curso integrais. Além disso, os recursos de capital foram, também, destinados para aquisição de mobiliários para as casas do estudante em parceria com o Estado e município.

Enquanto as despesas correntes são relativas a manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo, despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Assim, embora a UFT não tenha conseguido recursos para expandir com relação a obras para atender as necessidades dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, certamente conseguiu para manutenção dos programas já existentes, principalmente dos auxílios através das bolsas.

Segundo Fonaprace (2012), diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil, no contexto do ensino superior, não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, na perspectiva de formação ampliada dos estudantes, deve possibilitar o desenvolvimento de ações de caráter universal, por meio de programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, visando a redução das reprovações e evasão escolar.

Com o intuito de verificar se as ações de assistência estudantil executadas pela UFT estão de acordo com as áreas elencadas no Decreto nº 7.234/2010, a Tabela 5 faz essa correlação.

Tabela 5 – Ações de Assistência Estudantil UFT por área do PNAES.

Áreas recomendadas pelo PNAES	Ações desenvolvidas na UFT com o recurso do PNAES	Ano de execução
I - Moradia Estudantil	Casa do Estudante parceria Estado e Municípios	2010-2017
	Auxílio Permanência UFT	2010-2017
	Locação de imóvel para Casa do Estudante Porto Nacional	2015-2017
	Locação de imóvel para Casa do Estudante Indígena	2016
	Auxílio Moradia pecuniário	2017
	* continua.	

Tabela 5 – Ações de Assistência Estudantil UFT por área do PNAES.

Áreas recomendadas pelo PNAES	Ações desenvolvidas na UFT com o recurso do PNAES	Ano de execução
	Aquisição de mobiliário para casa dos Estudantes	2016
	Bolsa do Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes (CECLLA)	2011-2012
II – Alimentação	Auxílio Permanência UFT	2010-2017
	Auxílio Alimentação RU Palmas e Araguaína	2014-2017
	Auxílio Alimentação RU Gurupi	2016-2017
	Auxílio Alimentação RU Porto Nacional	2017
	Auxílio alimentação pecuniário para campus sem RU	2017
	Bolsa do CECLLA	2011-2012
III – Transporte	Auxílio Permanência UFT	2010-2017
	Bolsa do CECLLA	2011-2012
IV – Atenção à saúde	Auxílio Saúde	2016-2017
V – Inclusão digital	Não foi encontrado nenhuma ação nesse quesito	-
VI – Cultura e VII – Esporte	Auxílio para organização de eventos	2014-2015
	Aquisição de material esportivo	2011-2014
	Auxílio para participação em eventos (locação de ônibus)	2010, 2013-2016
	Auxílio para participação em eventos (passagens)	2011-2012
	Auxílio para participação em eventos (auxílio pecuniário)	2015
VIII – Creche	Não foi encontrado nenhuma ação nesse quesito	-
IX – Apoio pedagógico	Programa de Acompanhamento Acadêmico	
	PADI	2015-2017
	PADU	2015-2017
	PIM	2016
X – Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	Aquisição de software e equipamentos de áudio e vídeo para Educação Inclusiva	2016

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Compreende-se que a UFT buscou, ao longo dos anos, efetivar a Política de Assistência Estudantil, por meio de programas e/ou ações em quase todas as áreas do PNAES. A Bolsa Permanência e Bolsa do Ceclla são ofertadas a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de contribuir com sua permanência, por meio de um auxílio pecuniário que visa minimizar as dificuldades de ordem econômica como moradia, alimentação e transporte, de acordo com a necessidade do estudante.

Nas áreas de inclusão digital e creche a UFT, no período analisado, não executou programas ou ações com os recursos recebidos do PNAES. Porém, é importante destacar que, em 2018 a UFT lançou edital para o Projeto Monitoria para Inclusão Digital, que oferece bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e também oferece orientação e suporte aos estudantes indígenas, quilombolas e para pessoas com deficiência auditiva nos processos de inclusão digital, que propiciam condições de integração dos benefícios da informática como ferramenta para diminuir as diferenças sociais.

Na área de Moradia, em consonância com Assis et al. (2013) as casas do estudante são um exemplo de articulação das IES com outros órgãos para execução da política de assistência estudantil. A UFT, por meio das parcerias com o Estado do Tocantins e com prefeituras municipais, possui casas do estudante nas cidades de Arraias, Araguaína, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis para atender estudantes que, em geral, necessitam de suportes. Além disso, nas cidades de Palmas, Araguaína e Miracema existem casas exclusivas para os estudantes indígenas, mantidas pela União do Estudante Indígena do Tocantins (Uneit). Como os imóveis não pertencem a UFT, de acordo com as regulamentações vigentes, a universidade não pode administrar e nem reformar, assim, somente presta apoio à moradia dos estudantes por meio da doação de móveis adquiridos com o recurso do PNAES. Nesse contexto, a maioria das Casas do Estudante encontram-se em situações precárias no que se refere a estrutura dos prédios.

No campus de Porto Nacional, devido ao fato do prédio da casa do estudante ter sido condenada como inadequada para moradia, a UFT, em parceria com a Prefeitura Municipal, alugou a partir de setembro/2015 um imóvel para atender, provisoriamente, aos estudantes da instituição. No final do ano de 2017, o câmpus reformou um dos prédios para moradia estudantil e o primeiro edital foi publicado em dezembro de 2017 para preenchimento de 43 vagas. Também em 2017, iniciou-se, a partir do segundo semestre, o Auxílio Moradia pecuniário no valor de R\$ 300,00 reais para estudantes não contemplados pela casa do estudante, no primeiro edital a vigência do auxílio foi de setembro a dezembro de 2017 e atendeu aproximadamente 461 estudantes.

Em relação a área de alimentação, a UFT iniciou suas ações com a efetivação do auxílio alimentação através do fornecimento de alimentação através dos RUs. Nos RUs, os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica extrema e alta têm acesso gratuito, já os estudantes com vulnerabilidade média e baixa recebem subsídio, pagando o valor de R\$1,50 por refeição. Ressalta-se que os demais estudantes da universidade também recebem subsídio e pagam o valor de R\$ 2,50.

Os RUs funcionam nos câmpus de Palmas e Araguaína-EMVZ, respectivamente desde julho e agosto de 2014, sendo que em julho de 2017 foi inaugurada uma extensão do RU em Araguaína, no câmpus Cimba. Em 2016, as obras do RU no câmpus de Gurupi foram concluídas e o auxílio alimentação começou a ser ofertado. A partir de 2017 o câmpus de Porto Nacional, também, começou a ofertar esse auxílio, graças a adequação de espaço físico para funcionar o restaurante, mas com uma estrutura menor do que nos outros câmpus, visto possuir menor demanda de estudantes.

Nos campus da UFT que não possuem RU, desde o segundo semestre de 2017, passou a ser concedido o Auxílio Alimentação pecuniário no valor de R\$ 400,00, para os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica extrema e alta, já os estudantes com vulnerabilidade média e baixa recebem auxílio de R\$ 340,00.

No que diz respeito a área de transporte, a UFT não oferece auxílio financeiro específico, portanto é atribuída ao Auxílio Permanência, a Bolsa Cecla e outras bolsas a função de custear as despesas com transportes para os estudantes com baixa renda. Porém, considerando o valor da bolsa, o alto custo de vida e outras despesas, em algumas cidades onde estão alocados os câmpus, alguns estudantes encontram dificuldades para custearem seu meio de transporte. Em Palmas existe uma linha de ônibus gratuita para estudantes da UFT, ela passa por quadras que ligam a Estação de ônibus Apinajé ao campus.

No tocante da atenção à saúde, em 2016 e 2017 a UFT ofereceu um auxílio pecuniário no valor de R\$ 350,00 reais, beneficiando aproximadamente 48 estudantes em 2017. Quanto a área da cultura e do esporte, a UFT oferece aos seus estudantes apoio à participação em eventos científicos, tecnológicos, artísticos, culturais, esportivos e políticos acadêmicos através de locação de ônibus, passagens e auxílios pecuniários. Além disso, auxilia financeiramente os eventos organizados pelos estudantes. No período de 2010 a 2017 a locação de ônibus foi o tipo de apoio mais oferecido pela UFT, o que viabiliza que mais estudantes possam participar dos eventos.

A problemática para composição ou recomposição de um quadro técnico estruturado de forma a operacionalizar as ações da assistência estudantil, em conjunto com a falta de um ambiente adequado para atendimento ao estudante, segundo o Fonaprace (2012), são os maiores entraves para a execução de uma política eficiente de assistência.

Esses entraves são percebidos na UFT com relação a área de apoio pedagógico, visto que a instituição ainda não possui uma equipe multidisciplinar e ambiente adequado em todos os campus. Essa, é uma das ações a ser desenvolvida e está elencada no PDI 2016-2010: “A3.8.2.10 Adequar setores que prestam assistência estudantil nos câmpus para que desenvolvam trabalho multiprofissional para acolhimento e direcionamento de estudantes” (UFT, 2017).

Ainda com relação a área de apoio pedagógico, a UFT oferece o PADU, PADI e PIM, apesar das bolsas desses programas não serem exclusivos para estudantes em vulnerabilidade, suas atividades visam atender os arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 7.234/2010 que dispõe sobre o PNAES, visto que proporciona aos estudantes suporte didático, no sentido de minimizar deficiências de conhecimentos necessários às disciplinas dos cursos de graduação; contribuir

para a redução do índice de reprovação, retenção e evasão; e promover a democratização do ensino superior, com excelência.

Por fim, com relação ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, apenas em 2016 a UFT utilizou os recursos do PNAES para aquisição de materiais para ações nessa área.

Nota-se que em algumas áreas a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, isso porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis (UFT, 2018). Assis et al. (2013) evidenciam que as universidades enfrentam dificuldades, principalmente no tocante à ausência de recursos humanos e financeiros suficientes para atender à demanda crescente, imposta pelas políticas de ampliação de vagas, à abertura de cursos noturnos, dentre outros. Dessa forma, nem sempre o aumento do recurso é proporcional ao aumento da demanda por assistência.

Para análise da dimensão Processo (Eficiência) foram analisados: percentual de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade no período de 2015-2017; o número de estudantes que solicitam os benefícios da assistência estudantil da UFT em 2017; o número de estudantes atendidos pelos benefícios da assistência estudantil da UFT em 2017; e o número de benefícios concedidos.

Para conhecer o percentual de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade, foram levantados o número total de estudantes ingressantes dos cursos de graduação presenciais, bem como o número de estudantes ingressantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, ou seja, que se declararam em situação de vulnerabilidade socioeconômica na matrícula. Foram levantados os dados dos cursos de graduação presencial dos sete campus no período de 2015 a 2017, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	2015			2016			2017			
				T	Pretos Pardos Indígenas	%V	T	Pretos Pardos Indígenas	%V	T	Pretos Pardos Indígenas	%V	
Araguaina	História	M	BAC	13	5	38,46	3	17	0,00	*	15	3	19,78
	Medicina Veterinária	I	BAC	63	11	23,81	85	17	23,53	91	18	4	23,66
	Zootecnia	I	BAC	56	15	33,93	90	17	22,22	93	6	2	20,00
	Biologia	M	LIC	23	4	26,09	36	6	22,22	40	6	2	22,86
	Biologia	N	LIC	27	3	22,22	37	7	24,14	29	4	2	20,69
	Física	M	LIC	19	2	26,32	29	5	13,33	32	4	1	15,63
	Física	N	LIC	13	1	23,08	30	2	24,39	44	6	2	18,18
	Geografia	M	LIC	19	4	21,05	41	7	21,74	44	8	2	22,73
	Geografia	N	LIC	36	6	16,67	46	8	26,67	43	9	2	25,58
	História	M	LIC	*			30	6	22,73	45	8	2	22,22
	História	N	LIC	34	4	14,71	44	10	23,81	42	8	2	23,81
	Letras	M	LIC	34	10	35,29	42	9	20,83	86	17	4	24,42
	Letras	N	LIC	77	20	31,17	96	17	19,15	43	10	2	27,91
	Matemática	M	LIC	22	8	40,91	47	8	12,50	41	7	2	21,95
	Matemática	N	LIC	24	4	25,00	40	4	29,41	35	5	1	17,14
	Química	M	LIC	23	7	34,78	34	9	16,13	36	6	2	22,22
	Química	N	LIC	21	2	14,29	31	4	21,43	28	6	2	28,57
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	17	6	41,18	28	3	42,86	29	7	1	27,59
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	17	2	17,65	21	4	12,00	23	5	2	30,43
	Gestão de Turismo	M	TEC	20	3	20,00	25	2					

* continua.

Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	2015				2016				2017			
				V		%V	V		%V	V		%V	V		%V
				T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas	
	Gestão de Turismo	N	TEC	10	1	10,00	20	4	2	30,00	30	3	2	16,67	
	Logística	M	TEC	15	4	33,33	33	10	2	36,36	30	6	2	26,67	
	Logística	N	TEC	26	7	30,77	41	6	4	24,39	33	7	1	24,24	
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	120		0,00	126			0,00	*				
	Matemática	M	LIC	19	5	31,58	36	6	2	22,22	36	6	2	22,22	
	Matemática	N	LIC	22	5	27,27	16	3	1	25,00	39	7	1	20,51	
	Pedagogia	M	LIC	32	7	28,13	40	8	2	25,00	40	6	3	22,50	
	Pedagogia	N	LIC	46	8	26,09	42	8	1	21,43	44	8	2	22,73	
	Turismo	N	TEC	40	8	25,00	41	9	1	24,39	44	5	2	15,91	
	Patrimonial e Socioambiental														
Gurupi	Agronomia	I	BAC	76	17	25,00	92	17	5	23,91	99	17	4	21,21	
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	56	10	23,21	54	11	1	22,22	69	12	2	20,29	
	Engenharia Florestal	I	BAC	61	15	27,87	75	17	3	26,67	74	9	6	20,27	
	Química Ambiental	I	BAC	32	12	37,50	56	11	5	28,57	52	10	3	25,00	
Miracema	Psicologia	I	BAC				45	8	5	28,89	42	9	3	28,57	
	Serviço Social	M	BAC	15	3	20,00	38	8	1	23,68	42	8	2	23,81	
	Serviço Social	N	BAC	31	10	38,71	41	6	4	24,39	46	8	2	21,74	

* **Continua.**

Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	2015			2016			2017					
				T	V		T	V		T	V				
					Pretos Pardos Indígenas	Demais		%V	Pretos Pardos Indígenas		Demais	%V	Pretos Pardos Indígenas	Demais	%V
	Educação Física	N	LIC	32	13	1	43,75	42	8	2	23,81	41	9	2	26,83
	Pedagogia	M	LIC	16	4	2	37,50	35	6	2	22,86	40	8	2	25,00
	Pedagogia	N	LIC	22	8	1	40,91	44	9	2	25,00	40	8	2	25,00
Palmas	Administração	M	BAC	35	4	1	14,29	66	8	2	15,15	61	9	2	18,03
	Administração	N	BAC	39	7	2	23,08	55	12	3	27,27	51	8	2	19,61
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	51	12	1	25,49	58	13	2	25,86	72	10	3	18,06
	Ciências da Computação	I	BAC	77	18	2	25,97	95	16	4	21,05	94	17	4	22,34
	Ciências Contábeis	N	BAC	86	17	4	24,42	96	18	5	23,96	97	16	5	21,65
	Ciências Econômicas	M	BAC	29	7	1	27,59	49	9	2	22,45	48	10	2	25,00
	Ciências Econômicas	N	BAC	50	8	2	20,00	48	9	1	20,83	47	8	2	21,28
	Comunicação Social	N	BAC	39	7	1	20,51	*				*			
	Jornalismo	M	BAC	34	11	1	35,29	58	11	3	24,14	50	9	2	22,00
	Jornalismo	N	BAC	34	7		20,59	48	8	2	20,83	44	8	1	20,45
	Direito	M	BAC	42	10	2	28,57	59	10	1	18,64	68	8	3	16,18
	Direito	N	BAC	45	9	3	26,67	48	8	2	20,83	52	7	2	17,31
	Enfermagem	I	BAC	43	5	1	13,95	52	8	3	21,15	56	9	2	19,64
	Engenharia Ambiental	I	BAC	80	15	3	22,50	99	16	4	20,20	99	19	5	24,24

* Continua.

Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	2015				2016				2017			
				V		%V	V		%V	V		%V	V		%V
				T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas		T	Pretos Pardos Indígenas	
	Engenharia Civil	I	BAC	86	17	4	24,42	102	17	4	20,59	106	16	5	19,81
	Engenharia de Alimentos	I	BAC	75	14	3	22,67	94	21	3	25,53	88	16	4	22,73
	Engenharia Elétrica	I	BAC	83	16	4	24,10	113	13	4	15,04	102	17	4	20,59
	Medicina	I	BAC	91	16	7	25,27	103	20	4	23,30	125	23	4	21,60
	Nutrição	I	BAC	78	14	3	21,79	103	17	3	19,42	97	16	4	20,62
	Filosofia	N	LIC	75	16	3	25,33	111	18	4	19,82	90	16	4	22,22
	Pedagogia	N	LIC	73	16	4	27,40	95	19	2	22,11	97	17	5	22,68
	Teatro	N	LIC	47	8	1	19,15	54	9	1	18,52	68	12	3	22,06
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	22	4		18,18	37	7	1	21,62	35	6	2	22,86
	Ciências Sociais	N	BAC	55	12	1	23,64	38	7	1	21,05	41	7	2	21,95
	Geografia	M	BAC	21	6	1	33,33	20	1		5,00	38	7	2	23,68
	Relações Internacionais	M	BAC	14	1	1	14,29	*				1			0,00
	Relações Internacionais	V	BAC	29	8		27,59	34	7	2	26,47	44	7	2	20,45
	Ciências Biológicas	I	LIC	17	2	1	17,65	39	6	2	20,51	35	6	2	22,86
	Geografia	N	LIC	33	7		21,21	47	8	1	19,15	48	8	2	20,83
	História	M	LIC	11	2	1	27,27	32	6	1	21,88	38	5	4	23,68
	História	N	LIC	14	4	2	42,86	13	4		30,77	44	10	2	27,27

* **Continua.**

Tabela 6 – Estudantes ingressantes totais autodeclarados vulneráveis (na matrícula) no período de 2015 a 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	2015				2016				2017						
				V		T	%V		V		T	%V		V		T	%V	
				Pardos Indígenas	Demais		Pardos Indígenas	Demais	Pardos Indígenas	Demais		Pardos Indígenas	Demais					
Letras	M	LIC	34	11	1	35,29	61	8	1	14,75	56	14	2	28,57				
Letras	N	LIC	41	7	2	21,95	41	9	1	24,39	48	9	2	22,92				
Letras - Libras	I	LIC	31	1	1	6,45	21			0,00	26			0,00				
Tocantinópolis																		
Ciências Sociais	N	LIC	25	4	1	20,00	36	8	2	27,78	28	2	1	10,71				
Educação Física	N	LIC	41	8	2	24,39	42	8	1	21,43	42	8	2	23,81				
Educação do Campo	I	LIC	105			0,00	80	2		2,50	44	1		2,27				
Pedagogia	M	LIC	36	10	2	33,33	42	8	2	23,81	*							
Pedagogia	N	LIC	1			0,00	*			41	9	1	24,39					
Total			3.051	595	127	23,66	3.941	669	156	20,93	3.921	671	177	21,63				

Fonte: Pesquisa documental (2019).

* Não houve dados de ingressantes.

T – Total de estudantes ingressantes.

V – Estudantes autodeclarados vulneráveis na matrícula.

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC - Tecnologia

I – Integral; M – Matutino; V - Vespertino; N – Noturno

De acordo com o número total de estudantes nos três anos pesquisados, identifica-se um pequeno aumento no número de estudantes ingressantes na Universidade, entretanto, constata-se que não há aumento na proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em relação ao total de estudantes. Os estudantes ingressantes respondem um questionário socioeconômico, mas nem sempre eles manifestam sua situação de vulnerabilidade, segundo Graeff (2014) um dos motivos seria a visão que algumas pessoas têm de remeter vulnerabilidade, cota e assistência estudantil à pobreza, incapacidade e a ideia de ajuda/benesse/caridade.

Com relação aos cursos com maior porcentagem de ingressantes em situação de vulnerabilidade, em 2015 foram Educação Física (43,75%) no campus de Miracema, História noturno (42,86%) no campus de Porto Nacional, Gestão de Cooperativas matutino (41,18%) e Matemática matutino (40,91%) no campus de Araguaína, e Pedagogia noturno (40,91%) em Miracema. Em 2016 foram os cursos de Gestão de Cooperativas noturno (42,86%) e Logística matutino em Araguaína, História noturno (30,77%) em Porto Nacional e Gestão do Turismo noturno (30%) em Araguaína. E no ano de 2017 foram os cursos de Gestão do Turismo matutino (30,43%) e Gestão de Cooperativas matutino (28,57%) em Araguaína, Psicologia (28,57%) em Miracema e Letras noturno (28,57%) em Porto Nacional. Destaca-se atenção para o Curso de Gestão de Cooperativas em Araguaína que apareceu todos os anos do período pesquisado entre os três primeiros com maior porcentagem de ingressantes em vulnerabilidade, e o de História em Porto Nacional que ficou entre os três primeiros em 2015 e 2016.

Levando em consideração o total por campus, Miracema foi o que apresentou a maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade, sendo que em 2015 esses estudantes representavam 37,93% dos ingressantes e em 2017 representavam 52%. Enquanto o campus que apresentou menor porcentagem de ingressantes em situação de vulnerabilidade em 2015 e 2017 foi Tocantinópolis com 12,98% e 15,48%, respectivamente. E em 2016, Arraias foi o campus com menor porcentagem de ingressantes em situação de vulnerabilidade, representando 13,62% do total.

Com relação ao tipo do curso, os cursos de Tecnologia obtiveram em todos os anos do período pesquisado o maior percentual médio de ingressantes em vulnerabilidade sendo 25,42% em 2015, 27,35% em 2016 e 24,30% em 2017. Enquanto em 2015 e 2016 os cursos de Bacharelado ficaram em segundo lugar com percentual médio de 25,23% e 21,39% respectivamente, porém em 2017 os cursos de licenciatura obtiveram o segundo maior percentual médio 21,27%.

No que diz respeito ao turno dos cursos, em 2015 e 2017 o maior percentual médio foi dos cursos no período matutino com, respectivamente, 29,73% e 22,26% de ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E em 2016 o maior percentual foi do curso no período vespertino, ressalta-se que a UFT oferece nesse turno apenas o curso de Relações Internacionais em Porto Nacional. As tabelas que explanam, separadamente, os dados por campus, tipo e turno se encontram no Apêndice B.

No que concerne ao número de estudantes que solicitaram algum auxílio da assistência estudantil e o número de estudantes que foram atendidos, só foi possível obter dados do ano de 2017, a Proest esclareceu que os dados começaram a ser informatizados a partir de 2017, e que ainda esta em fase de implantação e testes, dessa forma não foi possível disponibilizar dados dos anos anteriores. Em 2017 o total de estudantes regularmente matriculados na graduação (UFT, 2018) foi de 12.517, sendo que 2.766 deles solicitaram algum benefício da assistência estudantil, o que corresponde a 22,09% dos estudantes, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa		
Araguaína	História	M	BAC	3	4	2			9	513
	Medicina Veterinária	I	BAC	28	37	40	12	6	123	
	Zootecnia	I	BAC	26	24	24	6	20	100	
	Biologia	M	LIC	6	21	6		2	35	
	Biologia	N	LIC	7	4	14	2	6	33	
	Física	M	LIC		1		2	2	5	
	Física	N	LIC	3	1	2			6	
	Geografia	M	LIC	5	10	8		2	25	
	Geografia	N	LIC	4	8	6	2		20	
	História	M	LIC	2	2		4		8	
	História	N	LIC	2	2				4	
	Letras	M	LIC	7	5	8	4	2	26	
	Letras	N	LIC	2	3	8	2	4	19	
	Matemática	M	LIC	9	8	6	2	2	27	
	Matemática	N	LIC	4	4	2			10	
	Química	M	LIC	5	3	1	1		10	
	Química	N	LIC	2	1	4		2	9	
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	6	2	2			10	
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1					1	
	Gestão de Turismo	M	TEC	3	3	6			12	

* **continua.**

Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa		
	Gestão de Turismo	N	TEC		2					2
	Logística	M	TEC	3	4	2	2			11
	Logística	N	TEC		2	2		4		8
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	33	23	18	14	10		98
	Matemática	M	LIC	17	18	14	6	2		57
	Matemática	N	LIC	18	12			4		34
	Pedagogia	M	LIC	45	23	2	6			76
	Pedagogia	N	LIC	21	18	14	6	2		61
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	14	7	8	6			35
	Gurupi	Agronomia	I	BAC	33	67	44	18	10	
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	23	34	22	14	4		97
	Engenharia Florestal	I	BAC	40	51	30	18	8		147
	Química Ambiental	I	BAC	29	17	10	2			58
Miracema	Psicologia	I	BAC	12	9	2	2	4		29
	Serviço Social	M	BAC	13	13	12	4	2		44
	Serviço Social	N	BAC	18	7	8		10		43

* **continua.**

Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa		
	Educação Física	N	LIC	6	6	10	4	4	30	
	Pedagogia	M	LIC	9	14	2	2	2	29	
	Pedagogia	N	LIC	18	15	14	6	2	55	
Palmas	Administração	M	BAC	5	5	2	2	2	14	691
	Administração	N	BAC	4	2	4	2		12	
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	8	15	6	4	6	39	
	Ciências da Computação	I	BAC	9	4	6	2		21	
	Ciências Contábeis	N	BAC	6	7	8	4	2	27	
	Ciências Econômicas	M	BAC	3	4	4	6		17	
	Ciências Econômicas	N	BAC	2	2	2			6	
	Jornalismo	M	BAC	6	9			2	17	
	Jornalismo	N	BAC	1	1	2		2	6	
	Direito	M	BAC	5	5	10	2		22	
	Direito	N	BAC	2	4	6	2		14	
	Enfermagem	I	BAC	6	6	6	2	2	22	
	Engenharia Ambiental	I	BAC	9	26	24	2	20	81	
	Engenharia Civil	I	BAC	5	18	20	8	16	67	

* **continua.**

Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa		
	Engenharia de Alimentos	I	BAC	9	23	20	4	8	64	
	Engenharia Elétrica	I	BAC	11	23	20	2	8	64	
	Medicina	I	BAC	8	8	18	8	16	58	
	Nutrição	I	BAC	12	21	22	10	8	73	
	Artes-Teatro	N	LIC	1	2				3	
	Filosofia	N	LIC	5	7	4	4		20	
	Pedagogia	N	LIC	8	7	6	4	2	27	
	Teatro	N	LIC	7	4	6			17	
Porto Nacional									117	
	Ciências Biológicas	I	BAC	7	8		8		23	
	Ciências Sociais	N	BAC	4	6				10	
	Geografia	M	BAC				2		2	
	Relações Internacionais	V	BAC	2	2	2			6	
	Ciências Biológicas	I	LIC	8	4	8	2		22	
	Geografia	N	LIC		2	4	4		10	
	História	M	LIC	5	1		2	4	12	
	História	N	LIC	2	1				3	
	Letras	M	LIC	3	7			4	14	
	Letras	N	LIC	5	3	2			10	
	Letras – Libras	I	LIC		1	2		2	5	

* **continua.**

Tabela 7 – Estudantes solicitantes da política da assistência estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus	
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa			
Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC		2	2	2	2	2	6	380
	Ciências Sociais	N	LIC	12	12	2	2	2	2	30	
	Educação Física	N	LIC	15	15	14	4	10	10	58	
	Educação do Campo	I	LIC	57	36	12	16	2	2	123	
	Pedagogia	M	LIC	45	38	18	10	6	6	117	
	Pedagogia	N	LIC	17	7	14	4	4	4	46	
Total de estudantes solicitantes por nível de vulnerabilidade				791	833	626	268	246			
				Total de estudantes solicitantes em todos os câmpus							2.766

Fonte: Pesquisa documental (2019).

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC - Tecnologia

I – Integral; M – Matutino; V - Vespertino; N – Noturno

De acordo com a leitura da Tabela 7, a maioria dos estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017 são classificados em situação de vulnerabilidade Alta (30,12%) e Extrema (28,60%), que são os níveis que a UFT prioriza no atendimento. Os cursos com o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema foram Educação do Campo em Tocantinópolis com 57 solicitantes, Pedagogia em Arraias e em Tocantinópolis, ambos com 45 estudantes solicitantes e no período matutino. E com relação ao nível de vulnerabilidade Alta o maior número de estudantes solicitantes foram nos cursos de Agronomia em Gurupi com 67 solicitantes, Engenharia Florestal em Gurupi com 51 solicitantes e Pedagogia no período noturno em Tocantinópolis com 38 estudantes solicitantes.

Os campus com maior número de solicitantes dos auxílios em 2017 foram Palmas, Araguaína e Gurupi representando, respectivamente, 24,98%, 18,55% e 17,14% do total. Relacionando o nível de vulnerabilidade com o total de solicitantes do campus, Arraias possui o maior percentual de solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema representando 41% do seu total, seguido de Tocantinópolis com 38,42%, enquanto Gurupi possui o maior percentual de solicitantes de Alta vulnerabilidade com 35,65% e Porto Nacional com 29,91%.

Os cursos de Bacharelado apresentaram o maior número de estudantes solicitantes, sendo que em ordem decrescente ficaram os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal em Gurupi com 172 e 147 solicitantes, respectivamente. Nos cursos de Licenciatura os maiores números de solicitantes foram dos cursos de Educação do Campo e Pedagogia matutino em Tocantinópolis, enquanto nos cursos de Tecnologia o curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental em Arraias apresentou o maior número de solicitantes, sendo 35 estudantes.

Com relação ao turno, os quatro cursos com maior número de estudantes que solicitam os auxílios são os Integrais, sendo eles, em ordem decrescente de solicitantes: Agronomia (172) em Gurupi, Engenharia Florestal (147) em Gurupi, Medicina Veterinária em Araguaína (123) e Educação do Campo (123) em Tocantinópolis. Uma possível explicação para concentração de solicitantes nos cursos integrais está na perspectiva de que as aulas ocorrem em turnos diversos, principalmente no turno matutino e vespertino, o que impossibilita conciliar o ensino universitário com o trabalho remunerado durante o dia. Além disso, com relação ao turno matutino e noturno os cursos de Pedagogia apresentaram o maior número de solicitantes, em Tocantinópolis (117) e Arraias (76) no período da manhã, e em Arraias (61) no período da noite. As tabelas que explanam, separadamente, os dados por campus, tipo e turno se encontram no Apêndice C.

Quanto ao número de estudantes atendidos pelas Política de Assistência Estudantil em

2017, a Tabela 8 apresenta os dados por curso e campus de acordo com o nível de vulnerabilidade.

Tabela 8 – Número de estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade e curso, em 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade					Total por curso campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa	
	História	M	BAC	3	4	1			8
	Medicina Veterinária	I	BAC	28	37	12	4	1	82
	Zootecnia	I	BAC	26	24	8	4		62
	Biologia	M	LIC	6	21	1			28
	Biologia	N	LIC	7	4	3			14
	Física	M	LIC		1				1
	Física	N	LIC	3	1				4
	Geografia	M	LIC	5	10	1			16
	Geografia	N	LIC	4	8	1	2		15
	História	M	LIC	2	2		1		5
	História	N	LIC	2	2				4
	Letras	M	LIC	7	5	1	1	1	15
	Letras	N	LIC	2	3	3			8
	Matemática	M	LIC	9	8	2			19
	Matemática	N	LIC	4	4				8
	Química	M	LIC	5	3	1	1		10
	Química	N	LIC	2	1	2			5
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	6	2				8
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1					1
	Gestão de Turismo	M	TEC	3	3	3			9
	Gestão de Turismo	N	TEC		2				2
	Logística	M	TEC	3	4	1	1		9
									336

* **continua.**

Tabela 8 – Número de estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade e curso, em 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade				Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa		
Arraias	Logística	N	TEC	2				1	3
	Educação do Campo	I	LIC	33	23	6	4		66
	Matemática	M	LIC	17	18	2	2		39
	Matemática	N	LIC	18	12	1		1	32
	Pedagogia	M	LIC	45	23	2	4		74
	Pedagogia	N	LIC	21	18	4	1		44
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	14	7	3	2		26
Gurupi	Agronomia	I	BAC	33	67	16	14	2	132
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	23	34	15	3	1	76
	Engenharia Florestal	I	BAC	40	51	9	9	1	110
	Química Ambiental	I	BAC	29	17	1	2	1	50
	Psicologia	I	BAC	12	9	2			23
Miracema	Serviço Social	M	BAC	13	13	4			30
	Serviço Social	N	BAC	18	7	3		1	29
	Educação Física	N	LIC	6	6	3	2		17
	Pedagogia	M	LIC	9	14	2	1	1	27
	Pedagogia	N	LIC	18	15	3	2		38
Palmas	Administração	M	BAC	5	5	1			11
	Administração	N	BAC	4	2	1	1		8
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	8	15	2	1		26

* continua.

Tabela 8 – Número de estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade e curso, em 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade					Total por curso campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa	
	Ciências da Computação	I	BAC	9	4	1	2		16
	Ciências Contábeis	N	BAC	6	7	2	1		16
	Ciências Econômicas	M	BAC	3	4		1		8
	Ciências Econômicas	N	BAC	2	2				4
	Jornalismo	M	BAC	6	9				15
	Jornalismo	N	BAC	1	1	1			3
	Direito	M	BAC	5	5	3	1		14
	Direito	N	BAC	2	4		1		7
	Enfermagem	I	BAC	6	6	3	1		16
	Engenharia Ambiental	I	BAC	9	26	11		1	47
	Engenharia Civil	I	BAC	5	18	6	3	2	34
	Engenharia de Alimentos	I	BAC	9	23	6		1	39
	Engenharia Elétrica	I	BAC	11	23	7		5	46
	Medicina	I	BAC	8	8	5		2	23
	Nutrição	I	BAC	12	21	6	3	1	43
	Artes-Teatro	N	LIC	1	2				3
	Filosofia	N	LIC	5	7	3	1		16
	Pedagogia	N	LIC	8	7				15
	Teatro	N	LIC	7	4	2		1	14
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	7	8		2		17
	Ciências Sociais	N	BAC	4	6				10
	Relações Internacionais	V	BAC	2	2	1			5

* **continua.**

Tabela 8 – Número de estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil da UFT por nível de vulnerabilidade e curso, em 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade					Total por curso	Total por campus
				Extrema	Alta	Moderada	Baixa	Muito baixa		
Tocantinópolis	Ciências Biológicas	I	LIC	8	4	2			14	
	Geografia	N	LIC		2				2	
	História	M	LIC	5	1		1		7	
	História	N	LIC	2	1				3	
	Letras	M	LIC	3	7				10	
	Letras	N	LIC	5	3	2			10	
	Letras - Libras	I	LIC		1				1	
	Ciências Sociais	M	LIC		2				2	302
	Ciências Sociais	N	LIC	12	12		2		26	
	Educação Física	N	LIC	15	15	7		1	38	
Educação do Campo	I	LIC	57	36	9	9		111		
Pedagogia	M	LIC	45	38	8	2	1	94		
Pedagogia	N	LIC	17	7	4	2	1	31		
Total de estudantes atendidos por nível de vulnerabilidade				791	833	209	94	27		
				Total de estudantes atendidos em todos os câmpus					1.954	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC - Tecnologia
 I – Integral; M – Matutino; V - Vespertino; N – Noturno

Em 2017, foram atendidos 1.954 estudantes com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, sendo que 2.766 estudantes solicitaram os auxílios, o que representa uma cobertura 70,64%. O maior número de atendidos foram os estudantes de vulnerabilidade Alta e Extrema, conforme prioridade da UFT, havendo dotação orçamentária os benefícios foram estendidos aos estudantes dos demais níveis. Os cursos com maior número de estudantes atendidos foram Agronomia e Engenharia Florestal do Campus de Gurupi e Educação do Campo em Tocantinópolis, ressalta-se que esses cursos estão entre os que mais tiverem solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta.

Os campus com maior número de atendidos foram Palmas que representou 21,70% em relação ao total de estudantes atendidos, Gurupi 18,83% e Araguaína 17,20%, sendo eles também os campus com maior número de estudantes solicitantes. Levando em consideração o tipo de curso os de Bacharelado atenderam 1.010 estudantes, os de Licenciatura 886 estudantes e os de Tecnologia 58 estudantes. Quanto ao turno do curso o maior número de atendimentos foi nos cursos integrais que contemplaram 1.034 estudantes, os do período matutino atenderam 459 estudantes e os noturnos 456. As tabelas que explanam, separadamente, os dados por campus, tipo e turno se encontram no Apêndice D.

Para conhecer o percentual de atendimentos que a UFT atingiu durante o ano de 2017, a Tabela 9 apresenta a comparação entre o número de estudantes que solicitaram auxílios da assistência estudantil com o número de estudantes atendidos no mesmo ano. É necessário, novamente, salientar que em 2017 houve mudanças na maneira de seleção dos benefícios da assistência estudantil, que passou a depender da inscrição do estudante no sistema CUBO, sendo que alguns estudantes apresentaram dificuldades e alguns não conseguiram efetivar a inscrição, ou seja, não conseguiram solicitar os auxílios, mesmo estando em situação de vulnerabilidade.

Tabela 9 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade												Total por curso				
				Extrema		Alta		Moderada		Baixa		Muito baixa		S	A	S	A	S	A	%
				S	A	S	A	S	A	S	A	S	A							
	História	M	BAC	3	3	4	4	2	1									9	8	88,89
	Medicina Veterinária	I	BAC	28	28	37	37	40	12	12	4	4	6	1	123	82	66,67			
	Zootecnia	I	BAC	26	26	24	24	24	8	6	4	20		100	62	62,00				
	Biologia	M	LIC	6	6	21	21	6	1			2		35	28	80,00				
	Biologia	N	LIC	7	7	4	4	14	3	2		6		33	14	42,42				
	Física	M	LIC			1	1			2		2		5	1	20,00				
	Física	N	LIC	3	3	1	1	2						6	4	66,67				
	Geografia	M	LIC	5	5	10	10	8	1			2		25	16	64,00				
	Geografia	N	LIC	4	4	8	8	6	1	2	2			20	15	75,00				
	História	M	LIC	2	2	2	2			4	1			8	5	62,50				
	História	N	LIC	2	2	2	2							4	4	100,00				
	Lestras	M	LIC	7	7	5	5	8	1	4	1	2	1	26	15	57,69				
	Lestras	N	LIC	2	2	3	3	8	3	2		4		19	8	42,11				
	Matemática	M	LIC	9	9	8	8	6	2	2		2		27	19	70,37				
	Matemática	N	LIC	4	4	4	4	2						10	8	80,00				
	Química	M	LIC	5	5	3	3	1	1	1	1			10	10	100,00				
	Química	N	LIC	2	2	1	1	4	2			2		9	5	55,56				
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	6	6	2	2	2						10	8	80,00				
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1	1									1	1	100,00				
	Gestão de Turismo	M	TEC	3	3	3	3	6	3					12	9	75,00				

* **Continua.**

Tabela 9 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade												Total por curso						
				Extrema		Alta		Moderada		Baixa		Muito baixa		S	A	S	A	S	A	%		
				S	A	S	A	S	A	S	A	S	A									
	Gestão de Turismo	N	TEC	2	2														2	2	100,00	
	Logística	M	TEC	3	3	4	4	2	1	2	1								11	9	81,82	
	Logística	N	TEC	2	2	2	2	2											4	1	37,50	
Arraiais	Educação do Campo	I	LIC	33	33	23	23	18	6	14	4	10							98	66	67,35	
	Matemática	M	LIC	17	17	18	18	14	2	6	2	2							57	39	68,42	
	Matemática	N	LIC	18	18	12	12		1			4							34	32	94,12	
	Pedagogia	M	LIC	45	45	23	23	2	2	6	4								76	74	97,37	
	Pedagogia	N	LIC	21	21	18	18	14	4	6	1	2							61	44	72,13	
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	14	14	7	7	8	3	6	2								35	26	74,29	
Gurupi	Agronomia	I	BAC	33	33	67	67	44	16	18	14	10							2	172	132	76,74
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	23	23	34	34	22	15	14	3	4							1	97	76	78,35
	Engenharia Florestal	I	BAC	40	40	51	51	30	9	18	9	8							1	147	110	74,83
	Química Ambiental	I	BAC	29	29	17	17	10	1	2	2								1	58	50	86,21
	Psicologia	I	BAC	12	12	9	9	2	2	2		4							29	23	79,31	
Miracema	Serviço Social	M	BAC	13	13	13	13	12	4	4		2							44	30	68,18	
	Serviço Social	N	BAC	18	18	7	7	8	3			10							1	43	29	67,44
	Educação Física	N	LIC	6	6	6	6	10	3	4	2	4							30	17	56,67	
	Pedagogia	M	LIC	9	9	14	14	2	2	2	1	2							1	29	27	93,10
	Pedagogia	N	LIC	18	18	15	15	14	3	6	2	2							55	38	69,09	

* Continua.

Tabela 9 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade												Total por curso					
				Extrema		Alta		Moderada		Baixa		Muito baixa		S	A	S	A	S	A	%	
				S	A	S	A	S	A	S	A	S	A								
	Administração	M	BAC	5	5	5	5	2	1							2		14	11	78,57	
	Administração	N	BAC	4	4	2	2	4	1	1	2	1						12	8	66,67	
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	8	8	15	15	6	2	2	4	1	6					39	26	66,67	
	Ciências da Computação	I	BAC	9	9	4	4	6	1	2	2	2						21	16	76,19	
	Ciências Contábeis	N	BAC	6	6	7	7	8	2	4	1	2						27	16	59,26	
	Ciências Econômicas	M	BAC	3	3	4	4	4	4	6	1							17	8	47,06	
	Ciências Econômicas	N	BAC	2	2	2	2	2	2									6	4	66,67	
	Jornalismo	M	BAC	6	6	9	9									2		17	15	88,24	
	Jornalismo	N	BAC	1	1	1	1	2	1							2		6	3	50,00	
	Direito	M	BAC	5	5	5	5	10	3	2	2	1						22	14	63,64	
	Direito	N	BAC	2	2	4	4	6		2	2	1						14	7	50,00	
	Enfermagem	I	BAC	6	6	6	6	6	3	2	2	1				2		22	16	72,73	
	Engenharia Ambiental	I	BAC	9	9	26	26	24	11	2						20		1	81	47	58,02
	Engenharia Civil	I	BAC	5	5	18	18	20	6	8	3	3	16	2				67	34	50,75	
	Engenharia de Alimentos	I	BAC	9	9	23	23	20	6	4						8		1	64	39	60,94
	Engenharia Elétrica	I	BAC	11	11	23	23	20	7	2						8		5	64	46	71,88
	Medicina	I	BAC	8	8	8	8	18	5	8						16		2	58	23	39,66
	Nutrição	I	BAC	12	12	21	21	22	6	10	3	8						1	73	43	58,90
	Artes-Teatro	N	LIC	1	1	2	2											3	3	100,00	
	Filosofia	N	LIC	5	5	7	7	4	3	4	1							20	16	80,00	

* **Continua.**

Tabela 9 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nível de Vulnerabilidade												Total por curso		
				Extrema		Alta		Moderada		Baixa		Muito baixa		S	A	%		
				S	A	S	A	S	A	S	A	S	A					
Pedagogia		N	LIC	8	8	7	7	6	6	4	4	2	2	27	15	55,56		
Teatro		N	LIC	7	7	4	4	6	6	2			1	17	14	82,35		
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	7	7	8	8	8	8	2	2			23	17	73,91		
	Ciências Sociais	N	BAC	4	4	6	6							10	10	100,00		
	Geografia	M	BAC							2				2	0	0,00		
	Relações Internacionais	V	BAC	2	2	2	2	1	1					6	5	83,33		
	Ciências Biológicas	I	LIC	8	8	4	4	8	8	2	2			22	14	63,64		
	Geografia	N	LIC			2	2	4	4					10	2	20,00		
	História	M	LIC	5	5	1	1			2	1	4		12	7	58,33		
	História	N	LIC	2	2	1	1							3	3	100,00		
	Letras	M	LIC	3	3	7	7					4		14	10	71,43		
	Letras	N	LIC	5	5	3	3	2	2					10	10	100,00		
Letras - Libras	I	LIC			1	1	2	2					5	1	20,00			
Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC			2	2			2				6	2	33,33		
	Ciências Sociais	N	LIC	12	12	12	12	2	2	2	2			30	26	86,67		
	Educação Física	N	LIC	15	15	15	15	14	14	7	4		10	58	38	65,52		
	Educação do Campo	I	LIC	57	57	36	36	12	12	9	16	9	2	123	111	90,24		
	Pedagogia	M	LIC	45	45	38	38	18	18	8	10	2	6	117	94	80,34		
	Pedagogia	N	LIC	17	17	7	7	14	14	4	4	4	4	46	31	67,39		

Fonte: Pesquisa documental (2019).

S- número de estudantes solicitantes; A - número de estudantes atendidos; % de atendimentos

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC - Tecnologia

I – Integral; M – Matutino; V - Vespertino; N – Noturno

Tocantinópolis foi o campus que atingiu o maior percentual de atendimentos em relação ao número de solicitantes com 79,47% seguido do campus de Arraias com 77,84% e Gurupi com 77,64%. Quanto aos cursos, oito deles obtiveram 100% de atendimentos em relação ao total de solicitantes do curso, sendo eles: História noturno, Gestão de Cooperativas noturno, Gestão de Turismo noturno e Química matutino do campus de Araguaína; Artes-Teatro em Palmas; e Ciências Sociais, História noturno e Letras noturno em Porto Nacional. Com relação ao nível de vulnerabilidade a UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta, 33,33% dos estudantes em vulnerabilidade moderada, 34,94% dos estudantes em vulnerabilidade baixa e 10,98% dos estudantes em vulnerabilidade muito baixa. As tabelas que explanam, separadamente, os outros dados se encontram no Apêndice E.

O Número de benefícios concedidos é mais um indicador da dimensão Processo (Eficiência), a Tabela 10 apresenta a previsão que a equipe de planejamento da UFT fez nos anos de 2010 a 2017, bem como o número de benefícios que realmente foram concedidos, essa comparação possibilita observar o cumprimento das metas traçadas para assistência estudantil.

Tabela 10 – Número de benefícios previstos e concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.

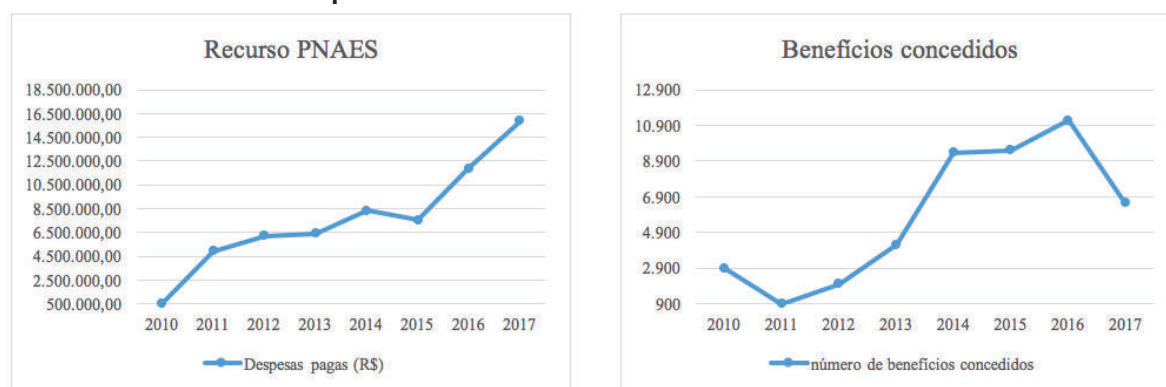
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previsto	10.000	10.000	1.779	3.658	7.246	9.280	11.340	6.886
Realizado	2.896	904	2.012	4.218	9.380	9.516	11.191	6.531
% de evolução em relação ao ano anterior	-	-68,78	122,57	109,64	122,38	1,45	17,60	-41,64

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Nota-se uma grande discrepância entre as metas previstas e executadas de 2010 e 2011, isso porque nos primeiros anos do programa houve um equívoco na definição da meta na proposta orçamentária da LOA¹. Em 2011 ocorreu uma redução de 68,78% no número de benefícios concedidos em relação ao ano anterior e em 2017 essa redução foi de 41,64% e a meta prevista não foi alcançada. Enquanto no período de 2012 a 2016 a meta prevista foi superada e houve uma evolução na quantidade de benefícios concedidos em relação aos anos anteriores. Ressalta-se que pode ter havido menos solicitantes devido a dificuldade que os estudantes tiveram de se inscrever no CUBO, isso corroboraria com a queda no número de benefícios concedidos.

A Figura 6 apresenta graficamente a trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos durante o período de 2010 a 2017, com o objetivo de verificar se houve uma evolução proporcional entre os dois indicadores.

Figura 6 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.



Fonte: Pesquisa documental (2019).

Acompanhando a trajetória do orçamento geral, é possível notar um crescimento importante do aporte de recursos para a área de assistência estudantil na UFT, esse crescimento também foi refletido no número de benefícios concedidos, apenas em 2011 e 2017 esse indicador sofreu uma queda considerável. São necessárias pesquisas específicas para conhecer os motivos desse decréscimo no número de benefícios concedidos, apesar do aumento nominal de recursos para assistência estudantil. Uma possível explicação para essa queda em 2017 é a dificuldade que muitos estudantes apresentaram em realizar seu cadastro

¹ A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal.

no sistema CUBO², mas a Proest desde o lançamento do sistema trabalha em ações para sanar as dúvidas dos estudantes através do manual de instruções do sistema, atendimento diário para esclarecimentos e no início de cada semestre realiza palestras para ensinar os ingressantes a usarem o sistema.

Para análise da dimensão Resultados (Eficácia), utilizou-se como indicador a Evasão e o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), a intenção foi verificar se os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT têm colaborado para o cumprimento dos objetivos do PNAES que, entre outros, é contribuir para permanência dos estudantes nos cursos de graduação, reduzir as taxas de evasão e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico.

O CRA é um indicador de desempenho acadêmico calculado com base na média de notas de determinado estudante ou determinado grupo de estudantes, em determinado semestre (CARVALHO, 2013). Nessa pesquisa foi calculado o coeficiente de rendimento acadêmico por curso e por semestre, que foi estabelecido pela média do CRA do total de estudantes de cada curso, em cada semestre, numa escala de 0 a 10. Os resultados são apresentados na Tabela 11.

² Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios, sistema para análise do grau de vulnerabilidade socioeconômica do estudante para que ele possa concorrer aos editais.

Tabela 11 – Média do Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos cursos de graduação da UFT nos anos de 2016 e 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Média Coeficiente de Rendimento Acadêmico			
				2016		2017	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Araguaína	História	M	BAC	7,16	6,78	7,54	6,12
	Medicina Veterinária	I	BAC	6,07	6,04	6,50	6,38
	Zootecnia	I	BAC	5,97	6,03	6,05	6,11
	Biologia	M	LIC	5,95	5,63	6,22	5,20
	Biologia	N	LIC	5,55	6,10	6,15	5,71
	Física	M	LIC	6,54	6,39	6,05	4,82
	Física	N	LIC	5,55	6,06	5,68	5,73
	Geografia	M	LIC	7,30	7,42	7,30	7,09
	Geografia	N	LIC	7,59	7,37	7,62	6,60
	História	M	LIC	*	*	*	*
	História	N	LIC	6,67	7,02	7,00	5,17
	Letras	M	LIC	7,47	7,69	7,75	6,85
	Letras	N	LIC	8,14	7,77	7,74	6,17
	Matemática	M	LIC	7,18	5,91	6,71	6,22
	Matemática	N	LIC	6,61	6,25	6,12	6,18
	Química	M	LIC	6,43	5,35	5,64	4,41
	Química	N	LIC	5,36	6,60	6,04	5,56
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	7,65	6,74	7,35	6,04
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	6,17	6,93	6,74	5,72
	Gestão de Turismo	M	TEC	7,35	5,60	6,50	5,64
Gestão de Turismo	N	TEC	5,78	6,24	7,01	5,83	
Logística	M	TEC	7,17	6,09	6,75	6,16	
Logística	N	TEC	6,30	6,61	6,30	5,56	
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	7,53	7,39	7,45	7,54
	Matemática	M	LIC	6,23	5,48	5,74	4,56
	Matemática	N	LIC	4,88	5,83	5,85	5,89
	Pedagogia	M	LIC	7,23	7,28	7,65	6,53

* **continua.**

Tabela 11 – Média do Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos cursos de graduação da UFT nos anos de 2016 e 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Média Coeficiente de Rendimento Acadêmico			
				2016		2017	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Gurupi	Pedagogia	N	LIC	7,23	7,43	7,55	6,65
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	6,70	5,95	5,94	6,58
	Agronomia	I	BAC	6,42	6,15	6,52	6,21
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	5,63	5,56	6,11	5,84
	Engenharia Florestal	I	BAC	6,32	6,33	6,59	6,55
Miracema	Química Ambiental	I	BAC	5,15	5,23	4,87	4,72
	Psicologia	I	BAC	7,33	7,61	7,53	7,74
	Serviço Social	M	BAC	6,95	7,64	7,06	6,16
	Serviço Social	N	BAC	6,84	7,30	7,04	5,84
	Educação Física	N	LIC	6,10	6,43	6,95	5,79
Palmas	Pedagogia	M	LIC	7,81	7,70	7,23	7,70
	Pedagogia	N	LIC	7,34	7,51	7,52	6,48
	Administração	M	BAC	6,70	7,24	6,40	6,19
	Administração	N	BAC	6,76	6,79	6,33	5,42
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	7,15	7,50	6,81	7,04
Gurupi	Ciências da Computação	I	BAC	5,80	6,01	5,65	5,27
	Ciências Contábeis	N	BAC	7,36	7,22	6,22	6,15
	Ciências Econômicas	M	BAC	6,20	6,53	5,10	4,71
	Ciências Econômicas	N	BAC	6,18	5,65	5,30	4,30
	Jornalismo	M	BAC	7,35	7,02	6,75	6,37
Gurupi	Jornalismo	N	BAC	6,71	7,22	7,14	6,18
	Direito	M	BAC	8,26	8,05	7,72	7,20
	Direito	N	BAC	8,22	7,96	7,07	7,26
	Enfermagem	I	BAC	6,84	7,55	7,52	7,62
	Engenharia Ambiental	I	BAC	6,30	6,27	5,45	5,51
Gurupi	Engenharia Civil	I	BAC	6,47	6,39	6,05	6,13

* *continua.*

Tabela 11 – Média do Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos cursos de graduação da UFT nos anos de 2016 e 2017.

Campus	Cursos	Turno	Tipo	Média Coeficiente de Rendimento Acadêmico			
				2016		2017	
				1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Porto Nacional	Engenharia de Alimentos	I	BAC	5,86	5,90	5,87	5,46
	Engenharia Elétrica	I	BAC	6,49	6,59	5,82	5,84
	Medicina	I	BAC	7,79	7,63	7,94	7,86
	Nutrição	I	BAC	6,66	6,95	6,96	6,76
	Artes-Teatro	N	LIC	8,02	7,76	7,49	6,35
	Filosofia	N	LIC	6,80	7,33	6,80	6,42
	Pedagogia	N	LIC	7,75	7,77	6,97	6,25
	Teatro	N	LIC	7,70	7,81	6,92	6,40
	Ciências Biológicas	I	BAC	5,58	6,22	6,40	4,96
	Ciências Sociais	N	BAC	7,65	7,07	4,27	6,22
	Geografia	M	BAC	6,91	6,92	7,28	5,34
	Relações Internacionais	M	BAC	8,52	7,50	7,96	6,72
	Relações Internacionais	V	BAC	6,81	8,01	6,90	6,57
	Ciências Biológicas	I	LIC	6,15	7,49	5,17	4,76
Geografia	N	LIC	7,34	6,55	6,20	6,33	
História	M	LIC	5,15	6,22	4,70	4,89	
História	N	LIC	6,22	6,74	6,54	4,68	
Letras	M	LIC	5,96	5,91	5,75	6,11	
Letras	N	LIC	6,25	6,56	6,29	5,89	
Letras - Libras	I	LIC	8,64	7,91	7,74	8,24	
Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC	8,25	7,07	4,71	4,77
	Ciências Sociais	N	LIC	7,78	7,92	6,67	5,66
	Educação Física	N	LIC	7,92	8,24	8,36	8,23
	Educação do Campo	I	LIC	7,38	7,61	7,71	7,34
	Pedagogia	M	LIC	7,71	7,72	7,05	7,88
	Pedagogia	N	LIC	7,92	7,17	6,80	7,13

Fonte: Pesquisa documental (2019).

*Não houve dados do CRA.

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC – Tecnologia / I – Integral; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno

Nessa pesquisa, conseguiu-se analisar apenas o CRA dos cursos, não houve disponibilidade de dados específicos dos estudantes que utilizam os benefícios da política de assistência estudantil da UFT e nem de um recorte temporal maior, conseguiu-se apenas dados de 2016 e 2017. Mas, mesmo assim os resultados apresentados na Tabela 11 possibilitam analisar o desempenho dos cursos com mais estudantes solicitantes ou atendidos pela política de assistência estudantil da UFT.

Das médias dos coeficientes de rendimento acadêmico dos 79 cursos analisados, a maior foi do curso de Letras-Libras em Porto Nacional, que no primeiro semestre de 2016 alcançou a média de 8,64. No primeiro semestre de 2016, sete cursos obtiveram média do CRA acima de oito, no segundo semestre desse mesmo ano esse número caiu para três, enquanto em 2017 apenas um curso obteve média do CRA acima de oito e no segundo semestre foram dois cursos. O mínimo para aprovação nas disciplinas dos cursos de graduação da UFT é sete e de acordo com os dados analisados, nem todos os cursos obtiveram média maior ou igual a esse valor. Em 2016 no primeiro semestre 26 cursos obtiveram média do CRA igual ou acima de sete e no segundo semestre foram 34 cursos, sendo que em 2017 no primeiro semestre foram 27 cursos e no segundo semestre foram apenas 12.

Quanto aos cursos com maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, o curso de Educação do Campo e Pedagogia matutino, ambos no campus de Tocantinópolis obtiveram média do CRA acima de sete em todos os semestres de 2016 e 2017, Pedagogia matutino de Arraias e Pedagogia noturno em Tocantinópolis obtiveram média do CRA abaixo de sete em apenas um dos semestres do período pesquisado. Enquanto o curso de Agronomia e de Engenharia Florestal do campus de Gurupi obtiveram em todos os semestres do período analisado média do CRA abaixo de sete.

Dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes em 2017 todos são noturnos, período que apresentou menor número de estudantes solicitante dos auxílios da assistência estudantil da UFT e com relação a média do CRA desses cursos a maioria obteve abaixo de sete no período analisado, os que apresentaram média maior que sete foram o curso de História noturno em Araguaína no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, Artes em Palmas no segundo semestre de 2016 e Ciências Sociais nos dois semestres de 2016. E em 2017 houve queda na média em todos esses cursos, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos. As tabelas que explicam, separadamente, os outros dados se encontram no Apêndice F.

O CRA é um importante indicador para avaliação da assistência estudantil, pois conforme pesquisa realizada pela Proest a maioria dos bolsistas disseram que melhorou muito o seu rendimento acadêmico após ter sido contemplado com o benefício da assistência estudantil e que acreditam que o cancelamento do auxílio prejudicaria o seu rendimento acadêmico (ABREU,2017).

É necessário ressaltar que, além da vulnerabilidade socioeconômica, muitos fatores podem afetar o desempenho acadêmico como, por exemplo, fatores acadêmicos, pessoais, institucionais, por isso o PNAES preconiza, também, o apoio psicopedagógico. Além disso, é importante destacar as peculiaridades de cada curso, as diferenças entre os cursos das áreas de exatas e humanas, o turno do curso, entre outros.

Outro indicador da dimensão Resultados (Eficácia) é a Evasão, segundo Carvalho (2013), a taxa de evasão é um indicador determinado pela proporção de estudantes que deixaram determinado curso ou a universidade, em relação ao total de estudantes do curso ou da universidade, em determinado período. Nessa pesquisa, para o cálculo da evasão dos cursos de graduação foram considerados os ingressantes por curso dos anos de 2016 e 2107 e a quantidade de estudantes nas seguintes situações: declinante, desistência, desvinculado, matrícula cancelada, reopção de curso, transferência interna e transferência externa. Assim obteve-se o percentual de estudantes evadidos nos cursos de graduação, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por curso, no período de 2016 e 2017.

Campus	Curso	Turno	Tipo	2016			2017		
				I	E	%	I	E	%
Araguaína	História	M	BAC	3	0	0,00	*	*	*
	Medicina Veterinária	I	BAC	85	12	14,12	91	13	14,29
	Zootecnia	I	BAC	90	36	40,00	93	31	33,33
	Biologia	M	LIC	36	13	36,11	40	11	27,50
	Biologia	N	LIC	37	14	37,84	35	3	8,57
	Física	M	LIC	29	19	65,52	29	11	37,93
	Física	N	LIC	30	19	63,33	32	3	9,38
	Geografia	M	LIC	41	17	41,46	44	6	13,64
	Geografia	N	LIC	46	11	23,91	44	8	18,18
	História	M	LIC	30	20	66,67	43	6	13,95
	História	N	LIC	44	18	40,91	45	12	26,67
	Letras	M	LIC	42	11	26,19	42	8	19,05
	Letras	N	LIC	96	36	37,50	86	7	8,14
	Matemática	M	LIC	47	16	34,04	43	6	13,95
	Matemática	N	LIC	40	18	45,00	41	6	14,63
	Química	M	LIC	34	17	50,00	35	15	42,86
	Química	N	LIC	31	10	32,26	36	9	25,00
	Gestão de Cooperativas	M	TEC	28	14	50,00	28	7	25,00
	Gestão de Cooperativas	N	TEC	21	13	61,90	29	13	44,83
	Gestão de Turismo	M	TEC	25	11	44,00	23	5	21,74
	Gestão de Turismo	N	TEC	20	12	60,00	30	8	26,67
	Logística	M	TEC	33	16	48,48	30	6	20,00
	Logística	N	TEC	41	11	26,83	33	2	6,06
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	126	29	23,02	*	*	*
	Matemática	M	LIC	36	17	47,22	36	4	11,11

* **continua.**

Tabela 12 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por curso, no período de 2016 e 2017.

Campus	Curso	Turno	Tipo	2016			2017		
				I	E	%	I	E	%
Gurupi	Matemática	N	LIC	16	3	18,75	39	8	20,51
	Pedagogia	M	LIC	40	11	27,50	40	1	2,50
	Pedagogia	N	LIC	42	10	23,81	44	3	6,82
	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	41	15	36,59	44	6	13,64
Miracema	Agronomia	I	BAC	92	20	21,74	99	7	7,07
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	54	19	35,19	69	15	21,74
	Engenharia Florestal	I	BAC	75	28	37,33	74	13	17,57
	Química Ambiental	I	BAC	56	30	53,57	52	16	30,77
	Psicologia	I	BAC	45	9	20,00	42	3	7,14
Palmas	Serviço Social	M	BAC	38	15	39,47	42	16	38,10
	Serviço Social	N	BAC	41	16	39,02	46	22	47,83
	Educação Física	N	LIC	42	12	28,57	41	8	19,51
	Pedagogia	M	LIC	35	10	28,57	40	7	17,50
	Pedagogia	N	LIC	44	14	31,82	40	9	22,50
	Administração	M	BAC	66	17	25,76	61	9	14,75
	Administração	N	BAC	55	19	34,55	51	10	19,61
	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	58	11	18,97	72	4	5,56
	Ciências da Computação	I	BAC	95	27	28,42	94	16	17,02
	Ciências Contábeis	N	BAC	96	15	15,63	97	15	15,46
continua.	Ciências Econômicas	M	BAC	49	14	28,57	48	5	10,42
	Ciências Econômicas	N	BAC	48	30	62,50	47	9	19,15
	Jornalismo	M	BAC	58	21	36,21	50	7	14,00
	Jornalismo	N	BAC	48	18	37,50	44	7	15,91
Direito	M	BAC	59	6	10,17	68	7	10,29	

* **continua.**

Tabela 12 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por curso, no período de 2016 e 2017.

Campus	Curso	Turno	Tipo	2016			2017		
				I	E	%	I	E	%
	Direito	N	BAC	48	11	22,92	52	2	3,85
	Enfermagem	I	BAC	52	18	34,62	56	15	26,79
	Engenharia Ambiental	I	BAC	99	38	38,38	99	23	23,23
	Engenharia Civil	I	BAC	102	18	17,65	106	16	15,09
	Engenharia de Alimentos	I	BAC	94	51	54,26	88	28	31,82
	Engenharia Elétrica	I	BAC	113	43	38,05	102	18	17,65
	Medicina	I	BAC	103	28	27,18	125	35	28,00
	Nutrição	I	BAC	103	30	29,13	97	19	19,59
	Filosofia	N	LIC	111	51	45,95	90	20	22,22
	Pedagogia	N	LIC	95	29	30,53	97	12	12,37
	Teatro	N	LIC	54	27	50,00	68	14	20,59
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	37	16	43,24	35	9	25,71
	Ciências Sociais	N	BAC	38	22	57,89	41	7	17,07
	Geografia	M	BAC	20	11	55,00	38	11	28,95
	Relações Internacionais	M	BAC	*	*	*	1	0	0,00
	Relações Internacionais	V	BAC	34	11	32,35	44	14	31,82
	Ciências Biológicas	I	LIC	39	15	38,46	35	10	28,57
	Geografia	N	LIC	47	23	48,94	48	9	18,75
	História	M	LIC	32	8	25,00	38	8	21,05
	História	N	LIC	13	8	61,54	44	8	18,18
	Letras	M	LIC	61	31	50,82	56	25	44,64
	Letras	N	LIC	41	35	85,37	48	10	20,83
	Letras - Libras	I	LIC	21	4	19,05	26	0	0,00
Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	36	20	55,56	28	9	32,14

* **continua.**

Tabela 12 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por curso, no período de 2016 e 2017.

Campus	Curso	Turno	Tipo	2016			2017		
				I	E	%	I	E	%
	Educação Física	N	LIC	42	10	23,81	42	10	23,81
	Educação do Campo	I	LIC	80	17	21,25	44	5	11,36
	Pedagogia	M	LIC	42	16	38,10	*	*	*
	Pedagogia	N	LIC	*	*	*	41	11	26,83
Total				3.941	1.391	35,30	3.921	771	19,66

Fonte: Pesquisa documental (2019).

*Não houve dados.

BAC – Bacharelado; LIC – Licenciatura; TEC - Tecnologia

I – Integral; M – Matutino; V - Vespertino; N – Noturno

I – Estudantes Ingressantes; E – Estudantes Evadidos; % Percentual de Evasão

Em 2017 o percentual de evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. Com relação ao percentual de evasão por campus em 2016 Porto Nacional apresentou o maior índice com 48,04% e em 2017 foi o campus de Miracema com 25,90%, e o campus que obteve o menor percentual de evasão em 2016 e 2017 foi Arraias com, respectivamente, 28,24% e 10,84%. Percebe-se que além do campus de Arraias possuir o menor percentual de evasão, ele também diminuiu de um ano para o outro, um resultado importante, visto que esse campus teve o maior número de estudantes de nível de vulnerabilidade extrema que solicitaram os auxílios da assistência estudantil e a o maior percentual na relação entre solicitantes e atendidos.

Em 2016 o curso com maior percentual de evasão em relação aos ingressantes foi Letras noturno em Porto Nacional com 85,37%, mas em 2017 esse percentual diminuiu para 20,83%, nesse contexto é importante destacar que esse curso foi um dos que a Política de Assistência Estudantil da UFT conseguiu atender 100% dos solicitantes em 2017.

Os cursos que apresentaram, em 2017, o maior número de solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta, foram também os cursos com maior número de estudantes atendidos e apresentaram percentual de evasão baixos, sendo eles: Engenharia Florestal em Gurupi com 17,57%, Educação do Campo em Tocantinópolis com 11,36% e Agronomia em Gurupi com 7,07%.

Dentre os cursos que conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes em Araguaína os cursos de Gestão de Cooperativas noturno e Química matutino apresentaram percentuais de evasão elevados, respectivamente, 44,83% e 42,86%. Outros dois cursos, também no Campus de Araguaína, obtiveram percentuais de evasão altos, o curso de História noturno e Turismo noturno, ambos com 26,67%. Enquanto os cursos do campus de Porto Nacional apresentaram baixos percentual de evasão, sendo História noturno com 18,18% e Ciências Sociais com 17,07%. As tabelas que explanam, separadamente, outros dados se encontram no Apêndice G.

Como explicitado no referencial teórico, além da vulnerabilidade socioeconômica, outros fatores afetam a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, dentre eles dificuldades acadêmicas, dificuldades na adaptação, compromissos externos, inadequação entre estudante e IFES (OLIVEIRA; BARBOSA, 2016). Dessa forma, são necessários outros estudos, principalmente com os cursos em que a maioria dos estudantes foi atendido pela Política de Assistência Estudantil da UFT, sobre os motivos que levam os estudantes evadirem.

O indicador da dimensão Transformação (Efetividade) é a a Taxa de Sucesso na Graduação – TSG, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes, foi levantado a TSG da UFT no período de 2010 a 2017 e calculada a evolução com relação ao ano anterior, conforme Tabela 13.

Tabela 13 – Taxa de Sucesso na Graduação da UFT.

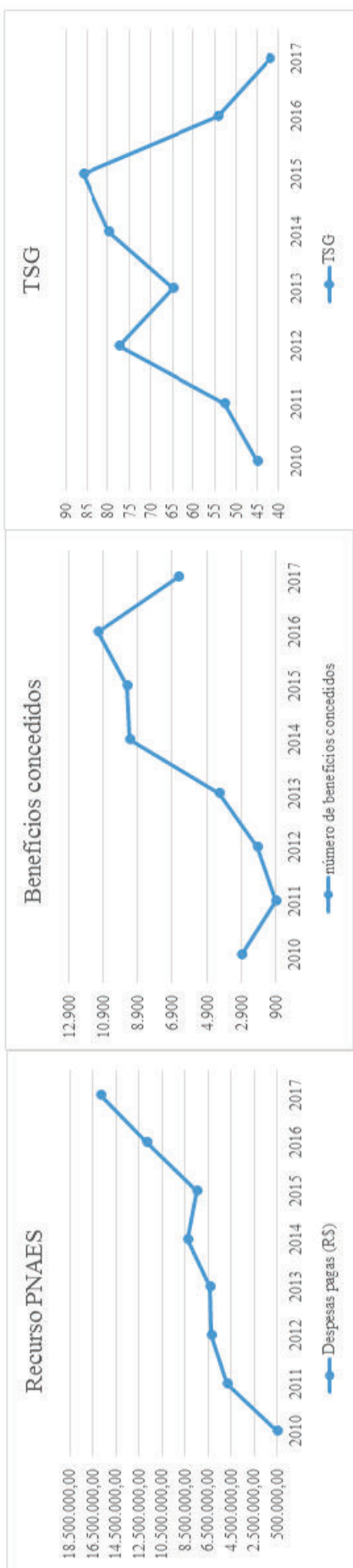
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	44,99	52,62	77,42	64,95	79,83	85,84	54,38	42,23
% evolução TSG	-	16,96	47,13	-16,11	22,91	7,53	-36,65	-22,34

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Nota-se que o desempenho positivo deste indicador se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém a TSG caiu 16,11% em 2013, 36,65% em 2016 e 22,34% em 2017 em relação aos anos anteriores. Em 2017 apenas 42,23% dos estudantes concluíram seus cursos, no tempo de duração previsto. Um fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa é a evasão, que pode ser influenciada, entre outros motivos, pela condição socioeconômica do estudante, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade (SANTOS JUNIOR; REAL; OLIVEIRA, 2014; GILIOLI, 2016). Essa TSG baixa, também pode ter sido consequência das greves dos anos anteriores, que ainda interferem no ano corrente (UFT, 2017).

A queda na TSG vai contra um dos objetivos do PNAES de reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010). Nessa pesquisa, esse indicador foi utilizado na perspectiva de verificar o impacto da Política de Assistência Estudantil da UFT na vida dos estudantes, visto que a conclusão dos cursos superiores é considerada como fator que contribui com a inserção no mercado de trabalho e possível mobilidade social (CAMARGO, 2016; GAZOTTO; GIOMETTI, 2016; FERREIRA, 2017). A Figura 7 apresenta graficamente a trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES, o número de benefícios concedidos e a TSG durante o período de 2010 a 2017, com o objetivo de verificar se houve uma evolução proporcional entre os indicadores.

Figura 7 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.



Fonte: Pesquisa documental (2019).

Constata-se que em 2013 e 2016 a TSG apresentou uma queda, mas o recurso e o número de benefícios concedidos aumentaram, apenas em 2017 que apesar do recurso aumentar 33,58% em relação ao ano anterior, o número de benefícios caiu 41,64% e a TSG teve uma redução de 22,34%. É importante destacar que inúmeros fatores interferem no resultado da TSG, como por exemplo, a carência de professores efetivos e a diminuição do número de professores substitutos, que contribui no cancelamento de disciplinas durante o semestre letivo e, assim, atrasam a conclusão do curso para alguns estudantes que levam mais tempo que o mínimo padrão para concluírem (UFT, 2014). Pode-se destacar ainda, outro fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa: a evasão. Esta é influenciada por deficiências na formação básica e de nível médio do estudante que entra na universidade, pelo conhecimento insuficiente de particularidades do curso, pela condição socioeconômica, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade, entre outros motivos.

A Política de Assistência Estudantil combate esses últimos aspectos, atuando tanto na parte financeira com os auxílios pecuniário, quanto nas dificuldades de formação com programas de apoio pedagógico, como por exemplo, o PADI e o PADU. Em uma avaliação da assistência estudantil em 2017, a Proest pesquisou junto aos estudantes a percepção das ações desenvolvidas e um dos resultados mostrou que o recebimento dos auxílios pagos com o recurso do PNAES fazem diferença na trajetória dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, que tem nos benefícios um suporte para permanência com sucesso na graduação e, assim, concluir com êxito o curso em que esta matriculado, principalmente por proporcionar a possibilidade de ter mais tempo para dedicação ao estudos (UFT, 2018).

Faz-se necessária a avaliação constante dos programas e/ou ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na instituição, de modo a conhecer quais as reais demandas dos estudantes, bem como o levantamento de outras causas que contribuam para a queda do indicador. Em 2017 a Proest iniciou o Fórum Geral da Assistência Estudantil para ouvir os estudantes e identificar suas necessidades, ademais começou a realizar também uma pesquisa para conhecer a percepção dos beneficiários das ações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa consistiu em avaliar os resultados alcançados pela UFT, em relação ao cumprimento da finalidade do PNAES e a abrangência das áreas estratégicas, conforme o decreto nº 7.234/10. Para tanto buscou-se analisar os documentos e relatórios institucionais, dentre eles, e principalmente, os Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação Institucional e dados fornecidos pela Proest e Prograd.

Identificou-se que diversas estratégias que representaram, efetivamente, avanços significativos no caminho de dirimir desigualdades históricas e equalizar oportunidades de entrada, permanência e conclusão dos cursos de graduação nas universidades públicas brasileiras a grupos menos favorecidos. Mas, sem dúvida, com relação a permanência e conclusão, o PNAES foi fator determinante para expansão da Política de Assistência Estudantil. Visto que além de elencar as diretrizes para o desenvolvimento dessa política nas IFES, o governo federal criou o compromisso, por lei, de garantir orçamento específico voltado à assistência estudantil.

Diante desse cenário o objetivo geral dessa pesquisa encontrou cumprimento a partir dos objetivos específicos que nortearam esse trabalho, avaliando a Política de Assistência Estudantil da UFT utilizando os critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade (3 E's) com base no fluxograma de Sano e Montenegro (2013) que leva em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação.

Com relação a Dimensão Insumo, ao longo de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, mas apresentou cortes principalmente nos repasses para despesas de capital. Nesse período a UFT conseguiu desenvolver programas e/ou ações em quase todas as áreas do PNAES, apenas nas áreas de inclusão digital e creche não executou programas ou ações com os recursos recebidos do PNAES. Porém, é importante destacar que, em 2018 a UFT lançou um programa relacionado a inclusão digital aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar dos visíveis avanços na Política de Assistência estudantil, a UFT precisa dedicar atenção, principalmente, às Casas do Estudante, pois a maioria encontra-se em situações precárias no que se refere a estrutura dos prédios; e a consolidação das equipes de apoio psicopedagógico e área de atendimento aos estudantes em todos os campus.

Quanto a Dimensão Processo (Eficiência) constatou-se que não houve aumento na proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em relação ao total

de estudantes. Os cursos com maior percentual de ingressantes em situação vulnerabilidade em 2015 foram Educação Física no campus de Miracema, História noturno no campus de Porto Nacional, Gestão de Cooperativas matutino e Matemática matutino no campus de Araguaína e Pedagogia noturno em Miracema. Já em 2016 foram os cursos de Gestão de Cooperativas noturno e Logística matutino em Araguaína, História noturno em Porto Nacional e Gestão do Turismo noturno em Araguaína. Enquanto no ano de 2017 foram os cursos de Gestão do Turismo matutino e Gestão de Cooperativas matutino em Araguaína, Psicologia em Miracema e Letras noturno em Porto Nacional.

A maioria dos estudantes solicitantes da assistência estudantil da UFT em 2017 são classificados em situação de vulnerabilidade Extrema e Alta que são os níveis que a UFT prioriza no atendimento. Os cursos com o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema são Educação do Campo em Tocantinópolis, Pedagogia matutino em Arraias e em Tocantinópolis. E com relação ao nível de vulnerabilidade Alta, o maior número de estudantes solicitantes foram nos cursos de Agronomia em Gurupi, Engenharia Florestal em Gurupi e Pedagogia no período noturno em Tocantinópolis.

O maior número de atendidos foram os estudantes de vulnerabilidade Alta e Extrema, sendo que os cursos com maior número de estudantes atendidos foram Agronomia e Engenharia Florestal do Campus de Gurupi e Educação do Campo em Tocantinópolis.

Comparando o número de estudantes solicitantes da Política de Assistência Estudantil e o número de estudantes atendidos, Tocantinópolis foi o campus que atingiu o maior percentual de atendimentos em relação ao número de solicitantes e quanto aos cursos, oito deles obtiveram 100% de atendimentos em relação ao total de solicitantes do curso, sendo eles: História noturno, Gestão de Cooperativas noturno, Gestão de Turismo noturno e Química matutino do campus de Araguaína; Artes-Teatro em Palmas; e Ciências Sociais, História noturno e Letras noturno em Porto Nacional. Com relação ao nível de vulnerabilidade a UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta.

Acompanhando a trajetória do orçamento geral, é possível notar um crescimento importante do aporte de recursos para a área de assistência estudantil na UFT, esse crescimento também foi refletido no número de benefícios concedidos, apenas em 2010 e 2017 esse indicador sofreu uma queda considerável.

No que se refere a Dimensão Resultado (Eficácia) os cursos com maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, o curso de Educação do

Campo e Pedagogia matutino, ambos no campus de Tocantinópolis obtiveram média do CRA acima de sete em todos os semestres de 2016 e 2017, Pedagogia matutino de Arraias e Pedagogia noturno em Tocantinópolis obtiveram média do CRA abaixo de sete em apenas um dos semestres do período pesquisado. Enquanto os cursos de Agronomia e de Engenharia Florestal do campus de Gurupi obtiveram em todos os semestres do período analisado média do CRA abaixo de sete. Dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes em 2017 todos são noturnos, período que apresentou menor número de estudantes solicitante dos auxílios da assistência estudantil da UFT e com relação a média do CRA desses cursos a maioria obteve abaixo de sete no período analisado, os que apresentaram média maior que sete foram o curso de História noturno em Araguaína no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, Artes em Palmas no segundo semestre de 2016 e Ciências Sociais nos dois semestres de 2016. E em 2017 houve queda na média em todos esses cursos, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos.

O percentual de evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. E no campus de Arraias, que apresentou o maior número de estudantes de nível de vulnerabilidade extrema que solicitaram os auxílios da assistência estudantil e a o maior percentual na relação entre solicitantes e atendidos, obteve o menor percentual de evasão, sendo que ele também diminuiu de um ano para o outro.

Os cursos que apresentaram, em 2017, o maior número de solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta, foram também os cursos com maior número de estudantes atendidos e apresentaram percentual de evasão baixos.

Dentre os cursos que conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes em Araguaína os cursos de Gestão de Cooperativas noturno, Química matutino, História noturno e Turismo noturno apresentaram percentuais de evasão elevados, enquanto os cursos de História noturno e Ciências Sociais, ambos no campus de Porto Nacional, apresentaram baixos percentuais de evasão.

No tocante a Dimensão Transformação (Efetividade), notou-se um desempenho positivo do indicador, que se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém a TSG caiu em 2013, 2016 e 2017 em relação aos anos anteriores. E em 2013 e 2016 a TSG apresentou uma queda, mas o recurso e o número de benefícios concedidos aumentaram, apenas em 2017, que apesar do recurso aumentar em relação ao ano anterior, o número de benefícios caiu e a TSG teve uma redução.

No decurso dessa pesquisa se observou limitações que restringiram o aprofundamento

da análise que se buscou, principalmente no que diz respeito a falta de informatização dos dados, o sistema da Proest encontrava-se em fase de implantação e da Prograd em fase de adaptações, assim, as limitações de ordem técnica não permitiram um maior recorte temporal e nem fazer comparações entre os estudantes vulneráveis e os demais. Outro fator limitante diz respeito ao fato de tratar-se de uma pesquisa marcadamente aplicada, o que, certamente, não permitiu a generalização dos resultados obtidos, mas os indicadores utilizados nesta pesquisa podem ser aplicados em outras instituições.

Nesse contexto, faz-se necessário informatizar os dados referente ao número de acessos ao PNAES, quantidade de recursos, assim como, os resultados alcançados pelos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil o que proporcionará uma maior agilidade na prestação de informações e melhor cruzamento de dados, possibilitando correlações e avaliações mais completas e fidedignas.

Mesmo com essas limitações, essa pesquisa se mostra relevante, visto que até então a UFT divulgou apenas pesquisas explorando o tema sobre a percepção do estudante. Assim, essa pesquisa buscou explorar os resultados do PNAES de maneira mais objetiva e quantificável. Dessa maneira a pesquisa contribuiu com a oportunidade de criação de novos mecanismos de monitoramento e controle.

Considerando os aportes crescentes de recursos que a UFT recebeu ao longo dos anos, é extremamente relevante que os gestores e profissionais ligados à Assistência Estudantil se atentem aos alcances numéricos desempenhado pelo PNAES. Dessa forma, sendo o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas um mestrado profissional e a autora dessa pesquisa servidora Técnica-Administrativa, o produto dessa dissertação representa o início de uma nova perspectiva na avaliação dessa política e uma contribuição para a prestação de contas deste Programa.

É oportuno destacar que o tema Política Pública de Assistência Estudantil no ensino superior continuará a se tornar cada vez mais importante, em busca da democratização das condições de permanência na educação superior pública federal, principalmente como ferramenta para mitigar as desigualdades socioeconômicas e a ineficiência das demais políticas públicas e de proteção social, como por exemplo, as políticas de emprego, de saúde, de habitação. Assim, não se buscou esgotar o tema, mas se espera que esta pesquisa sirva de base para futuros estudos, com métodos diferenciados que contribuam para o entendimento e ampliação da visão sobre o assunto apresentado. Sugere-se que a temática seja pesquisada utilizando outros indicadores; outros meios de coleta de dados; relacionando a percepção dos

estudantes, dos profissionais da área e dos dados numéricos; utilizando programas para análise dos dados, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. V. A. B. **Relatório da pesquisa sobre Assistência Estudantil na UFT**. Palmas, TO, 2017. 34 f.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALMEIDA, M. L. Universidade e desigualdade social: a difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática. **espacio abierto**, v. 20, n. 2, 2011.
- ALVES, E. J. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza: UFC, 2010.
- ALVES, E. J. Análise da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos relatórios de avaliação institucional da CPA. **Seminários Regionais**, 2013.
- ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 22, n. 2, 2017.
- ANDRADE, M. M.. **Como preparar trabalho para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7 ed. São Paulo: Atlas: 2008.
- ARAÚJO, M. L. da S. Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte?. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 645-677, 2017.
- ARRETCHE, M.T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: CARVALHO, M.C.B. et al. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-41.
- ASSIS, A. C. L. et al. As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. 2013.
- BARBOSA, R.M. S. et al. Comparação da qualidade nutricional das refeições antes e depois do Plano Nacional de Assistência Estudantil no RJ, Brasil. **Nutrición clínica y dietética hospitalaria**, v. 36, n. 2, p. 74-82, 2016.
- BETZEK, S. B. F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 fl. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Marília: UNESP, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência.** Brasília, DF: 2013.

BRITO, L. da S.; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 125-145, 2017.

CABRAL, R. G.; GONÇALVES, J.C.F.; COSTA, J.R.C. Moradia e Educação: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande–FURG. **Brazilian Journal of Empirical Legal Studies**, v. 4, n. 3, p. 111-128, 2017.

CARVALHO, S. C.da S. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras.** 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

CENEVIVA, R.; FARAH, M.F.S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n. 4, 2012.

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão.** Palmas: 2016, 19p. Disponível em <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/9474.pdf>>. Acesso em 21 de junho de 2017.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

SIQUEIRA, L. E. et al. Perfil de estudantes acolhidos em um serviço de saúde na universidade. **Rev. bras. promoç. saúde (Impr.)**, v. 30, n. 3, p. 1-8, 2017.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; DE OLIVEIRA, J. F. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã , 2003.

DUTRA, N. G.; SANTOS, M.F. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

ESTRADA, A. A; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 16, 2017.

FELIPPE, J. M. S.; SILVA, R. M. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 25, p. 97-110 abr./jun. 2018.

- FERREIRA, J. M. L.; SANTOS, C. P. C. Bolsas para estudantes universitários: quadros conceituais, finalidades e processos decisórios para o Serviço Social. **Cuadernos de trabajo social**, v. 30, n. 2, p. 463-475, 2017.
- FERREIRA, S. A. S. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 291-307, 2017.
- FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. ANDIFES. UFU, PROEX, 2012.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GARRIDO, E. N. et al. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2013.
- GAZOTTO, M. A.; GIOMETTI, A. B. dos R. Assistência estudantil no cenário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro–UFTM. GeoGraphos: **Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 7, n. 87, p. 11, 2016.
- GAZOTTO, M. A. **Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM**. 2014.
- DEL GIÚDICE, J. Z.; LORETO, M. das D. S.; AZEVEDO, D. S.. Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. **Serviço Social em Revista**, v. 17, n. 1, p. 27-45, 2014.
- GRAEFF, B. A. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. 2014. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.
- JACINTO, P. de A.; FRANCA, M. T. A.; SACCARO, A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. **44º Encontro Nacional de Economia-Anpec**, 2016, Brasil, 2016.
- JANNUZZI, P. de M. et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Org.). **Cadernos ReAções para a Ibero-américa: avaliação de programas sociais**. 1. ed. Brasília, DF, 2009. v. 1, p. 101-138.
- JESUS, L. N.; MAYER, A. L. M.; CAMARGO, P. L. T.. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**, 2012, .179 fl. Tese (doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

LAISNER, R. C.; MARIO, C. G.. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 2, 2014.

LASWELL H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1958
LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4 ed., rev. e ampl. São Paulo, Atlas: 2003.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MACHADO, C. S.; MAGALDI, C. A. Sistema de cotas, trajetórias educacionais e assistência estudantil: por uma educação inclusiva. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 273-285, 2016.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. de S. Política pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 1, 2014.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. de S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, 2016.

MACIEL, C. E.; GIMENEZ, F. V.; ASSIS, J. H. do V. P. A bolsa permanência nas políticas de educação superior: assistência estudantil na UFMS. **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 911-936, 2017.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento, execução e amostragens**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAURICIO, N.M.M. Programa Bolsa Permanência: percepção dos alunos beneficiários da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Araguaína. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.8, n.2, Pub.9, Agosto 2015

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, C. A. de S. et al. O estudante do ensino superior; identificando categorias de análise. **Vertices**, v. 13, n. 3, p. 205-218, 2011.

MOREIRA, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, v. 1, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S.. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

OLIVEIRA, R.T. D.; BARBOSA, E. D. Retenção dos discentes de administração da UFS: fatores condicionantes e ações da gestão acadêmica. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 355, 2016.

PALAVEZZINI, J.; NOGUEIRA, F. M. M. G. Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR-Dois Vizinhos. **Serviço Social em Revista**, v. 17, n. 1, p. 05-26, 2014.

PAULA, M. F. C. Democratization policies of the Brazilian higher education: limits and challenges for the next decade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

PEREIRA, L. R. O acesso e permanência do aluno prounista na universidade privado-filantrópica brasileira. 2014. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M.. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**. Vol. 46, n. 5 (set./out. 2012), p. 1272-1294, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed.13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

RISTOFF, D.. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 3, 2014.

SANO, H.; MONTENEGRO, M. J. F. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, ano 11, n. 22, p. 35-61, jan./abr. 2013.

SANTANA, A. P. de O. et al. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 5, p. 673-690, 2015.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, v. 6, n. 2, 2014.

SCHURSTER, K. Abordagens sobre a literatura de Avaliação em Políticas Públicas: estudos preliminares. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 7, n. 2, p. 09-18, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, C. D. de; FILIPPO, D. de; CASADO, E. S.. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na

atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, v. 21, n. 3, 2015.

TINÔCO, D. dos S.; SOUZA, L. M. de; OLIVEIRA, A. B. de. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 305-313, 2011.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V.. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Brasília: TCU, 2014. v.2, 80p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Planejamento Estratégico (2006-2010)**: por uma universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia. 2ª impressão. Palmas, 2006. Disponível em <
http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico> Acesso em 10 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Planejamento estratégico 2014-2022**. Comitê de planejamento. Palmas, 2014. Disponível em <
http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico> Acesso em 10 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011**. Palmas, 2007. Disponível em <
[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI))> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. Palmas, 2011. Disponível em <
[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI))> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020**. Palmas, 2016. Disponível em <
[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI))> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2013**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2014. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aead2e120fa&folder_name=CPA&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2014**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2015. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aead2e120fa&folder_name=CPA&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2015**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2016. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aead2e120fa&folder_name=CPA&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2016**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2017. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aead2e120fa&folder_name=CPA&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2010**. Palmas, 2011. Disponível em <https://docs.uft.edu.br/share/s/mv_3CBJfSLyIVaYGGQnjVA> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2011**. Palmas, 2012. Disponível em <<https://docs.uft.edu.br/share/s/XPSrtOiOQPeAHu04YbvvVw>> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2012**. Palmas, 2013. Disponível em <<https://docs.uft.edu.br/share/s/E0lO11-jQdumIrm41s-QWA>> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2013**. Palmas, 2014. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2014**. Palmas, 2015. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1> em Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2015**. Palmas, 2016. Disponível em <http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2016**. Palmas, 2017. Disponível em <
http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1>
Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2017**. Palmas, 2018. Disponível em <<https://docs.uft.edu.br/share/s/FOw1DB6GSwCU08x-ZQwRhg>>
Acesso em 15 Jul. 2018.

VARGAS, M.de L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 1, 2011.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 25, p. 285-306, 2016.


VERGARA, S, C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Solicitação/Autorização para realização da pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte Prédio do PPGDR | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4660 98496-9627 | www.uft.edu.br | gespol@uft.edu.br



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Palmas, 23 de julho de 2018

Assunto: Autorização para realizar pesquisa

Magnífico Reitor,

1. Eu, Nathanni Marrelli Matos Mauricio, Administradora da UFT, matrícula SIAPE 2155027, aluna do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UFT, sob a orientação da Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo, venho solicitar a autorização para coleta de dados nessa instituição, com a finalidade de realizar a pesquisa intitulada “Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins”, cujo objetivo é Analisar os resultados do PNAES no âmbito da instituição no período de 2010 a 2017.

2. A coleta de dados ocorrerá mediante a utilização de análise documental fornecida pela PROEST, PROGRAD e Secretária Acadêmica. Não haverá aplicação de questionário e/ou entrevistas, não haverá qualquer documento que identifique os sujeitos e os dados serão coletados de relatórios e/ou documentos. Portanto a orientadora não acha necessário a submissão ao Comitê de Ética.

3. Serão coletados dados que subsidiem a análise de indicadores, como por exemplo, o recurso recebido por ano, o número de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil por ano e por curso, o número de estudantes que necessitam da política de assistência estudantil por ano e por curso, taxa de evasão por ano e por curso, TSG por ano e por cursos, entre outros que possam surgir no decorrer da pesquisa.

Respeitosamente,

Nathanni Marrelli Matos Mauricio
NATHANNI MARRELLI MATOS MAURICIO
Administradora

Nathanni Marrelli Matos Mauricio
Administradora
SIAPE nº 2155027

AUTORIZO
Em _____
Ana Lúcia de Medeiros
Vice-reitora no exercício da reitoria
Universidade Federal do Tocantins

APÊNDICE B – Tabelas complementares de análise dos dados de ingressantes no período de 2015 a 2017.

Tabela 14 – Estudantes ingressantes totais e autodeclarados vulneráveis (na matrícula) por câmpus no período de 2015 a 2017.

Campus	2015			2016			2017					
	V		T	V		T	V		T			
	Pretos e Pardos Indígenas	Demais vagas		%V	Pretos e Pardos Indígenas		Demais vagas	%V		Pretos e Pardos Indígenas	Demais vagas	%V
Arraias	279	33	10	15,41	301	34	7	13,62	203	32	10	20,69
Gurupi	225	54	7	27,11	277	56	14	25,27	294	48	15	21,43
Miracema	116	38	6	37,93	245	45	16	24,90	50	13	13	52,00
Palmas	1.292	254	53	23,76	1.606	280	59	21,11	1.612	271	68	21,03
Porto Nacional	322	65	11	23,60	383	63	10	19,06	454	79	22	22,25
Tocantinópolis	208	22	5	12,98	200	26	5	15,50	155	20	4	15,48

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 15 – Posição do curso, por porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.

Posição	2015			2016			2017		
	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
1	Miracema	Educação Física	43,75	Araguaína	Gestão de Cooperativas	42,86	Araguaína	Gestão de Turismo	30,43
2	Porto Nacional	História	42,86	Araguaína	Logística	36,36	Araguaína	Gestão de Cooperativas	28,57
3	Araguaína	Gestão de Cooperativas	41,18	Porto Nacional	História	30,77	Miracema	Psicologia	28,57
4	Araguaína	Matemática	40,91	Araguaína	Gestão de Turismo	30,00	Porto Nacional	Letras	28,57
5	Miracema	Pedagogia	40,91	Araguaína	Química	29,41	Araguaína	Matemática	27,91

* *continua.*

Tabela 15 – Posição do curso, por porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.

Posição	2015				2016				2017			
	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
6	Miracema	Serviço Social	38,71	Miracema	Psicologia	28,89	Araguaína	Gestão de Cooperativas	27,59			
7	Araguaína	História	38,46	Gurupi	Química Ambiental	28,57	Porto Nacional	História	27,27			
8	Gurupi	Química Ambiental	37,50	Tocantinópolis	Ciências Sociais	27,78	Miracema	Educação Física	26,83			
9	Miracema	Pedagogia	37,50	Palmas	Administração	27,27	Araguaína	Logística	26,67			
10	Araguaína	Letras	35,29	Araguaína	História	26,67	Araguaína	História	25,58			
11	Palmas	Jornalismo	35,29	Gurupi	Engenharia Florestal	26,67	Gurupi	Química Ambiental	25,00			
12	Porto Nacional	Letras	35,29	Porto Nacional	Relações Internacionais	26,47	Miracema	Pedagogia	25,00			
13	Araguaína	Química	34,78	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	25,86	Miracema	Pedagogia	25,00			
14	Araguaína	Zootecnia	33,93	Palmas	Engenharia de Alimentos	25,53	Palmas	Ciências Econômicas	25,00			
15	Araguaína	Logística	33,33	Arraias	Matemática	25,00	Araguaína	Letras	24,42			
16	Porto Nacional	Geografia	33,33	Arraias	Pedagogia	25,00	Tocantinópolis	Pedagogia	24,39			
17	Tocantinópolis	Pedagogia	33,33	Miracema	Pedagogia	25,00	Araguaína	Logística	24,24			
18	Arraias	Matemática	31,58	Araguaína	Geografia	24,39	Palmas	Engenharia Ambiental	24,24			
19	Araguaína	Letras	31,17	Araguaína	Logística	24,39	Araguaína	Letras	23,81			
20	Araguaína	Logística	30,77	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	24,39	Miracema	Serviço Social	23,81			
21	Palmas	Direito	28,57	Miracema	Serviço Social	24,39	Tocantinópolis	Educação Física	23,81			
22	Arraias	Pedagogia	28,13	Porto Nacional	Letras	24,39	Porto Nacional	Geografia	23,68			
23	Gurupi	Engenharia Florestal	27,87	Araguaína	Física	24,14	Porto Nacional	História	23,68			
24	Palmas	Ciências Econômicas	27,59	Palmas	Jornalismo	24,14	Araguaína	Zootecnia	23,66			
25	Porto Nacional	Relações Internacionais	27,59	Palmas	Ciências Contábeis	23,96	Porto Nacional	Letras	22,92			

* continua.

Tabela 15 – Posição do curso, por porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.

Posição	2015				2016				2017			
	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
26	Palmas	Pedagogia	27,40	Gurupi	Agronomia	23,91	Araguaína	Biologia	23,86			
27	Arraias	Matemática	27,27	Araguaína	Letras	23,81	Porto Nacional	Ciências Biológicas	22,86			
28	Porto Nacional	História	27,27	Miracema	Educação Física	23,81	Porto Nacional	Ciências Biológicas	22,86			
29	Palmas	Direito	26,67	Tocantinópolis	Pedagogia	23,81	Araguaína	Geografia	22,73			
30	Araguaína	Física	26,32	Miracema	Serviço Social	23,68	Arraias	Pedagogia	22,73			
31	Araguaína	Biologia	26,09	Araguaína	Medicina Veterinária	23,53	Palmas	Engenharia de Alimentos	22,73			
32	Arraias	Pedagogia	26,09	Palmas	Medicina	23,30	Palmas	Pedagogia	22,68			
33	Palmas	Ciências da Computação	25,97	Miracema	Pedagogia	22,86	Arraias	Pedagogia	22,50			
34	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	25,49	Araguaína	História	22,73	Palmas	Ciências da Computação	22,22			
35	Palmas	Filosofia	25,33	Palmas	Ciências Econômicas	22,45	Araguaína	História	22,22			
36	Palmas	Medicina	25,27	Araguaína	Zootecnia	22,22	Araguaína	Química	22,22			
37	Araguaína	Matemática	25,00	Araguaína	Biologia	22,22	Arraias	Matemática	22,22			
38	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	25,00	Arraias	Matemática	22,22	Palmas	Filosofia	22,22			
39	Gurupi	Agronomia	25,00	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	22,22	Palmas	Teatro	22,06			
40	Palmas	Ciências Contábeis	24,42	Palmas	Pedagogia	22,11	Palmas	Jornalismo	22,00			
41	Palmas	Engenharia Civil	24,42	Porto Nacional	História	21,88	Araguaína	Matemática	21,95			
42	Tocantinópolis	Educação Física	24,39	Araguaína	Geografia	21,74	Porto Nacional	Ciências Sociais	21,95			
43	Palmas	Engenharia Elétrica	24,10	Araguaína	Biologia	21,62	Miracema	Serviço Social	21,74			

* continua.

Tabela 15 – Posição do curso, por porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.

Posição	2015			2016			2017		
	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
44	Araguaína	Medicina Veterinária	23,81	Porto Nacional	Ciências Biológicas	21,62	Palmas	Ciências Contábeis	21,65
45	Porto Nacional	Ciências Sociais	23,64	Araguaína	Gestão de Cooperativas	21,43	Palmas	Medicina	21,60
46	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	23,21	Arraias	Pedagogia	21,43	Palmas	Ciências Econômicas	21,28
47	Araguaína	Física	23,08	Tocantinópolis	Educação Física	21,43	Gurupi	Agronomia	21,21
48	Palmas	Administração	23,08	Palmas	Enfermagem	21,15	Porto Nacional	Geografia	20,83
49	Palmas	Engenharia de Alimentos	22,67	Palmas	Ciências da Computação	21,05	Araguaína	Física	20,69
50	Palmas	Engenharia Ambiental	22,50	Porto Nacional	Ciências Sociais	21,05	Palmas	Nutrição	20,62
51	Araguaína	Biologia	22,22	Araguaína	Letras	20,83	Palmas	Engenharia Elétrica	20,59
52	Porto Nacional	Letras	21,95	Palmas	Ciências Econômicas	20,83	Arraias	Matemática	20,51
53	Palmas	Nutrição	21,79	Palmas	Jornalismo	20,83	Palmas	Jornalismo	20,45
54	Porto Nacional	Geografia	21,21	Palmas	Direito	20,83	Porto Nacional	Relações Internacionais	20,45
55	Araguaína	Geografia	21,05	Palmas	Engenharia Civil	20,59	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	20,29
56	Palmas	Jornalismo	20,59	Porto Nacional	Ciências Biológicas	20,51	Gurupi	Engenharia Florestal	20,27
57	Palmas	Comunicação Social	20,51	Palmas	Engenharia Ambiental	20,20	Araguaína	Biologia	20,00
58	Araguaína	Gestão de Turismo	20,00	Palmas	Filosofia	19,82	Palmas	Engenharia Civil	19,81
59	Miracema	Serviço Social	20,00	Palmas	Nutrição	19,42	Araguaína	Medicina Veterinária	19,78
60	Palmas	Ciências Econômicas	20,00	Araguaína	Matemática	19,15	Palmas	Enfermagem	19,64

* continua.

Tabela 15 – Posição do curso, por percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis.

Posição	2015				2016				2017			
	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
61	Tocantinópolis	Ciências Sociais	20,00	Porto Nacional	Geografia	19,15	Palmas	Administração	19,61	Palmas	Administração	19,61
62	Palmas	Teatro	19,15	Palmas	Direito	18,64	Araguaína	Geografia	18,18	Araguaína	Geografia	18,18
63	Porto Nacional	Ciências Biológicas	18,18	Palmas	Teatro	18,52	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	18,06	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	18,06
64	Araguaína	Gestão de Cooperativas	17,65	Araguaína	Química	16,13	Palmas	Administração	18,03	Palmas	Administração	18,03
65	Porto Nacional	Ciências Biológicas	17,65	Palmas	Administração	15,15	Palmas	Direito	17,31	Palmas	Direito	17,31
66	Araguaína	Geografia	16,67	Palmas	Engenharia Elétrica	15,04	Araguaína	Química	17,14	Araguaína	Química	17,14
67	Araguaína	História	14,71	Porto Nacional	Letras	14,75	Araguaína	Gestão de Turismo	16,67	Araguaína	Gestão de Turismo	16,67
68	Araguaína	Química	14,29	Araguaína	Física	13,33	Palmas	Direito	16,18	Palmas	Direito	16,18
69	Palmas	Administração	14,29	Araguaína	Matemática	12,50	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	15,91	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	15,91
70	Porto Nacional	Relações Internacionais	14,29	Araguaína	Gestão de Turismo	12,00	Araguaína	Física	15,63	Araguaína	Física	15,63
71	Palmas	Enfermagem	13,95	Porto Nacional	Geografia	5,00	Tocantinópolis	Ciências Sociais	10,71	Tocantinópolis	Ciências Sociais	10,71
72	Araguaína	Gestão de Turismo	10,00	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,50	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,27	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,27
73	Porto Nacional	Letras - Libras	6,45	Araguaína	História	0,00	Porto Nacional	Relações Internacionais	0,00	Porto Nacional	Relações Internacionais	0,00
74	Arraias	Educação do Campo	0,00	Arraias	Educação do Campo	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00
75	Tocantinópolis	Educação do Campo	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00	Araguaína	História	0,00	Araguaína	História	0,00
76	Tocantinópolis	Pedagogia	0,00	Palmas	Comunicação Social	0,00	Arraias	Educação do Campo	0,00	Arraias	Educação do Campo	0,00
77	Araguaína	História		Porto Nacional	Relações Internacionais		Palmas	Comunicação Social		Palmas	Comunicação Social	
78	Miracema	Psicologia		Tocantinópolis	Pedagogia		Tocantinópolis	Pedagogia		Tocantinópolis	Pedagogia	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 16 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Bacharelado.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	25,49	Araguaína	Medicina Veterinária	23,53	Miracema	Serviço Social	21,74
Palmas	Medicina	25,27	Palmas	Medicina	23,30	Palmas	Ciências Contábeis	21,65
Gurupi	Agronomia	25,00	Palmas	Ciências Econômicas	22,45	Palmas	Medicina	21,60
Palmas	Ciências Contábeis	24,42	Araguaína	Zootecnia	22,22	Palmas	Ciências Econômicas	21,28
Palmas	Engenharia Civil	24,42	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	22,22	Gurupi	Agronomia	21,21
Palmas	Engenharia Elétrica	24,10	Porto Nacional	Ciências Biológicas	21,62	Palmas	Nutrição	20,62
Araguaína	Medicina Veterinária	23,81	Palmas	Enfermagem	21,15	Palmas	Engenharia Elétrica	20,59
Porto Nacional	Ciências Sociais	23,64	Palmas	Ciências da Computação	21,05	Palmas	Jornalismo	20,45
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	23,21	Porto Nacional	Ciências Sociais	21,05	Porto Nacional	Relações Internacionais	20,45
Palmas	Administração	23,08	Palmas	Ciências Econômicas	20,83	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	20,29
Palmas	Engenharia de Alimentos	22,67	Palmas	Jornalismo	20,83	Gurupi	Engenharia Florestal	20,27
Palmas	Engenharia Ambiental	22,50	Palmas	Direito	20,83	Palmas	Engenharia Civil	19,81
Palmas	Nutrição	21,79	Palmas	Engenharia Civil	20,59	Araguaína	Medicina Veterinária	19,78
Palmas	Jornalismo	20,59	Palmas	Engenharia Ambiental	20,20	Palmas	Enfermagem	19,64
Palmas	Comunicação Social	20,51	Palmas	Nutrição	19,42	Palmas	Administração	19,61
Miracema	Serviço Social	20,00	Palmas	Direito	18,64	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	18,06
Palmas	Ciências Econômicas	20,00	Palmas	Administração	15,15	Palmas	Administração	18,03
Porto Nacional	Ciências Biológicas	18,18	Palmas	Engenharia Elétrica	15,04	Palmas	Direito	17,31
Palmas	Administração	14,29	Porto Nacional	Geografia	5,00	Palmas	Direito	16,18
Porto Nacional	Relações Internacionais	14,29	Araguaína	História	0,00	Porto Nacional	Relações Internacionais	0,00

* **continua.**

Tabela 16 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Bacharelado.

2015		2016		2017	
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Palmas	Enfermagem	13,95	Palmas	Comunicação Social	Araguaína
Miracema	Psicologia		Porto Nacional	Relações Internacionais	Palmas
					Comunicação Social
	Média %V	25,23		Média %V	21,39
				Média %V	20,76

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 17 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Licenciatura.

2015		2016		2017	
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Miracema Porto Nacional	Educação Física	43,75	Porto Nacional	História	30,77
Araguaína	História	42,86	Araguaína	Química	29,41
Miracema	Matemática	40,91	Tocantinópolis	Ciências Sociais	27,78
Miracema	Pedagogia	40,91	Araguaína	História	26,67
Araguaína	Pedagogia	37,50	Arraias	Matemática	25,00
Porto Nacional	Letras	35,29	Arraias	Pedagogia	25,00
Araguaína	Letras	35,29	Miracema	Pedagogia	25,00
Tocantinópolis	Química	34,78	Araguaína	Geografia	24,39
Arraias	Pedagogia	33,33	Porto Nacional	Letras	24,39
Araguaína	Matemática	31,58	Araguaína	Física	24,14
Arraias	Letras	31,17	Araguaína	Letras	23,81
Arraias	Pedagogia	28,13	Miracema	Educação Física	23,81
				Letras	23,81
				Porto Nacional	23,68

* *continua.*

Tabela 17 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Licenciatura.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Palmas	Pedagogia	27,40	Tocantinópolis	Pedagogia	23,81	Porto Nacional	Letras	22,92
Arraias Porto	Matemática	27,27	Miracema	Pedagogia	22,86	Araguaína	Biologia	22,86
Nacional	História	27,27	Araguaína	História	22,73	Porto Nacional	Ciências Biológicas	22,86
Araguaína	Física	26,32	Araguaína	Biologia	22,22	Araguaína	Geografia	22,73
Araguaína	Biologia	26,09	Arraias	Matemática	22,22	Arraias	Pedagogia	22,73
Arraias	Pedagogia	26,09	Palmas	Pedagogia	22,11	Palmas	Pedagogia	22,68
Palmas	Filosofia	25,33	Porto Nacional	História	21,88	Arraias	Pedagogia	22,50
Araguaína	Matemática	25,00	Araguaína	Geografia	21,74	Araguaína	História	22,22
Tocantinópolis	Educação Física	24,39	Araguaína	Biologia	21,62	Araguaína	Química	22,22
Araguaína	Física	23,08	Arraias	Pedagogia	21,43	Arraias	Matemática	22,22
Araguaína	Biologia	22,22	Tocantinópolis	Educação Física	21,43	Palmas	Filosofia	22,22
Porto	Letras	21,95	Araguaína	Letras	20,83	Palmas	Teatro	22,06
Nacional	Geografia	21,21	Porto Nacional	Ciências Biológicas	20,51	Araguaína	Matemática	21,95
Araguaína	Geografia	21,05	Palmas	Filosofia	19,82	Porto Nacional	Geografia	20,83
Tocantinópolis	Ciências Sociais	20,00	Araguaína	Matemática	19,15	Araguaína	Física	20,69
Palmas	Teatro	19,15	Porto Nacional	Geografia	19,15	Arraias	Matemática	20,51
Porto	Ciências Biológicas	17,65	Palmas	Teatro	18,52	Araguaína	Biologia	20,00
Nacional	Geografia	16,67	Araguaína	Química	16,13	Araguaína	Geografia	18,18
Araguaína	História	14,71	Porto Nacional	Letras	14,75	Araguaína	Química	17,14

* **continua.**

Tabela 17 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Licenciatura.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Araguaína Porto Nacional	Química	14,29	Araguaína	Física	13,33	Araguaína	Física	15,63
Nacional	Letras - Libras	6,45	Araguaína	Matemática	12,50	Tocantinópolis	Ciências Sociais	10,71
Arraias Tocantinópolis	Educação do Campo	0,00	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,50	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,27
Tocantinópolis	Educação do Campo	0,00	Arraias	Educação do Campo	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00
Tocantinópolis	Pedagogia	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00	Arraias	Educação do Campo	
Araguaína	História		Tocantinópolis	Pedagogia		Tocantinópolis	Pedagogia	
Média %V		24,70	Média %V		20,32	Média %V		21,27

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 18 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de Tecnologia.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Araguaína	Gestão de Cooperativas	41,18	Araguaína	Gestão de Cooperativas	42,86	Araguaína	Gestão de Cooperativas	28,57
Araguaína	Logística	33,33	Araguaína	Logística	36,36	Araguaína	Gestão de Cooperativas	27,59
Araguaína	Logística Turismo Patrimonial e Socioambiental	30,77	Araguaína	Gestão de Turismo	30,00	Araguaína	Gestão de Turismo	30,43
Arraias	Socioambiental	25,00	Araguaína	Logística Turismo Patrimonial e Socioambiental	24,39	Araguaína	Gestão de Turismo	16,67
Araguaína	Gestão de Turismo	20,00	Arraias	Gestão de Cooperativas	24,39	Araguaína	Logística	26,67
Araguaína	Gestão de Cooperativas	17,65	Araguaína	Gestão de Cooperativas	21,43	Araguaína	Logística Turismo Patrimonial e Socioambiental	24,24
Araguaína	Gestão de Turismo	10,00	Araguaína	Gestão de Turismo	12,00	Arraias		15,91
Média %V		25,42	Média %V		27,35	Média %V		24,30

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 19 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de matutino.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Araguaína	Gestão de Cooperativas	41,18	Araguaína	Logística	36,36	Araguaína	Gestão de Turismo	30,43
Araguaína	Matemática	40,91	Araguaína	Química	29,41	Araguaína	Gestão de Cooperativas	28,57
Araguaína	História	38,46	Araguaína	História	26,67	Porto Nacional	Letras	28,57
Miracema	Pedagogia	37,50	Arraias	Pedagogia	25,00	Araguaína	Matemática	27,91
Araguaína	Letras	35,29	Araguaína	Geografia	24,39	Araguaína	Logística	26,67
Palmas	Jornalismo	35,29	Araguaína	Física	24,14	Araguaína	História	25,58
Porto Nacional	Letras	35,29	Palmas	Jornalismo	24,14	Miracema	Pedagogia	25,00
Araguaína	Química	34,78	Araguaína	Letras	23,81	Palmas	Ciências Econômicas	25,00
Araguaína	Logística	33,33	Tocantinópolis	Pedagogia	23,81	Araguaína	Letras	23,81
Porto Nacional	Geografia	33,33	Miracema	Serviço Social	23,68	Miracema	Serviço Social	23,81
Tocantinópolis	Pedagogia	33,33	Miracema	Pedagogia	22,86	Porto Nacional	Geografia	23,68
Arraias	Matemática	31,58	Palmas	Ciências Econômicas	22,45	Porto Nacional	História	23,68
Palmas	Direito	28,57	Araguaína	Biologia	22,22	Arraias	Pedagogia	22,50
Arraias	Pedagogia	28,13	Arraias	Matemática	22,22	Arraias	Matemática	22,22
Palmas	Ciências Econômicas	27,59	Porto Nacional	História	21,88	Palmas	Jornalismo	22,00
Porto Nacional	História	27,27	Araguaína	Gestão de Cooperativas	21,43	Araguaína	Física	20,69
Araguaína	Física	26,32	Araguaína	Matemática	19,15	Araguaína	Biologia	20,00
Araguaína	Biologia	26,09	Palmas	Direito	18,64	Araguaína	Geografia	18,18
Araguaína	Geografia	21,05	Palmas	Administração	15,15	Palmas	Administração	18,03
Araguaína	Gestão de Turismo	20,00	Porto Nacional	Letras	14,75	Araguaína	Química	17,14

* **continua.**

Tabela 20 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos de integral.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Palmas	Engenharia de Alimentos	22,67	Palmas	Enfermagem	21,15	Palmas	Engenharia Elétrica	20,59
Palmas	Engenharia Ambiental	22,50	Palmas	Ciências da Computação	21,05	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	20,29
Palmas	Nutrição	21,79	Palmas	Engenharia Civil	20,59	Gurupi	Engenharia Florestal	20,27
Porto Nacional	Ciências Biológicas	18,18	Porto Nacional	Ciências Biológicas	20,51	Palmas	Engenharia Civil	19,81
Porto Nacional	Ciências Biológicas	17,65	Palmas	Engenharia Ambiental	20,20	Araguaína	Medicina Veterinária	19,78
Palmas	Enfermagem	13,95	Palmas	Nutrição	19,42	Palmas	Enfermagem	19,64
Porto Nacional	Letras - Libras	6,45	Palmas	Engenharia Elétrica	15,04	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	18,06
Arraias	Educação do Campo	0,00	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,50	Tocantinópolis	Educação do Campo	2,27
Tocantinópolis	Educação do Campo	0,00	Arraias	Educação do Campo	0,00	Porto Nacional	Letras - Libras	0,00
Miracema	Psicologia		Porto Nacional	Letras - Libras	0,00	Arraias	Educação do Campo	
	Média %V	20,99		Média %V	19,66		Média %V	19,82

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 21 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos noturnos.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Miracema	Educação Física	43,75	Araguaína	Gestão de Cooperativas	42,86	Araguaína	Gestão de Cooperativas	27,59
Porto Nacional	História	42,86	Porto Nacional	História	30,77	Porto Nacional	História	27,27
Miracema	Pedagogia	40,91	Araguaína	Gestão de Turismo	30,00	Miracema	Educação Física	26,83
Miracema	Serviço Social	38,71	Tocantinópolis	Ciências Sociais	27,78	Miracema	Pedagogia	25,00
Araguaína	Letras	31,17	Palmas	Administração	27,27	Araguaína	Letras	24,42

* *continua.*

Tabela 21 – Porcentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos noturnos.

2015			2016			2017		
Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V
Araguaína	Logística	30,77	Arraías	Matemática	25,00	Tocantinópolis	Pedagogia	24,39
Palmas	Pedagogia	27,40	Miracema	Pedagogia	25,00	Araguaína	Logística	24,24
Arraías	Matemática	27,27	Araguaína	Logística	24,39	Tocantinópolis	Educação Física	23,81
Palmas	Direito	26,67	Arraías	Turismo Patrimonial e Socioambiental	24,39	Porto Nacional	Letras	22,92
Arraías	Pedagogia	26,09	Miracema	Serviço Social	24,39	Araguaína	Biologia	22,86
Palmas	Filosofia	25,33	Porto Nacional	Letras	24,39	Araguaína	Geografia	22,73
Araguaína	Matemática	25,00	Palmas	Ciências Contábeis	23,96	Arraías	Pedagogia	22,73
Arraías	Turismo Patrimonial e Socioambiental	25,00	Miracema	Educação Física	23,81	Palmas	Pedagogia	22,68
Palmas	Ciências Contábeis	24,42	Araguaína	História	22,73	Araguaína	História	22,22
Tocantinópolis	Educação Física	24,39	Palmas	Pedagogia	22,11	Araguaína	Química	22,22
Porto Nacional	Ciências Sociais	23,64	Araguaína	Geografia	21,74	Palmas	Filosofia	22,22
Araguaína	Física	23,08	Araguaína	Biologia	21,62	Palmas	Teatro	22,06
Palmas	Administração	23,08	Arraías	Pedagogia	21,43	Araguaína	Matemática	21,95
Araguaína	Biologia	22,22	Tocantinópolis	Educação Física	21,43	Porto Nacional	Ciências Sociais	21,95
Porto Nacional	Letras	21,95	Porto Nacional	Ciências Sociais	21,05	Miracema	Serviço Social	21,74
Porto Nacional	Geografia	21,21	Araguaína	Letras	20,83	Palmas	Ciências Contábeis	21,65
Palmas	Jornalismo	20,59	Palmas	Ciências Econômicas	20,83	Palmas	Ciências Econômicas	21,28
Palmas	Comunicação Social	20,51	Palmas	Jornalismo	20,83	Porto Nacional	Geografia	20,83
Palmas	Ciências Econômicas	20,00	Palmas	Direito	20,83	Arraías	Matemática	20,51
Tocantinópolis	Ciências Sociais	20,00	Palmas	Filosofia	19,82	Palmas	Jornalismo	20,45
Palmas	Teatro	19,15	Porto Nacional	Geografia	19,15	Palmas	Administração	19,61

* **continua.**

Tabela 21 – Percentagem decrescente de ingressantes vulneráveis nos cursos noturnos.

Campus	2015			2016			2017			
	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Campus	Curso	%V	Curso	%V
Araguaína	Gestão de Cooperativas	17,65	Palmas	Teatro	18,52	Palmas	Direito	17,31		
Araguaína	Geografia	16,67	Araguaína	Química	16,13	Araguaína	Gestão de Turismo Turismo Patrimonial e Socioambiental	16,67		
Araguaína	História	14,71	Araguaína	Física	13,33	Arraias	Física	15,91		
Araguaína	Química	14,29	Araguaína	Matemática	12,50	Araguaína		15,63		
Araguaína	Gestão de Turismo	10,00	Palmas	Comunicação Social		Tocantinópolis	Ciências Sociais	10,71		
Tocantinópolis	Pedagogia	0,00	Tocantinópolis	Pedagogia		Palmas	Comunicação Social			
	Média %V	24,01		Média %V	22,96		Média %V	21,69		

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 22 – Percentual médio de ingressantes vulneráveis por turno.

Turno	2015		2016		2017	
	%V	%V	%V	%V	%V	%V
Matutino	29,73	20,83	22,26			
Vespertino	27,59	26,47	20,45			
Integral	20,99	19,66	19,82			
Noturno	24,01	22,96	21,69			

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE C – Tabelas complementares de análise dos dados de estudantes que solicitaram auxílio da Assistência Estudantil em 2017.

Tabela 23 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por nível de vulnerabilidade com relação ao total.

Nível de vulnerabilidade	Estudantes solicitantes	%
Extrema	791	28,60
Alta	833	30,12
Moderada	627	22,67
Baixa	269	9,73
Muito Baixa	246	8,89
Total	2.766	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 24 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por campus com relação ao total.

Campus	Estudantes solicitantes	%
Palmas	691	24,98
Araguaina	513	18,55
Gurupi	474	17,14
Tocantinópolis	380	13,74
Arraias	361	13,06
Miracema	230	8,32
Porto Nacional	117	4,23
Total	2.766	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 26 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade					
Extrema			Alta		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Araguaína	Medicina Veterinária	28	Araguaína	Zootecnia	24
Araguaína	Zootecnia	26	Arraias	Educação do Campo	23
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	23	Arraias	Pedagogia	23
Arraias	Pedagogia	21	Palmas	Engenharia de Alimentos	23
Arraias	Matemática	18	Palmas	Engenharia Elétrica	23
Miracema	Serviço Social	18	Araguaína	Biologia	21
Miracema	Pedagogia	18	Palmas	Nutrição	21
Arraias	Matemática	17	Arraias	Matemática	18
Tocantinópolis	Pedagogia	17	Arraias	Pedagogia	18
Tocantinópolis	Educação Física	15	Palmas	Engenharia Civil	18
Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	14	Gurupi	Química Ambiental	17
Miracema	Serviço Social	13	Miracema	Pedagogia	15
Miracema	Psicologia	12	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	15
Palmas	Nutrição	12	Tocantinópolis	Educação Física	15
Tocantinópolis	Ciências Sociais	12	Miracema	Pedagogia	14
Palmas	Engenharia Elétrica	11	Miracema	Serviço Social	13
Araguaína	Matemática	9	Arraias	Matemática	12
Miracema	Pedagogia	9	Tocantinópolis	Ciências Sociais	12
Palmas	Ciências da Computação	9	Araguaína	Geografia	10
Palmas	Engenharia Ambiental	9	Miracema	Psicologia	9
Palmas	Engenharia de Alimentos	9	Palmas	Jornalismo	9
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	8	Araguaína	Geografia	8
Palmas	Medicina	8	Araguaína	Matemática	8
Palmas	Pedagogia	8	Palmas	Medicina	8
Porto Nacional	Ciências Biológicas	8	Porto Nacional	Ciências Biológicas	8
Araguaína	Biologia	7	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	7
Araguaína	Letras	7	Miracema	Serviço Social	7
Palmas	Teatro	7	Palmas	Ciências Contábeis	7
Porto Nacional	Ciências Biológicas	7	Palmas	Filosofia	7

* **continua.**

Tabela 26 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade					
Extrema			Alta		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Araguaína	Biologia	6	Palmas	Pedagogia	7
Araguaína	Gestão de Cooperativas	6	Porto Nacional	Letras	7
Miracema	Educação Física	6	Tocantinópolis	Pedagogia	7
Palmas	Ciências Contábeis	6	Miracema	Educação Física	6
Palmas	Jornalismo	6	Palmas	Enfermagem	6
Palmas	Enfermagem	6	Porto Nacional	Ciências Sociais	6
Araguaína	Geografia	5	Araguaína	Letras	5
Araguaína	Química	5	Palmas	Administração	5
Palmas	Administração	5	Palmas	Direito	5
Palmas	Direito	5	Araguaína	História	4
Palmas	Engenharia Civil	5	Araguaína	Biologia	4
Palmas	Filosofia	5	Araguaína	Matemática	4
Porto Nacional	História	5	Araguaína	Logística	4
Porto Nacional	Letras	5	Palmas	Ciências da Computação	4
Araguaína	Geografia	4	Palmas	Ciências Econômicas	4
Araguaína	Matemática	4	Palmas	Direito	4
Palmas	Administração	4	Palmas	Teatro	4
Porto Nacional	Ciências Sociais	4	Porto Nacional	Ciências Biológicas	4
Araguaína	História	3	Araguaína	Letras	3
Araguaína	Física	3	Araguaína	Química	3
Araguaína	Gestão de Turismo	3	Araguaína	Gestão de Turismo	3
Araguaína	Logística	3	Porto Nacional	Letras	3
Palmas	Ciências Econômicas	3	Araguaína	História	2
Porto Nacional	Letras	3	Araguaína	História	2
Araguaína	História	2	Araguaína	Gestão de Cooperativas	2
Araguaína	História	2	Araguaína	Gestão de Turismo	2
Araguaína	Letras	2	Araguaína	Logística	2
Araguaína	Química	2	Palmas	Administração	2
Palmas	Ciências Econômicas	2	Palmas	Ciências Econômicas	2
Palmas	Direito	2	Palmas	Artes-Teatro	2
Porto Nacional	Relações Internacionais	2	Porto Nacional	Relações Internacionais	2

* **continua.**

Tabela 26 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade					
Extrema			Alta		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Porto Nacional	História	2	Porto Nacional	Geografia	2
Araguaína	Gestão de Cooperativas	1	Tocantinópolis	Ciências Sociais	2
Palmas	Jornalismo	1	Araguaína	Física	1
Palmas	Artes-Teatro	1	Araguaína	Física	1
Araguaína	Física	1	Araguaína	Química	1
Araguaína	Gestão de Turismo	1	Palmas	Jornalismo	1
Araguaína	Logística	1	Porto Nacional	História	1
Porto Nacional	Geografia	1	Porto Nacional	História	1
Porto Nacional	Geografia	1	Porto Nacional	Letras - Libras	1
Porto Nacional	Letras - Libras	1	Araguaína	Gestão de Cooperativas	1
Tocantinópolis	Ciências Sociais		Porto Nacional	Geografia	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

Nível de vulnerabilidade								
Moderada			Baixa			Muito baixa		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Gurupi	Agronomia	44	Gurupi	Agronomia	18	Araguaína	Zootecnia	20
Araguaína	Medicina Veterinária	40	Gurupi	Engenharia Florestal	18	Palmas	Engenharia Ambiental	20
Gurupi	Engenharia Florestal	30	Tocantinópolis	Educação do Campo	16	Palmas	Engenharia Civil	16
Araguaína	Zootecnia	24	Arraias	Educação do Campo	14	Palmas	Medicina	16

* **continua.**

Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

		Nível de vulnerabilidade							
		Baixa			Muito baixa				
Moderada		Campus	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Palmas	Engenharia Ambiental	24	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	14	Arraias	Educação do Campo	10	
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	22	Araguaína	Medicina Veterinária	12	Gurupi	Agronomia	10	
Palmas	Nutrição	22	Palmas	Nutrição	10	Miracema	Serviço Social	10	
Palmas	Engenharia Civil	20	Tocantinópolis	Pedagogia	10	Tocantinópolis	Educação Física	10	
Palmas	Engenharia de Alimentos	20	Palmas	Engenharia Civil	8	Gurupi	Engenharia Florestal	8	
Palmas	Engenharia Elétrica	20	Palmas	Medicina	8	Palmas	Engenharia de Alimentos	8	
Arraias	Educação do Campo	18	Porto Nacional	Ciências Biológicas	8	Palmas	Engenharia Elétrica	8	
Palmas	Medicina	18	Araguaína	Zootecnia	6	Palmas	Nutrição	8	
Tocantinópolis	Pedagogia	18	Arraias	Matemática	6	Araguaína	Medicina Veterinária	6	
Araguaína	Biologia	14	Arraias	Pedagogia	6	Araguaína	Biologia	6	
Arraias	Matemática	14	Arraias	Pedagogia	6	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	6	
Arraias	Pedagogia	14	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	6	Tocantinópolis	Pedagogia	6	
Miracema	Pedagogia	14	Miracema	Pedagogia	6	Araguaína	Letras	4	
Tocantinópolis	Educação Física	14	Palmas	Ciências Econômicas	6	Araguaína	Logística	4	
Tocantinópolis	Pedagogia	14	Araguaína	História	4	Arraias	Matemática	4	

* **continua.**

Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

		Nível de vulnerabilidade					
		Baixa			Muito baixa		
Moderada		Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
		Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Miracema	Serviço Social	12	Araguaína	Letras	4	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia
Tocantinópolis	Educação do Campo	12	Miracema	Serviço Social	4	Miracema	Psicologia
Gurupi	Química Ambiental	10	Miracema	Educação Física	4	Miracema	Educação Física
Miracema	Educação Física	10	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	4	Porto Nacional	História
Palmas	Direito	10	Palmas	Ciências Contábeis	4	Porto Nacional	Letras
Araguaína	Geografia	8	Palmas	Engenharia de Alimentos	4	Tocantinópolis	Pedagogia
Araguaína	Letras	8	Palmas	Filosofia	4	Araguaína	Biologia
Araguaína	Letras	8	Palmas	Pedagogia	4	Araguaína	Física
Arraias	Turismo	8	Porto Nacional	Geografia	4	Araguaína	Geografia
Miracema	Patrimonial e Socioambiental	8	Tocantinópolis	Educação Física	4	Araguaína	Letras
Palmas	Serviço Social	8	Tocantinópolis	Pedagogia	4	Araguaína	Matemática
Porto Nacional	Ciências Contábeis	8	Araguaína	Biologia	2	Araguaína	Química
Araguaína	Ciências Biológicas	6	Araguaína	Física	2	Arraias	Matemática
Araguaína	Biologia	6	Araguaína	Geografia	2	Arraias	Pedagogia
Araguaína	Geografia	6	Araguaína	Letras	2	Miracema	Serviço Social
Araguaína	Matemática	6	Araguaína	Matemática	2	Miracema	Pedagogia
Araguaína	Gestão de Turismo	6	Araguaína	Logística	2	Miracema	Pedagogia
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	6	Araguaína	Química Ambiental	2	Palmas	Administração
Palmas	Ciências da Computação	6	Gurupi	Psicologia	2	Palmas	Ciências Contábeis
Palmas	Direito	6	Miracema	Pedagogia	2	Palmas	Jornalismo
Palmas	Enfermagem	6	Miracema		2	Palmas	

* **continua.**

Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

Nível de vulnerabilidade						
Moderada			Baixa		Muito baixa	
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Curso
Palmas	Pedagogia	6	Palmas	Administração	2	Palmas
Palmas	Teatro	6	Palmas	Ciências da Computação	2	Palmas
Araguaína	Química	4	Palmas	Direito	2	Palmas
Palmas	Administração	4	Palmas	Direito	2	Porto Nacional
Palmas	Ciências Econômicas	4	Palmas	Enfermagem	2	Tocantinópolis
Palmas	Filosofia	4	Palmas	Engenharia Ambiental	2	Tocantinópolis
Porto Nacional	Geografia	4	Palmas	Engenharia Elétrica	2	Tocantinópolis
Araguaína	História	2	Porto Nacional	Geografia	2	Araguaína
Araguaína	Física	2	Porto Nacional	Ciências Biológicas	2	Araguaína
Araguaína	Matemática	2	Porto Nacional	História	2	Araguaína
Araguaína	Gestão de Cooperativas	2	Tocantinópolis	Ciências Sociais	2	Araguaína
Araguaína	Logística	2	Tocantinópolis	Ciências Sociais	2	Araguaína
Araguaína	Logística	2	Araguaína	Química	1	Araguaína
Arraias	Pedagogia	2	Araguaína	Biologia	2	Araguaína
Miracema	Psicologia	2	Araguaína	Física	2	Araguaína
Miracema	Pedagogia	2	Araguaína	Geografia	2	Araguaína
Palmas	Administração	2	Araguaína	História	2	Araguaína
Palmas	Ciências Econômicas	2	Araguaína	História	2	Araguaína
Palmas	Jornalismo	2	Araguaína	Matemática	2	Araguaína
Porto Nacional	Relações Internacionais	2	Araguaína	Química	2	Arraias

* **continua.**

Tabela 27 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

Nível de vulnerabilidade						
Moderada			Baixa		Muito baixa	
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Curso
Porto Nacional	Letras	2	Araguaína	Gestão de Cooperativas	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental
Porto Nacional	Letras - Libras	2	Araguaína	Gestão de Cooperativas	Gurupi	Química Ambiental
Tocantinópolis	Ciências Sociais	2	Araguaína	Gestão de Turismo	Palmas	Administração
Araguaína	Química	1	Araguaína	Gestão de Turismo	Palmas	Ciências da Computação
Araguaína	Física		Araguaína	Logística	Palmas	Ciências Econômicas
Araguaína	História		Arraias	Matemática	Palmas	Ciências Econômicas
Araguaína	História		Miracema	Serviço Social	Palmas	Direito
Araguaína	Gestão de Cooperativas		Palmas	Administração	Palmas	Direito
Araguaína	Gestão de Turismo		Palmas	Ciências Econômicas	Palmas	Artes-Teatro
Arraias	Matemática		Palmas	Jornalismo	Palmas	Filosofia
Palmas	Jornalismo		Palmas	Jornalismo	Palmas	Teatro
Palmas	Artes-Teatro		Palmas	Artes-Teatro	Porto Nacional	Ciências Biológicas
Porto Nacional	Ciências Biológicas		Palmas	Teatro	Porto Nacional	Ciências Sociais
Porto Nacional	Ciências Sociais		Porto Nacional	Ciências Sociais	Porto Nacional	Geografia
Porto Nacional	Geografia		Porto Nacional	Relações Internacionais	Porto Nacional	Relações Internacionais
Porto Nacional	História		Porto Nacional	História	Porto Nacional	Ciências Biológicas
Porto Nacional	História		Porto Nacional	Letras	Porto Nacional	Geografia
Porto Nacional	Letras		Porto Nacional	Letras	Porto Nacional	História
Tocantinópolis	Ciências Sociais		Porto Nacional	Letras - Libras	Porto Nacional	Letras

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº solicitantes
1	Gurupi	Agronomia	I	BAC	172
2	Gurupi	Engenharia Florestal	I	BAC	147
3	Araguaína	Medicina Veterinária	I	BAC	123
4	Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	123
5	Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	117
6	Araguaína	Zootecnia	I	BAC	100
7	Arraias	Educação do Campo	I	LIC	98
8	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	97
9	Palmas	Engenharia Ambiental	I	BAC	81
10	Arraias	Pedagogia	M	LIC	76
11	Palmas	Nutrição	I	BAC	73
12	Palmas	Engenharia Civil	I	BAC	67
13	Palmas	Engenharia de Alimentos	I	BAC	64
14	Palmas	Engenharia Elétrica	I	BAC	64
15	Arraias	Pedagogia	N	LIC	61

* **Continua.**

Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº solicitantes
16	Gurupi	Química Ambiental	I	BAC	58
17	Palmas	Medicina	I	BAC	58
18	Tocantinópolis	Educação Física	N	LIC	58
19	Arraias	Matemática	M	LIC	57
20	Miracema	Pedagogia	N	LIC	55
21	Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	46
22	Miracema	Serviço Social	M	BAC	44
23	Miracema	Serviço Social	N	BAC	43
24	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	39
25	Araguaína	Biologia	M	LIC	35
26	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	35
27	Arraias	Matemática	N	LIC	34
28	Araguaína	Biologia	N	LIC	33
29	Miracema	Educação Física	N	LIC	30
30	Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	30
31	Miracema	Psicologia	I	BAC	29
32	Miracema	Pedagogia	M	LIC	29
33	Araguaína	Matemática	M	LIC	27

* **Continua.**

Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº solicitantes
34	Palmas	Ciências Contábeis	N	BAC	27
35	Palmas	Pedagogia	N	LIC	27
36	Araguaína	Letras	M	LIC	26
37	Araguaína	Geografia	M	LIC	25
38	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	23
39	Palmas	Direito	M	BAC	22
40	Palmas	Enfermagem	I	BAC	22
41	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	22
42	Palmas	Ciências da Computação	I	BAC	21
43	Araguaína	Geografia	N	LIC	20
44	Palmas	Filosofia	N	LIC	20
45	Araguaína	Letras	N	LIC	19
46	Palmas	Ciências Econômicas	M	BAC	17
47	Palmas	Jornalismo	M	BAC	17
48	Palmas	Teatro	N	LIC	17
49	Palmas	Administração	M	BAC	14
50	Palmas	Direito	N	BAC	14
51	Porto Nacional	Letras	M	LIC	14
52	Araguaína	Gestão de Turismo	M	TEC	12
53	Palmas	Administração	N	BAC	12

* **Continua.**

Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº solicitantes
	Porto				
54	Nacional	História	M	LIC	12
55	Araguaína	Logística	M	TEC	11
56	Araguaína	Matemática	N	LIC	10
57	Araguaína	Gestão de Cooperativas	M	TEC	10
58	Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	10
59	Porto Nacional	Geografia	N	LIC	10
60	Porto Nacional	Letras	N	LIC	10
61	Araguaína	Química	M	LIC	10
62	Araguaína	História	M	BAC	9
63	Araguaína	Química	N	LIC	9
64	Araguaína	História	M	LIC	8
65	Araguaína	Logística	N	TEC	8
66	Araguaína	Física	N	LIC	6
67	Palmas	Ciências Econômicas	N	BAC	6
68	Palmas	Jornalismo	N	BAC	6
69	Porto Nacional	Relações Internacionais	V	BAC	6
70	Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC	6
71	Araguaína	Física	M	LIC	5

* **Continua.**

Tabela 28 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº solicitantes
	Porto Nacional	Letras - Libras	I	LIC	5
72	Nacional	Letras - Libras	I	LIC	5
73	Araguaína	História	N	LIC	4
74	Palmas	Artes-Teatro	N	LIC	3
	Porto Nacional	História	N	LIC	3
75	Nacional	História	N	LIC	3
	Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	2
76	Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	2
	Porto Nacional	Geografia	M	BAC	2
77	Nacional	Geografia	M	BAC	2
	Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1
78	Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 29 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por turno do curso.

Campus	Curso	Nº solicitantes	Integral			Noturno		
			Campus	Curso	Nº solicitantes	Campus	Curso	Nº solicitantes
Tocantinópolis	Pedagogia	117	Gurupi	Agronomia	172	Arraias	Pedagogia	61
Arraias	Pedagogia	76	Gurupi	Engenharia Florestal	147	Tocantinópolis	Educação Física	58
Arraias	Matemática	57	Araguaína	Medicina Veterinária	123	Miracema	Pedagogia	55
Miracema	Serviço Social	44	Tocantinópolis	Educação do Campo	123	Tocantinópolis	Pedagogia	46
Araguaína	Biologia	35	Araguaína	Zootecnia	100	Miracema	Serviço Social	43
Miracema	Pedagogia	29	Arraias	Educação do Campo	98	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	35

* *continua.*

Tabela 29 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por turno do curso.

Campus	Matutino			Integral			Noturno		
	Curso	Nº solicitantes	Campus	Curso	Nº solicitantes	Campus	Curso	Nº solicitantes	
Araguaína	Matemática	27	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	97	Arraias	Matemática	34	
Araguaína	Letras	26	Palmas	Engenharia Ambiental	81	Araguaína	Biologia	33	
Araguaína	Geografia	25	Palmas	Nutrição	73	Miracema	Educação Física	30	
Palmas	Direito Ciências	22	Palmas	Engenharia Civil	67	Tocantinópolis	Ciências Sociais	30	
Palmas	Econômicas	17	Palmas	Engenharia de Alimentos	64	Palmas	Ciências Contábeis	27	
Palmas	Jornalismo	17	Palmas	Engenharia Elétrica	64	Palmas	Pedagogia	27	
Palmas Porto Nacional	Administração	14	Gurupi	Química Ambiental	58	Araguaína	Geografia	20	
Nacional	Letras	14	Palmas	Medicina	58	Palmas	Filosofia	20	
Araguaína Porto Nacional	Gestão de Turismo	12	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	39	Araguaína	Letras	19	
Nacional	História	12	Miracema	Psicologia	29	Palmas	Teatro	17	
Araguaína	Logística	11	Porto Nacional	Ciências Biológicas	23	Palmas	Direito	14	
Araguaína	Gestão de Cooperativas	10	Palmas	Enfermagem	22	Palmas	Administração	12	
Araguaína	Química	10	Porto Nacional	Ciências Biológicas	22	Araguaína	Matemática	10	
Araguaína	História	9	Palmas	Ciências da Computação	21	Porto Nacional	Ciências Sociais	10	
Araguaína	História	8	Porto Nacional	Letras - Libras	5	Porto Nacional	Geografia	10	
Tocantinópolis	Ciências Sociais	6				Porto Nacional	Letras	10	
Araguaína Porto Nacional	Física	5				Araguaína	Química	9	
Nacional	Geografia	2				Araguaína	Logística	8	

* **continua.**

Tabela 29 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de solicitantes da assistência estudantil em 2017, por turno do curso.

Matutino			Integral			Noturno		
Campus	Curso	Nº solicitantes	Campus	Curso	Nº solicitantes	Campus	Curso	Nº solicitantes
			Araguaína	Física	6			
			Palmas	Ciências Econômicas	6			
			Palmas	Jornalismo	6			
			Araguaína	História	4			
			Palmas	Artes-Teatro	3			
			Porto Nacional	História	3			
			Araguaína	Gestão de Turismo	2			
			Araguaína	Gestão de Cooperativas	1			

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE D – Tabelas complementares de análise dos dados de estudantes que atendidos com os auxílios da Assistência Estudantil em 2017.

Tabela 30 – Percentual de estudantes que solicitaram auxílio em 2017 por campus.

Campus	Estudantes atendidos	%
Palmas	424	21,70
Gurupi	368	18,83
Araguaína	336	17,20
Tocantinópolis	302	15,46
Arraias	281	14,38
Miracema	164	8,39
Porto Nacional	79	4,04
Total	1.954	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 31 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes atendidos
1	Gurupi	Agronomia	I	BAC	132
2	Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	111
3	Gurupi	Engenharia Florestal	I	BAC	110
4	Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	94
5	Araguaína	Medicina Veterinária	I	BAC	82
6	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	76
7	Arraias	Pedagogia	M	LIC	74
8	Arraias	Educação do Campo	I	LIC	66
9	Araguaína	Zootecnia	I	BAC	62
10	Gurupi	Química Ambiental	I	BAC	50
11	Palmas	Engenharia Ambiental	I	BAC	47
12	Palmas	Engenharia Elétrica	I	BAC	46
13	Arraias	Pedagogia	N	LIC	44
14	Palmas	Nutrição	I	BAC	43
15	Arraias	Matemática	M	LIC	39
16	Palmas	Engenharia de Alimentos	I	BAC	39
17	Miracema	Pedagogia	N	LIC	38
18	Tocantinópolis	Educação Física	N	LIC	38
19	Palmas	Engenharia Civil	I	BAC	34
20	Arraias	Matemática	N	LIC	32
21	Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	31
22	Miracema	Serviço Social	M	BAC	30
23	Miracema	Serviço Social	N	BAC	29
24	Araguaína	Biologia	M	LIC	28
25	Miracema	Pedagogia	M	LIC	27
26	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	26
27	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	26

* **continua.**

Tabela 31 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes atendidos
28	Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	26
29	Miracema	Psicologia	I	BAC	23
30	Palmas	Medicina	I	BAC	23
31	Araguaína	Matemática	M	LIC	19
32	Miracema	Educação Física	N	LIC	17
33	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	17
34	Araguaína	Geografia	M	LIC	16
35	Palmas	Ciências da Computação	I	BAC	16
36	Palmas	Ciências Contábeis	N	BAC	16
37	Palmas	Enfermagem	I	BAC	16
38	Palmas	Filosofia	N	LIC	16
39	Araguaína	Geografia	N	LIC	15
40	Araguaína	Lestras	M	LIC	15
41	Palmas	Jornalismo	M	BAC	15
42	Palmas	Pedagogia	N	LIC	15
43	Araguaína	Biologia	N	LIC	14
44	Palmas	Direito	M	BAC	14
45	Palmas	Teatro	N	LIC	14
46	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	14
47	Palmas	Administração	M	BAC	11
48	Araguaína	Química	M	LIC	10
49	Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	10
50	Porto Nacional	Letras	M	LIC	10
51	Porto Nacional	Letras	N	LIC	10
52	Araguaína	Gestão de Turismo	M	TEC	9
53	Araguaína	Logística	M	TEC	9
54	Araguaína	História	M	BAC	8
55	Araguaína	Lestras	N	LIC	8
56	Araguaína	Matemática	N	LIC	8

* **continua.**

Tabela 31 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017.

Posição	Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes atendidos
57	Araguaína	Gestão de Cooperativas	M	TEC	8
58	Palmas	Administração	N	BAC	8
59	Palmas	Ciências Econômicas	M	BAC	8
60	Palmas	Direito	N	BAC	7
61	Porto Nacional	História	M	LIC	7
62	Araguaína	História	M	LIC	5
63	Araguaína	Química	N	LIC	5
64	Porto Nacional	Relações Internacionais	V	BAC	5
65	Araguaína	Física	N	LIC	4
66	Araguaína	História	N	LIC	4
67	Palmas	Ciências Econômicas	N	BAC	4
68	Araguaína	Logística	N	TEC	3
69	Palmas	Jornalismo	N	BAC	3
70	Palmas	Artes-Teatro	N	LIC	3
71	Porto Nacional	História	N	LIC	3
72	Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	2
73	Porto Nacional	Geografia	N	LIC	2
74	Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC	2
75	Araguaína	Física	M	LIC	1
76	Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1
77	Porto Nacional	Letras - Libras	I	LIC	1

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 32 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade					
Extrema			Alta		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Tocantinópolis	Educação do Campo	57	Gurupi	Agronomia	67
Arraias	Pedagogia	45	Gurupi	Engenharia Florestal	51
Tocantinópolis	Pedagogia	45	Tocantinópolis	Pedagogia	38
Gurupi	Engenharia Florestal	40	Araguaína	Medicina Veterinária	37
Arraias	Educação do Campo	33	Tocantinópolis	Educação do Campo	36
Gurupi	Agronomia	33	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	34
Gurupi	Química Ambiental	29	Palmas	Engenharia Ambiental	26
Araguaína	Medicina Veterinária	28	Araguaína	Zootecnia	24
Araguaína	Zootecnia	26	Arraias	Educação do Campo	23
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	23	Arraias	Pedagogia	23
Arraias	Pedagogia	21	Palmas	Engenharia de Alimentos	23
Arraias	Matemática	18	Palmas	Engenharia Elétrica	23
Miracema	Serviço Social	18	Araguaína	Biologia	21
Miracema	Pedagogia	18	Palmas	Nutrição	21
Arraias	Matemática	17	Arraias	Matemática	18
Tocantinópolis	Pedagogia	17	Arraias	Pedagogia	18
Tocantinópolis	Educação Física	15	Palmas	Engenharia Civil	18
Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	14	Gurupi	Química Ambiental	17
Miracema	Serviço Social	13	Miracema	Pedagogia	15
Miracema	Psicologia	12	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	15
Palmas	Nutrição	12	Tocantinópolis	Educação Física	15
Tocantinópolis	Ciências Sociais	12	Miracema	Pedagogia	14
Palmas	Engenharia Elétrica	11	Miracema	Serviço Social	13
Araguaína	Matemática	9	Arraias	Matemática	12
Miracema	Pedagogia	9	Tocantinópolis	Ciências Sociais	12
Palmas	Ciências da Computação	9	Araguaína	Geografia	10
Palmas	Engenharia Ambiental	9	Miracema	Psicologia	9
Palmas	Engenharia de Alimentos	9	Palmas	Jornalismo	9
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	8	Araguaína	Geografia	8
Palmas	Medicina	8	Araguaína	Matemática	8

* **continua.**

Tabela 32 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade					
Extrema			Alta		
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Palmas	Pedagogia	8	Palmas	Medicina	8
Porto Nacional	Ciências Biológicas	8	Porto Nacional	Ciências Biológicas	8
Araguaína	Biologia	7	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	7
Araguaína	Letras	7	Miracema	Serviço Social	7
Palmas	Teatro	7	Palmas	Ciências Contábeis	7
Porto Nacional	Ciências Biológicas	7	Palmas	Filosofia	7
Araguaína	Biologia	6	Palmas	Pedagogia	7
Araguaína	Gestão de Cooperativas	6	Porto Nacional	Letras	7
Miracema	Educação Física	6	Tocantinópolis	Pedagogia	7
Palmas	Ciências Contábeis	6	Miracema	Educação Física	6
Palmas	Jornalismo	6	Palmas	Enfermagem	6
Palmas	Enfermagem	6	Porto Nacional	Ciências Sociais	6
Araguaína	Geografia	5	Araguaína	Letras	5
Araguaína	Química	5	Palmas	Administração	5
Palmas	Administração	5	Palmas	Direito	5
Palmas	Direito	5	Araguaína	História	4
Palmas	Engenharia Civil	5	Araguaína	Biologia	4
Palmas	Filosofia	5	Araguaína	Matemática	4
Porto Nacional	História	5	Araguaína	Logística	4
Porto Nacional	Letras	5	Palmas	Ciências da Computação	4
Araguaína	Geografia	4	Palmas	Ciências Econômicas	4
Araguaína	Matemática	4	Palmas	Direito	4
Palmas	Administração	4	Palmas	Teatro	4
Porto Nacional	Ciências Sociais	4	Porto Nacional	Ciências Biológicas	4
Araguaína	História	3	Araguaína	Letras	3
Araguaína	Física	3	Araguaína	Química	3
Araguaína	Gestão de Turismo	3	Araguaína	Gestão de Turismo	3
Araguaína	Logística	3	Porto Nacional	Letras	3
Palmas	Ciências Econômicas	3	Araguaína	História	2
Porto Nacional	Letras	3	Araguaína	História	2
Araguaína	História	2	Araguaína	Gestão de Cooperativas	2

* **continua.**

Tabela 33 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

Nível de vulnerabilidade								
Moderada			Baixa					
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes
Tocantinópolis	Pedagogia	4	Porto Nacional	Ciências Biológicas	2	Tocantinópolis	Educação Física	1
Araguaína	Biologia	3	Tocantinópolis	Ciências Sociais	2	Tocantinópolis	Pedagogia	1
Araguaína	Letras	3	Tocantinópolis	Pedagogia	2	Tocantinópolis	Pedagogia	1
Araguaína	Gestão de Turismo	3	Tocantinópolis	Pedagogia	2	Araguaína	História	
Arraias	Patrimonial e Socioambiental	3	Araguaína	História	1	Araguaína	Zootecnia	
Miracema	Serviço Social	3	Araguaína	Letras	1	Araguaína	Biologia	
Miracema	Educação Física	3	Araguaína	Química	1	Araguaína	Biologia	
Miracema	Pedagogia	3	Araguaína	Logística	1	Araguaína	Física	
Palmas	Direito	3	Arraias	Pedagogia	1	Araguaína	Física	
Palmas	Enfermagem	3	Miracema	Pedagogia	1	Araguaína	Geografia	
Palmas	Filosofia	3	Palmas	Administração	1	Araguaína	Geografia	
Araguaína	Matemática	2	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	1	Araguaína	História	
Araguaína	Química	2	Palmas	Ciências Contábeis	1	Araguaína	História	
Arraias	Matemática	2	Palmas	Ciências Econômicas	1	Araguaína	Letras	
Arraias	Pedagogia	2	Palmas	Direito	1	Araguaína	Matemática	
Miracema	Psicologia	2	Palmas	Direito	1	Araguaína	Matemática	
Miracema	Pedagogia	2	Palmas	Enfermagem	1	Araguaína	Química	
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	2	Palmas	Filosofia	1	Araguaína	Química	
Palmas	Ciências Contábeis	2	Porto Nacional	História	1	Araguaína	Gestão de Cooperativas	
Palmas	Teatro	2	Araguaína	História		Araguaína	Gestão de Cooperativas	
Porto Nacional	Ciências Biológicas	2	Araguaína	Biologia		Araguaína	Gestão de Turismo	

* **continua.**

Tabela 33 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por tipo do curso.

Nível de vulnerabilidade						
Moderada			Baixa			
Campus	Curso	Solicitantes	Campus	Curso	Solicitantes	Curso
Araguaína	História		Palmas	Administração		Palmas
Araguaína	Matemática		Palmas	Ciências Econômicas		Palmas
Araguaína	Gestão de Cooperativas		Palmas	Jornalismo		Palmas
Araguaína	Gestão de Cooperativas		Palmas	Jornalismo		Palmas
Araguaína	Gestão de Turismo		Palmas	Engenharia Ambiental		Palmas
Araguaína	Logística		Palmas	Engenharia de Alimentos		Palmas
Palmas	Ciências Econômicas		Palmas	Engenharia Elétrica		Palmas
Palmas	Ciências Econômicas		Palmas	Medicina		Palmas
Palmas	Jornalismo		Palmas	Artes-Teatro		Porto Nacional
Palmas	Direito		Palmas	Pedagogia		Porto Nacional
Palmas	Artes-Teatro		Palmas	Teatro		Porto Nacional
Palmas	Pedagogia		Porto Nacional	Ciências Sociais		Porto Nacional
Porto Nacional	Ciências Biológicas		Porto Nacional	Relações Internacionais		Porto Nacional
Porto Nacional	Ciências Sociais		Porto Nacional	Ciências Biológicas		Porto Nacional
Porto Nacional	Geografia		Porto Nacional	Geografia		Porto Nacional
Porto Nacional	História		Porto Nacional	História		Porto Nacional
Porto Nacional	História		Porto Nacional	Letras		Porto Nacional
Porto Nacional	Letras		Porto Nacional	Letras		Porto Nacional
Porto Nacional	Letras - Libras		Porto Nacional	Letras - Libras		Porto Nacional
						Tocantinópolis

* **continua.**

Tabela 34 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por turno do curso.

Campus	Matutino			Integral			Noturno		
	Curso	Estudantes atendidos	Campus	Curso	Estudantes atendidos	Campus	Curso	Estudantes atendidos	
Palmas	Jornalismo	15	Palmas	Engenharia Elétrica	46	Palmas	Ciências Contábeis	16	
Palmas	Direito	14	Palmas	Nutrição	43	Palmas	Filosofia	16	
Palmas	Administração	11	Palmas	Engenharia de Alimentos	39	Araguaína	Geografia	15	
Araguaína	Química	10	Palmas	Engenharia Civil	34	Palmas	Pedagogia	15	
Porto Nacional	Letras	10	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	26	Araguaína	Biologia	14	
Araguaína	Gestão de Turismo	9	Miracema	Psicologia	23	Palmas	Teatro	14	
Araguaína	Logística	9	Palmas	Medicina	23	Porto Nacional	Ciências Sociais	10	
Araguaína	História	8	Porto Nacional	Ciências Biológicas	17	Porto Nacional	Letras	10	
Araguaína	Gestão de Cooperativas	8	Palmas	Ciências da Computação	16	Araguaína	Letras	8	
Palmas	Ciências Econômicas	8	Palmas	Enfermagem	16	Araguaína	Matemática	8	
Porto Nacional	História	7	Porto Nacional	Ciências Biológicas	14	Palmas	Administração	8	
Araguaína	História	5	Porto Nacional	Letras - Libras	1	Palmas	Direito	7	
Tocantinópolis	Ciências Sociais	2				Araguaína	Química	5	
Araguaína	Física	1				Araguaína	Física	4	
						Araguaína	História	4	
						Palmas	Ciências Econômicas	4	
						Araguaína	Logística	3	
						Palmas	Jornalismo	3	
						Palmas	Artes-Teatro	3	

* continua.

Tabela 34 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de estudantes atendidos pela assistência estudantil em 2017, por turno do curso.

Campus	Matutino			Integral			Noturno		
	Curso	Estudantes atendidos	Campus	Curso	Estudantes atendidos	Campus	Curso	Estudantes atendidos	
						Porto Nacional	História	3	
						Araguaína	Gestão de Turismo	2	
						Porto Nacional	Geografia	2	
						Araguaína	Gestão de Cooperativas	1	
Total de atendidos - Matutino		459		Total de atendidos - Integral	1.034	Total de atendidos - Noturno		456	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 35 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por campus.

Campus	Estudantes atendidos		% de atendimento
	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	
Araguaína	924	336	36,36
Arraias	842	281	33,37
Gurupi	906	368	40,62
Miracema	376	164	43,62
Palmas	1.250	424	33,92
Porto Nacional	224	79	35,27
Tocantinópolis	544	302	55,51
Total	5.066	1.954	38,57

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 36 – Percentual de atendimento em relação ao número de estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	% de atendimento
Extrema	1930	791	40,98
Alta	1996	833	41,73
Moderada	626	209	33,39
Baixa	268	94	35,07
Muito baixa	246	27	10,98

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 37 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	% de atendimento
Miracema	Pedagogia	M	LIC	36	27	75,00
Porto Nacional	Letras	N	LIC	14	10	71,43
Araguaína	Biologia	M	LIC	44	28	63,64
Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	148	94	63,51
Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	42	26	61,90
Palmas	Administração	M	BAC	18	11	61,11
Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	182	111	60,99
Araguaína	História	M	BAC	14	8	57,14
Araguaína	Logística	M	TEC	16	9	56,25
Araguaína	Química	M	LIC	18	10	55,56
Miracema	Psicologia	I	BAC	42	23	54,76
Tocantinópolis	Educação Física	N	LIC	74	38	51,35
Arraias	Pedagogia	M	LIC	146	74	50,68
Araguaína	Lestras	M	LIC	30	15	50,00

* **continua.**

Tabela 37 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	% de atendimento
Araguaína	Gestão de Cooperativas	M	TEC	16	8	50,00
Gurupi	Química Ambiental	I	BAC	104	50	48,08
Palmas	Jornalismo	M	BAC	32	15	46,88
Palmas	Pedagogia	N	LIC	32	15	46,88
Porto Nacional	Letras	M	LIC	22	10	45,45
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	168	76	45,24
Miracema	Educação Física	N	LIC	38	17	44,74
Palmas	Teatro	N	LIC	32	14	43,75
Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	60	26	43,33
Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	24	10	41,67
Porto Nacional	Relações Internacionais	V	BAC	12	5	41,67
Miracema	Pedagogia	N	LIC	92	38	41,30
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	42	17	40,48
Gurupi	Engenharia Florestal	I	BAC	274	110	40,15
Araguaína	Matemática	N	LIC	20	8	40,00
Palmas	Filosofia	N	LIC	40	16	40,00
Araguaína	Geografia	N	LIC	38	15	39,47
Araguaína	Medicina Veterinária	I	BAC	208	82	39,42
Palmas	Engenharia Ambiental	I	BAC	122	47	38,52
Arraias	Matemática	M	LIC	104	39	37,50
Palmas	Engenharia de Alimentos	I	BAC	106	39	36,79
Gurupi	Agronomia	I	BAC	360	132	36,67
Arraias	Matemática	N	LIC	88	32	36,36

* **continua.**

Tabela 37 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	% de atendimento
Palmas	Administração	N	BAC	22	8	36,36
Miracema	Serviço Social	N	BAC	80	29	36,25
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	72	26	36,11
Araguaína	Química	N	LIC	14	5	35,71
Palmas	Engenharia Elétrica	I	BAC	130	46	35,38
Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	88	31	35,23
Araguaína	Matemática	M	LIC	54	19	35,19
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	40	14	35,00
Porto Nacional	História	M	LIC	20	7	35,00
Araguaína	Gestão de Turismo	M	TEC	26	9	34,62
Miracema	Serviço Social	M	BAC	88	30	34,09
Araguaína	Zootecnia	I	BAC	182	62	34,07
Araguaína	História	N	LIC	12	4	33,33
Palmas	Ciências Contábeis	N	BAC	48	16	33,33
Palmas	Ciências Econômicas	N	BAC	12	4	33,33
Palmas	Direito	M	BAC	42	14	33,33
Palmas	Nutrição	I	BAC	130	43	33,08
Palmas	Ciências da Computação	I	BAC	50	16	32,00
Arraias	Pedagogia	N	LIC	142	44	30,99
Palmas	Ciências Econômicas	M	BAC	26	8	30,77
Porto Nacional	História	N	LIC	10	3	30,00
Araguaína	Geografia	M	LIC	56	16	28,57
Palmas	Engenharia Civil	I	BAC	124	34	27,42

* **Continua.**

Tabela 37 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por curso.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Estudantes solicitantes	Estudantes atendidos	% de atendimento
Palmas	Enfermagem	I	BAC	60	16	26,67
Araguaína	Biologia	N	LIC	56	14	25,00
Araguaína	Lestras	N	LIC	32	8	25,00
Palmas	Medicina	I	BAC	92	23	25,00
Palmas	Direito	N	BAC	30	7	23,33
Araguaína	História	M	LIC	22	5	22,73
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	302	66	21,85
Palmas	Artes-Teatro	N	LIC	14	3	21,43
Araguaína	Física	N	LIC	20	4	20,00
Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC	10	2	20,00
Palmas	Jornalismo	N	BAC	16	3	18,75
Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	6	1	16,67
Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	12	2	16,67
Araguaína	Logística	N	TEC	20	3	15,00
Araguaína	Física	M	LIC	8	1	12,50
Porto Nacional	Geografia	N	LIC	22	2	9,09
Porto Nacional	Letras - Libras	I	LIC	12	1	8,33
Porto Nacional	Geografia	M	BAC	6		0,00

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE E – Tabelas complementares de análise dos dados da relação de estudantes solicitantes e estudantes atendidos com a Política de Assistência Estudantil em 2017.

Tabela 38 – Posição dos campus, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.

Campus	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Tocantinópolis	380	302	79,47
Arraias	361	281	77,84
Gurupi	474	368	77,64
Miracema	230	164	71,30
Porto Nacional	117	79	67,52
Araguaína	513	336	65,50
Palmas	691	424	61,36

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 39 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Araguaína	História	N	LIC	4	4	100
Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	1	1	100
Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	2	2	100
Araguaína	Química	M	LIC	10	10	100
Palmas	Artes-Teatro	N	LIC	3	3	100
Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	10	10	100
Porto Nacional	História	N	LIC	3	3	100
Porto Nacional	Letras	N	LIC	10	10	100
Arraias	Pedagogia	M	LIC	76	74	97,37
Arraias	Matemática	N	LIC	34	32	94,12

* **Continua.**

Tabela 39 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Miracema	Pedagogia	M	LIC	29	27	93,10
Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	123	111	90,24
Araguaína	História	M	BAC	9	8	88,89
Palmas	Jornalismo	M	BAC	17	15	88,24
Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	30	26	86,67
Gurupi	Química Ambiental	I	BAC	58	50	86,21
Porto Nacional	Relações Internacionais	V	BAC	6	5	83,33
Palmas	Teatro	N	LIC	17	14	82,35
Araguaína	Logística	M	TEC	11	9	81,82
Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	117	94	80,34
Araguaína	Biologia	M	LIC	35	28	80,00
Araguaína	Matemática	N	LIC	10	8	80,00
Araguaína	Gestão de Cooperativas	M	TEC	10	8	80,00
Palmas	Filosofia	N	LIC	20	16	80,00
Miracema	Psicologia	I	BAC	29	23	79,31
Palmas	Administração	M	BAC	14	11	78,57
Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	BAC	97	76	78,35
Gurupi	Agronomia	I	BAC	172	132	76,74
Palmas	Ciências da Computação	I	BAC	21	16	76,19
Araguaína	Geografia	N	LIC	20	15	75,00
Araguaína	Gestão de Turismo	M	TEC	12	9	75,00
Gurupi	Engenharia Florestal	I	BAC	147	110	74,83
Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	TEC	35	26	74,29
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	23	17	73,91

* **Continua.**

Tabela 39 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Palmas	Enfermagem	I	BAC	22	16	72,73
Arraias	Pedagogia	N	LIC	61	44	72,13
Palmas	Engenharia Elétrica	I	BAC	64	46	71,88
Porto Nacional	Letras	M	LIC	14	10	71,43
Araguaína	Matemática	M	LIC	27	19	70,37
Miracema	Pedagogia	N	LIC	55	38	69,09
Arraias	Matemática	M	LIC	57	39	68,42
Miracema	Serviço Social	M	BAC	44	30	68,18
Miracema	Serviço Social	N	BAC	43	29	67,44
Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	46	31	67,39
Arraias	Educação do Campo	I	LIC	98	66	67,35
Araguaína	Medicina Veterinária	I	BAC	123	82	66,67
Araguaína	Física	N	LIC	6	4	66,67
Palmas	Administração	N	BAC	12	8	66,67
Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	39	26	66,67
Palmas	Ciências Econômicas	N	BAC	6	4	66,67
Tocantinópolis	Educação Física	N	LIC	58	38	65,52
Araguaína	Geografia	M	LIC	25	16	64,00
Palmas	Direito	M	BAC	22	14	63,64
Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	22	14	63,64
Araguaína	História	M	LIC	8	5	62,50
Araguaína	Zootecnia	I	BAC	100	62	62,00
Palmas	Engenharia de Alimentos	I	BAC	64	39	60,94
Palmas	Ciências Contábeis	N	BAC	27	16	59,26

* **Continua.**

Tabela 39 – Posição dos cursos, por ordem decrescente de percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes.

Campus	Curso	Turno	Tipo	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Palmas	Nutrição	I	BAC	73	43	58,90
Porto Nacional	História	M	LIC	12	7	58,33
Palmas	Engenharia Ambiental	I	BAC	81	47	58,02
Araguaína	Lestras	M	LIC	26	15	57,69
Miracema	Educação Física	N	LIC	30	17	56,67
Araguaína	Química	N	LIC	9	5	55,56
Palmas	Pedagogia	N	LIC	27	15	55,56
Palmas	Engenharia Civil	I	BAC	67	34	50,75
Palmas	Jornalismo	N	BAC	6	3	50,00
Palmas	Direito	N	BAC	14	7	50,00
Palmas	Ciências Econômicas	M	BAC	17	8	47,06
Araguaína	Biologia	N	LIC	33	14	42,42
Araguaína	Lestras	N	LIC	19	8	42,11
Palmas	Medicina	I	BAC	58	23	39,66
Araguaína	Logística	N	TEC	8	3	37,50
Tocantinópolis	Ciências Sociais	M	LIC	6	2	33,33
Araguaína	Física	M	LIC	5	1	20,00
Porto Nacional	Geografia	N	LIC	10	2	20,00
Porto Nacional	Letras - Libras	I	LIC	5	1	20,00
Porto Nacional	Geografia	M	BAC	2	0	0,00

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 40 – Percentual de atendimento em relação ao total de estudantes solicitantes, por nível de vulnerabilidade.

Nível de vulnerabilidade	Nº de estudantes solicitantes	Nº de estudantes solicitantes	%
Extrema	791	791	100
Alta	833	833	100
Moderada	627	209	33,33
Baixa	269	94	34,94
Muito Baixa	246	27	10,98

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE F – Tabelas complementares de análise dos dados da média de Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos cursos de graduação.

Tabela 41 – Média do CRA dos cursos com maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade Extrema e Alta que solicitaram os auxílios da Assistência Estudantil da UFT.

Nível de Vulnerabilidade	Campus	Curso	Turno	Tipo	2016		2017	
					1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
Extrema	Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	7,38	7,61	7,50	7,34
	Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	7,71	7,72	7,71	7,88
	Arraias	Pedagogia	M	LIC	7,23	7,28	7,26	6,53
Alta	Gurupi	Agronomia	I	BAC	6,42	6,15	6,28	6,21
	Gurupi	Engenharia Florestal	I	BAC	6,32	6,33	6,32	6,55
	Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	7,92	7,17	7,55	6,80
								7,13
								6,97

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 42 – Média do CRA dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes dos auxílios da Assistência Estudantil da UFT em 2017.

Campus	Curso	Turno	Tipo	2016		2017		Média anual	
				1º sem	2º sem	1º sem	2º sem		
				Média anual		Média anual			
Araguaína	História	N	LJC	6,67	7,02	6,84	7,00	5,17	6,08
Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	6,17	6,93	6,55	6,74	5,72	6,23
Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	5,78	6,24	6,01	7,01	5,83	6,42
Araguaína	Química	N	LJC	5,36	6,60	5,98	6,04	5,56	5,80
Palmas	Artes	N	LJC	8,02	7,76	7,89	7,49	6,35	6,92
Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	7,65	7,07	7,36	4,27	6,22	5,25
Porto Nacional	História	N	LJC	6,22	6,74	6,48	6,54	4,68	5,61
Porto Nacional	Letras	N	LJC	6,25	6,56	6,41	6,29	5,89	6,09

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE G – Tabelas complementares de análise dos dados da evasão dos cursos de graduação.

Tabela 43 – Relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, por campus, no período de 2016 e 2017.

Campus	2016			2017		
	I	E	%	I	E	%
	Araguaína	929	364	39,18	952	196
Araraias	301	85	28,24	203	22	10,84
Gurupi	277	97	35,02	294	51	17,35
Miracema	245	76	31,02	251	65	25,90
Palmas	1606	522	32,50	1612	291	18,05
Porto Nacional	383	184	48,04	454	111	24,45
Tocantinópolis	200	63	31,50	155	35	22,58

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Tabela 44 – Percentual da relação de estudantes ingressantes e evadidos, em ordem decrescente, por curso, no período de 2016 e 2017.

Posição	2016				2017					
	Campus	Curso	Turno	Tipo	%	Campus	Curso	Turno	Tipo	%
1	Porto Nacional	Letras	N	LIC	85,37	Miracema	Serviço Social	N	BAC	47,83
2	Araguaína	História	M	LIC	66,67	Araguaína Porto	Gestão de Cooperativas	N	TEC	44,83
3	Araguaína	Física	M	LIC	65,52	Nacional	Letras	M	LIC	44,64
4	Araguaína	Física	N	LIC	63,33	Araguaína	Química	M	LIC	42,86
5	Palmas	Ciências Econômicas	N	BAC	62,50	Miracema	Serviço Social	M	BAC	38,10
6	Araguaína	Gestão de Cooperativas	N	TEC	61,90	Araguaína	Física	M	LIC	37,93
7	Porto Nacional	História	N	LIC	61,54	Araguaína	Zootecnia	I	BAC	33,33
8	Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	60,00	Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	32,14
9	Porto Nacional	Ciências Sociais	N	BAC	57,89	Palmas Porto	Engenharia de Alimentos	I	BAC	31,82
10	Tocantinópolis	Ciências Sociais	N	LIC	55,56	Nacional	Relações Internacionais	V	BAC	31,82
11	Porto Nacional	Geografia	M	BAC	55,00	Gurupi Porto	Química Ambiental	I	BAC	30,77
12	Palmas	Engenharia de Alimentos	I	BAC	54,26	Nacional Porto	Geografia	M	BAC	28,95
13	Gurupi	Química Ambiental	I	BAC	53,57	Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	28,57
14	Porto Nacional	Letras	M	LIC	50,82	Palmas	Medicina	I	BAC	28,00
15	Araguaína	Química	M	LIC	50,00	Araguaína	Biologia	M	LIC	27,50
16	Araguaína	Gestão de Cooperativas	M	TEC	50,00	Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC	26,83
17	Palmas	Teatro	N	LIC	50,00	Palmas	Enfermagem	I	BAC	26,79
18	Porto Nacional	Geografia	N	LIC	48,94	Araguaína	História	N	LIC	26,67
19	Araguaína	Logística	M	TEC	48,48	Araguaína	Gestão de Turismo	N	TEC	26,67

* **Continua.**

Tabela 44 – Percentual da relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, em ordem decrescente, por curso, no período de 2016 e 2017.

Posição	2016				2017					
	Campus	Curso	Turno	%	Campus	Curso	Turno	%		
20	Arraias	Matemática	M	LIC	47,22	Porto Nacional	Porto	47,22	LIC	25,71
21	Palmas	Filosofia	N	LIC	45,95	Araguaína		45,95	LIC	25,00
22	Araguaína	Matemática	N	LIC	45,00	Araguaína		45,00	LIC	25,00
23	Araguaína	Gestão de Turismo	M	TEC	44,00	Tocantinópolis		44,00	TEC	23,81
24	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	BAC	43,24	Palmas		43,24	BAC	23,23
25	Araguaína	Geografia	M	LIC	41,46	Miracema		41,46	LIC	22,50
26	Araguaína	História	N	LIC	40,91	Palmas		40,91	LIC	22,22
27	Araguaína	Zootecnia	I	BAC	40,00	Araguaína		40,00	BAC	21,74
28	Miracema	Serviço Social	M	BAC	39,47	Gurupi		39,47	BAC	21,74
29	Miracema	Serviço Social	N	BAC	39,02	Porto Nacional	Porto	39,02	BAC	21,05
30	Porto Nacional	Ciências Biológicas	I	LIC	38,46	Porto Nacional	Porto	38,46	LIC	20,83
31	Palmas	Engenharia Ambiental	I	BAC	38,38	Palmas		38,38	BAC	20,59
32	Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	38,10	Arraias		38,10	LIC	20,51
33	Palmas	Engenharia Elétrica	I	BAC	38,05	Araguaína		38,05	BAC	20,00
34	Araguaína	Biologia	N	LIC	37,84	Palmas		37,84	LIC	19,61
35	Araguaína	Letras	N	LIC	37,50	Palmas		37,50	LIC	19,59
36	Palmas	Jornalismo	N	BAC	37,50	Miracema		37,50	BAC	19,51
37	Gurupi	Engenharia Florestal Turismo Patrimonial e Socioambiental	I	BAC	37,33	Palmas		37,33	BAC	19,15
38	Arraias		N	TEC	36,59	Araguaína	Porto	36,59	TEC	19,05
39	Palmas	Jornalismo	M	BAC	36,21	Nacional		36,21	BAC	18,75
40	Araguaína	Biologia	M	LIC	36,11	Araguaína		36,11	LIC	18,18

* *Continua.*

Tabela 44 – Percentual da relação de estudantes ingressantes e evadidos, em ordem decrescente, por curso, no período de 2016 e 2017.

Posição	2016				2017			
	Campus	Curso	Turno	%	Campus	Curso	Turno	%
41	Gurupi	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	I	35,19	Porto Nacional	História	N	18,18
42	Palmas	Enfermagem	I	34,62	Palmas	Engenharia Elétrica	I	17,65
43	Palmas	Administração	N	34,55	Gurupi	Engenharia Florestal	I	17,57
44	Araguaína	Matemática	M	34,04	Miracema	Pedagogia	M	17,50
45	Porto Nacional	Relações Internacionais	V	32,35	Porto Nacional	Ciências Sociais	N	17,07
46	Araguaína	Química	N	32,26	Palmas	Ciências da Computação	I	17,02
47	Miracema	Pedagogia	N	31,82	Palmas	Jornalismo	N	15,91
48	Palmas	Pedagogia	N	30,53	Palmas	Ciências Contábeis	N	15,46
49	Palmas	Nutrição	I	29,13	Palmas	Engenharia Civil	I	15,09
50	Miracema	Educação Física	N	28,57	Palmas	Administração	M	14,75
51	Miracema	Pedagogia	M	28,57	Araguaína	Matemática	N	14,63
52	Palmas	Ciências Econômicas	M	28,57	Araguaína	Medicina Veterinária	I	14,29
53	Palmas	Ciências da Computação	I	28,42	Palmas	Jornalismo	M	14,00
54	Arraias	Pedagogia	M	27,50	Araguaína	História	M	13,95
55	Palmas	Medicina	I	27,18	Araguaína	Matemática	M	13,95
56	Araguaína	Logística	N	26,83	Araguaína	Geografia	M	13,64
57	Araguaína	Letras	M	26,19	Arraias	Turismo Patrimonial e Socioambiental	N	13,64
58	Palmas	Administração	M	25,76	Palmas	Pedagogia	N	12,37
59	Porto Nacional	História	M	25,00	Tocantinópolis	Educação do Campo	I	11,36
60	Araguaína	Geografia	N	23,91	Arraias	Matemática	M	11,11
61	Arraias	Pedagogia	N	23,81	Palmas	Ciências Econômicas	M	10,42
62	Tocantinópolis	Educação Física	N	23,81	Palmas	Direito	M	10,29

* Continua.

Tabela 44 – Percentual da relação de estudantes ingressantes e estudados evadidos, em ordem decrescente, por curso, no período de 2016 e 2017.

Posição	2016				2017					
	Campus	Curso	Turno	%	Campus	Curso	Turno	%		
63	Arraias	Educação do Campo	I	LIC	23,02	Araguaína	Física	N	LIC	9,38
64	Palmas	Direito	N	BAC	22,92	Araguaína	Biologia	N	LIC	8,57
65	Gurupi	Agronomia	I	BAC	21,74	Araguaína	Letras	N	LIC	8,14
66	Tocantinópolis	Educação do Campo	I	LIC	21,25	Miracema	Psicologia	I	BAC	7,14
67	Miracema	Psicologia	I	BAC	20,00	Gurupi	Agronomia	I	BAC	7,07
68	Porto Nacional	Letras - Libras	I	LIC	19,05	Arraias	Pedagogia	N	LIC	6,82
69	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	18,97	Araguaína	Logística	N	TEC	6,06
70	Arraias	Matemática	N	LIC	18,75	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	I	BAC	5,56
71	Palmas	Engenharia Civil	I	BAC	17,65	Palmas	Direito	N	BAC	3,85
72	Palmas	Ciências Contábeis	N	BAC	15,63	Arraias Porto	Pedagogia	M	LIC	2,50
73	Araguaína	Medicina Veterinária	I	BAC	14,12	Nacional Porto	Relações Internacionais	M	BAC	0,00
74	Palmas	Direito	M	BAC	10,17	Nacional	Letras - Libras	I	LIC	0,00
75	Araguaína	História	M	BAC	0,00	Araguaína	História	M	BAC	
76	Porto Nacional	Relações Internacionais	M	BAC		Arraias	Educação do Campo	I	LIC	
77	Tocantinópolis	Pedagogia	N	LIC		Tocantinópolis	Pedagogia	M	LIC	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

APÊNDICE H – Produto da Dissertação

RELATÓRIO TÉCNICO DIRECIONADO PARA APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AOS GESTORES DA REITORIA E PROEST DA UFT



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS

Relatório Técnico

Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório é produto da Dissertação “Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas.

Foi selecionada a Política Pública de Assistência Estudantil no ensino superior federal, colocada em prática através do do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), visando apresentar diretrizes que sirvam de referência para a avaliação dessa política no âmbito nacional.

Os dados para construção desta pesquisa foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT, foram analisados os seguintes documentos: Planejamento Estratégico 2006-2010 e 2014-2022; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011, 2011-2015 e 2016-2020; Relatório de Avaliação Institucional 2013-2017; Relatório de Gestão 2013-2017; e Relatório da Pesquisa sobre Assistência Estudantil na UFT 2017, realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest). Além disso, foram solicitados dados junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) e a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

Utilizou-se como critérios de avaliação a eficiência, eficácia e efetividade, que foram operacionalizados através de indicadores separadas em quatro dimensões: Insumo; Processo (Eficiência); Resultado (Eficácia) e Transformação (Efetividade), conforme tabela abaixo:

INDICADORES LEVANTADOS	
Dimensão	Indicadores
Insumo	Despesas pagas com o recurso do PNAES
	Alocação das ações conforme áreas do PNAES
Dados	% ingressantes vulneráveis
Processo (Eficiência)	Número de estudantes solicitantes da Assistência Estudantil da UFT
	Número de estudantes atendidos pela Assistência Estudantil da UFT
	Número de benefícios concedidos
Resultados (Eficácia)	% evasão

	Média do Coeficiente de Rendimento dos cursos
Transformação (Efetividade)	Taxa de Sucesso da Graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

2 RESULTADOS DA PESQUISA

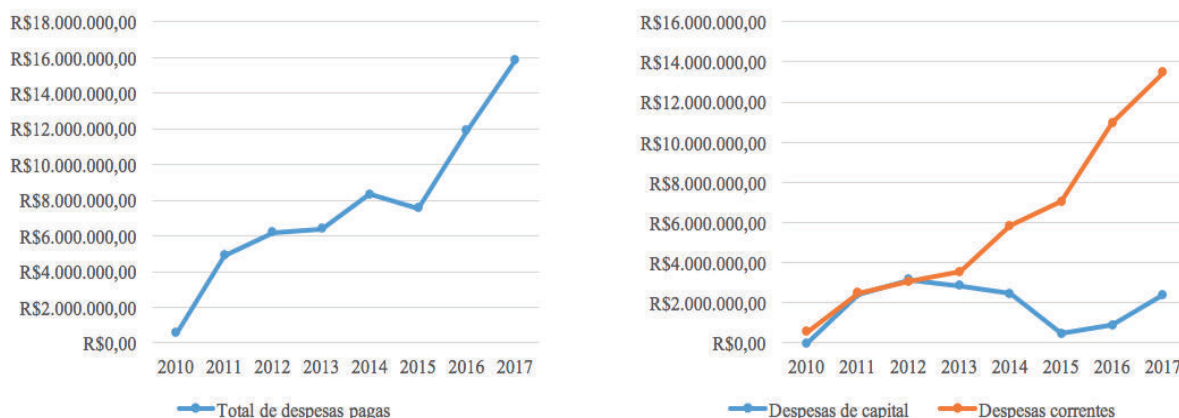
A abordagem adotada objetivou responder às seguintes questões, referentes à avaliação do PNAES:

2.1 Dimensão Insumo: Como a UFT utiliza os recursos do PNAES? A UFT desenvolve ações de assistência estudantil nas áreas elencadas no § I do 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234/10?

Ao longo do período de 2010 a 2017, o total de despesas pagas com o recurso do PNAES na UFT totalizou R\$ 61.622.749,03, crescendo exponencialmente ao longo dos anos, apresentado um crescimento menor em 2013 e com uma redução em 2015.

No período analisado, os principais cortes ocorreram nos repasses para despesas de capital, sendo que em 2010 não houve repasse. Os recursos de capital foram destinados, principalmente, na construção dos Restaurantes Universitários (RU) no campus de Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional e na aquisição de mobiliários para as casas do estudante em parceria com o Estado e município. Quanto as despesas correntes, a UFT conseguiu a manutenção dos programas já existentes, principalmente dos auxílios através das bolsas.

Figura 8 – Demonstração gráfica da evolução do valor das despesas pagas com o recurso do PNAES.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As ações da assistência estudantil da UFT abrangem quase todas as áreas elencadas no § I do 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234/10, apenas nas áreas de inclusão digital e creche a UFT, no período analisado, não executou programas ou ações com os recursos recebidos do PNAES.

Além das bolsas, como por exemplo, a Bolsa Permanência, Bolsa do Centro de Estudos Continuidos em Letras, Linguística e Artes (Ceclla) e Bolsa Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes são ofertadas a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, que visam minimizar as dificuldades de ordem econômica como moradia, alimentação e transporte, de acordo com a necessidade do estudante. A UFT possui ações específicas nas áreas do PNAES, conforme quadro a seguir.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NA UFT COM O RECURSO DO PNAES 2010-2017	
Área PNAES	Ações
I - Moradia estudantil	Aquisição de mobiliário para Casa do Estudante parceria Estado e Municípios
	Locação de imóvel para Casa do Estudante (temporário)
	Locação de imóvel para Casa do Estudante Indígena
	Auxílio Moradia pecuniário
II – Alimentação	Auxílio Alimentação RU Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional
	Auxílio alimentação pecuniário para campus sem RU
III – Transporte	Não foi encontrado nenhuma ação específica
IV – Atenção à saúde	Auxílio Saúde
V – Inclusão digital	Não foi encontrado nenhuma ação específica
VI – Cultura e VII – Esporte	Auxílio para organização de eventos
	Aquisição de material esportivo
	Auxílio para participação em eventos (locação de ônibus)
	Auxílio para participação em eventos (passagens)
	Auxílio para participação em eventos (auxílio pecuniário)
VIII – Creche	Não foi encontrado nenhuma ação específica
IX – Apoio pedagógico	Programa de Acompanhamento Acadêmico
	Programa Apoio ao Discente Ingressante – PADI
	Programa de acesso democrático à Universidade - PADU
	Programa Institucional de Monitoria – PIM
X – Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	Aquisição de software e equipamentos de áudio e vídeo para Educação Inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

2.2 Dimensão Processo (Eficiência): A UFT consegue atender seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

O campus de Miracema, no período pesquisado, foi o que apresentou a maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade, enquanto o campus que apresentou menor percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade em 2015 e 2017 foi o campus de Tocantinópolis e em 2016 foi o campus de Arraias. Quanto ao tipo do curso de graduação, os cursos de Tecnologia obtiveram em todos os anos do período pesquisado o maior percentual médio de ingressantes em vulnerabilidade. No que diz respeito ao turno dos cursos, em 2015 e 2017 o maior percentual médio foi dos cursos no período matutino com e em 2016 o maior percentual foi do curso no período vespertino, ressalta-se que a UFT oferece nesse turno apenas o curso de Relações Internacionais em Porto Nacional. Os cursos que apresentaram maior percentual de ingressantes autodeclarados em vulnerabilidade socioeconômica foram elencados no quadro a seguir.

CURSOS DE GRADUAÇÃO COM MAIOR PERCENTUAL DE INGRESSANTES AUTODECLARADOS EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA		
2015	2016	2017
Educação Física - Integral - Miracema	Gestão de Cooperativas - Noturno - Araguaína	Gestão do Turismo - Matutino - Araguaína
História - Noturno - Porto Nacional	Logística - Matutino - Araguaína	Gestão de Cooperativas - Matutino - Araguaína
Gestão de Cooperativas - Matutino - Araguaína	História - Noturno - Porto Nacional	Psicologia - Integral - Miracema
Matemática - Matutino - Araguaína	Gestão do Turismo -Noturno - Araguaína	Letras - Noturno - Porto Nacional
Pedagogia - Noturno - Miracema		

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Em 2017 o total de estudantes regularmente matriculados na graduação (UFT, 2018) foi de 12.517, sendo que 2.766 deles solicitaram algum benefício da assistência estudantil, o que corresponde a 22,09% dos estudantes. A maioria dos estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017 são classificados em situação de vulnerabilidade Alta e Extrema, que são os níveis que a UFT prioriza no atendimento. Os cursos com o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema são Educação do Campo em Tocantinópolis, Pedagogia matutino em Arraias e em Tocantinópolis. E com relação ao nível de vulnerabilidade Alta o maior número de estudantes solicitantes foram nos cursos de Agronomia em Gurupi, Engenharia Florestal em Gurupi e Pedagogia no período noturno em Tocantinópolis.

Os campus com maior número de solicitantes dos auxílios em 2017 foram Palmas, Araguaína e Gurupi representando. Relacionando o nível de vulnerabilidade com o total de solicitantes do campus, Arraias possui o maior percentual de solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema, enquanto Gurupi possui o maior percentual de solicitantes de Alta vulnerabilidade. Os cursos de Bacharelado apresentaram o maior número de estudantes solicitantes, sendo que os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal em Gurupi foram os que obtiveram maior percentual de solicitantes. Nos cursos de Licenciatura os maiores números de solicitantes foram dos cursos de Educação do Campo e Pedagogia matutino em Tocantinópolis, enquanto nos cursos de Tecnologia o curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental em Arraias apresentou o maior número de solicitantes. Com relação ao turno, os quatro cursos com maior número de estudantes que solicitam os auxílios são os Integrais, sendo eles, em ordem decrescente de solicitantes: Agronomia em Gurupi, Engenharia Florestal em Gurupi, Medicina Veterinária em Araguaína e Educação do Campo em Tocantinópolis.

Em 2017, foram atendidos 1.954 estudantes com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, sendo que 2.766 estudantes solicitaram os auxílios, o que representa uma cobertura 70,64%. Os cursos com maior número de estudantes atendidos foram Agronomia e Engenharia Florestal do Campus de Gurupi e Educação do Campo em Tocantinópolis. Os campus com maior número de atendidos foram Palmas, Gurupi e Araguaína, sendo eles também os campus com maior número de estudantes solicitantes. Levando em consideração o tipo de curso os de Bacharelado atenderam o maior número de estudantes e quanto ao turno do curso o maior número de atendimentos foi nos cursos integrais.

Comparando o número de estudantes que solicitaram auxílios da assistência estudantil com o número de estudantes atendidos no mesmo ano, percebeu-se que Tocantinópolis foi o campus que atingiu o maior percentual de atendimentos em relação ao número de solicitantes, seguido do campus de Arraias e Gurupi. Quanto aos cursos, oito deles obtiveram 100% de atendimentos em relação ao total de solicitantes do curso, sendo eles: História noturno, Gestão de Cooperativas noturno, Gestão de Turismo noturno e Química matutino do campus de Araguaína; Artes-Teatro em Palmas; e Ciências Sociais, História noturno e Letras noturno em Porto Nacional. Com relação ao nível de vulnerabilidade a UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta, 33,33% dos estudantes em vulnerabilidade moderada, 34,94% dos estudantes em vulnerabilidade baixa e 10,98% dos estudantes em vulnerabilidade muito baixa.

Acompanhando a trajetória do orçamento geral, é possível notar um crescimento importante do aporte de recursos para a área de assistência estudantil na UFT, esse crescimento também foi refletido no número de benefícios concedidos, apenas em 2010 e 2017 esse indicador sofreu uma queda considerável.

2.3 Dimensão Resultados (Eficácia): Quais os efeitos da assistência estudantil na permanência e no rendimento acadêmico de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica na UFT? A assistência estudantil tem contribuído para redução da evasão e a melhoria do rendimento acadêmico, como preconiza o Decreto nº 7.234/10?

Das médias dos coeficientes de rendimento acadêmico, quanto aos cursos com maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, o curso de Educação do Campo e Pedagogia matutino, ambos no campus de Tocantinópolis obtiveram média do CRA acima de sete em todos os semestres de 2016 e 2017, Pedagogia matutino de Arraias e Pedagogia noturno em Tocantinópolis obtiveram média do CRA abaixo de sete em apenas um dos semestres do período pesquisado. Enquanto o curso de Agronomia e de Engenharia Florestal do campus de Gurupi obtiveram em todos os semestres do período analisado média do CRA abaixo de sete.

Dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes em 2017 todos são noturnos, período que apresentou menor número de estudantes solicitante dos auxílios da assistência estudantil da UFT e com relação a média do CRA desses cursos a maioria obteve abaixo de sete no período analisado, os que apresentaram média maior que sete foram o curso de História noturno em Araguaína no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, Artes em Palmas no segundo semestre de 2016 e Ciências Sociais nos dois semestres de 2016. E em 2017 houve queda na média em todos esses cursos, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos.

Em 2017 o percentual da evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. Com relação ao percentual de evasão por campus em 2016 Porto Nacional apresentou o maior índice e em 2017 foi o campus de Miracema, enquanto o campus que obteve o menor percentual de evasão em 2016 e 2017 foi Arraias.

Em 2016 o curso com maior percentual de evasão em relação aos ingressantes foi Letras noturno em Porto Nacional, mas em 2017 esse percentual diminuiu exponencialmente, é importante destacar que esse curso foi um dos que a Política de Assistência Estudantil da UFT conseguiu atender 100% dos solicitantes em 2017.

Os cursos que apresentaram, em 2017, o maior número de solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta, foram também os cursos com maior número de estudantes atendidos e apresentaram percentual de evasão baixos, sendo eles: Engenharia Florestal em Gurupi, Educação do Campo em Tocantinópolis e Agronomia em Gurupi.

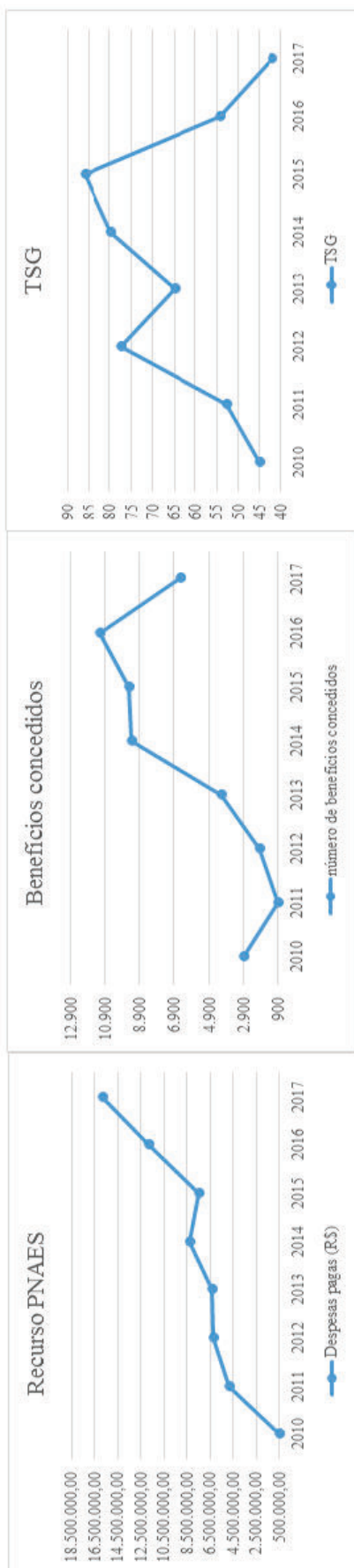
Dentre os cursos que conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes em Araguaína os cursos de Gestão de Cooperativas noturno e Química matutino apresentaram percentuais de evasão elevados. Outros dois cursos, também no Campus de Araguaína, obtiveram percentuais de evasão altos, o curso de História noturno e Turismo noturno. Enquanto os cursos do campus de Porto Nacional apresentaram baixos percentual de evasão, sendo História noturno e Ciências Sociais.

2.4 Dimensão Transformação (Efetividade): A assistência estudantil tem contribuído para conclusão do curso de graduação, como preconiza o Decreto nº 7.234/10?

Notou-se um desempenho positivo do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), o mesmo se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém a TSG caiu 16,11% em 2013, 36,65% em 2016 e 22,34% em 2017 em relação aos anos anteriores. Em 2017 apenas 42,23% dos estudantes concluíram seus cursos, no tempo de duração previsto.

Constatou-se que em 2013 e 2016 a TSG apresentou uma queda, mas o recurso e o número de benefícios concedidos aumentaram, apenas em 2017 que apesar do recurso aumentar 33,58% em relação ao ano anterior, o número de benefícios caiu 41,64% e a TSG teve uma redução de 22,34%.

Figura 9 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES, o número de benefícios concedidos e a TSG.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É importante destacar que inúmeros fatores interferem no resultado da TSG, como por exemplo, a carência de professores efetivos e a diminuição do número de professores substitutos, que contribui no cancelamento de disciplinas durante o semestre letivo e, assim, atrasam a conclusão do curso para alguns estudantes que levam mais tempo que o mínimo padrão para concluírem seus cursos (UFT, 2014). Pode-se destacar ainda, outro fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa: a evasão. Esta é influenciada por deficiências na formação básica e de nível médio do estudante que entra na universidade, pelo conhecimento insuficiente de particularidades do curso, pela condição socioeconômica, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade, entre outros motivos.

3 CONCLUSÃO

Verificou-se, por meio desta pesquisa, que a Política de Assistência Estudantil executada na UFT com o recurso do PNAES apresenta os seguintes aspectos que corroboram com o que preconiza o Decreto nº 7.234/10:

- O recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente;
- A UFT conseguiu desenvolver programas e/ou ações na maioria das áreas do elencadas pelo PNAES;
- Oito cursos de graduação conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes, sendo eles: História noturno, Gestão de Cooperativas noturno, Gestão de Turismo noturno e Química matutino do campus de Araguaína; Artes-Teatro em Palmas; e Ciências Sociais, História noturno e Letras noturno em Porto Nacional;
- A UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta;
- Educação do Campo e Pedagogia matutino, ambos no campus de Tocantinópolis, apresentaram o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, mas obtiveram média do CRA acima de sete em todos os semestres de 2016 e 2017;
- O percentual de evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%;
- O campus de Arraias (maior numero de estudantes em vulnerabilidade extrema e maior percentual de estudantes atendidos em relação ao numero de solicitantes) apresentou menor percentual de evasão;
- Os cursos que apresentaram, em 2017, o maior número de solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta, foram também os cursos com maior número de estudantes atendidos e apresentaram percentual de evasão baixos;
- Os cursos de História noturno e Ciências Sociais (conseguiram atender 100% dos solicitantes), ambos no campus de Porto Nacional, apresentaram baixos percentual de evasão;
- A TSG se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015;
- Em 2017, o processo de seleção dos estudantes para receber os auxílios da assistência estudantil começou a ser informatizado através do sistema CUBO;
- Proest realizou fórum com estudantes para conhecer suas reais necessidades na área de assistência estudantil;
- Proest realizou pesquisa com os estudantes beneficiários da assistência estudantil.

Por outro lado, verificou-se que os seguintes aspectos constituem obstáculos para a consolidação desta política:

- No período de 2010-2017 não foram encontradas informações sobre ações desenvolvidas nas áreas de inclusão digital e creche, e nenhuma ação específica para área de transporte;
- Em 2017, o número de benefícios caiu, apesar das despesas pagas com o recurso do PNAES aumentar 33,58% em relação ao ano anterior;
- O curso de Agronomia e de Engenharia Florestal do campus de Gurupi, que estão entre os cursos que apresentaram o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, obtiveram média do CRA abaixo de sete em todos os semestres de 2016 e 2017;
- Em 2017 houve queda na queda na média em todos os cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos;
- Dentre os cursos que conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes em Araguaína os cursos de Gestão de Cooperativas noturno, Química matutino, História noturno e Turismo noturno apresentaram percentuais de evasão elevados;
- Queda da TSG em 2013, 2016 e 2017 em relação aos anos anteriores;
- Falta de informatização dos dados da Proest e Prograd, impossibilitando maior recorte temporal da pesquisa;
- Os estudantes apresentaram dificuldades para manusear o sistema CUBO;
- Ausência de pesquisas quantitativas sobre a assistência estudantil e falta de divulgação desses dados.

Nesses contexto, recomenda-se algumas ações que podem auxiliar na melhoria da política de assistência estudantil na UFT:

- Desenvolver ações de assistência estudantil nas áreas de transporte, inclusão digital e creche;
- Consolidar as equipes de apoio psicopedagógico e área de atendimento aos estudantes em todos os campus;
- Realizar estudos para verificar os motivos da redução no numero de benefícios em 2017;
- Realizar estudos nos cursos que apresentaram a média do CRA abaixo de sete, mesmo estando entre os cursos com maior número de atendimentos pela assistência estudantil;
- Realizar estudos nos cursos que apresentaram percentuais de evasão altos, mesmo estando entre os cursos com maior número de atendimentos pela assistência estudantil;
- Realizar estudos para entender porque a TSG caiu em 2013 e 2016, apesar do recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos aumentaram;
- Continuar realizando pesquisas com os beneficiários da assistência estudantil;
- Realizar periodicamente pesquisas quantitativas sobre a assistência estudantil, bem como divulga-las.

Palmas, 21 de janeiro de 2019

Nathanni Marrelli Matos Mauricio
Administradora
Matrícula 2155027